UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO

MESTRADO ACADÊMICO

LUÍS ANDRÉ DE ARAÚJO PINTO

NATUREZA, SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO: Da crise metabólica do capital às formações etnoeconômicas de resistência

São Luís

2019

LUÍS ANDRÉ DE ARAÚJO PINTO

NATUREZA, SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO: Da crise metabólica do capital às formações etnoeconômicas de resistência

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade Federal do Maranhão como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Socioeconômico.
Linha de pesquisa: Desenvolvimento regional, Agricultura e Meio Ambiente.

Orientador: Prof. Dr. José de Ribamar Sá Silva

São Luís

2019

LUÍS ANDRÉ DE ARAÚJO PINTO

NATUREZA, SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO: Da crise metabólica do capital às formações etnoeconômicas de resistência

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade Federal do Maranhão como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Socioeconômico.

Linha de pesquisa: Desenvolvimento regional, Agricultura e Meio Ambiente.

Orientador: Prof. Dr. José de Ribamar Sá Silva.

Prof. Dr. José de Ribamar Sá Silva
Orientador – Presidente da banca de avaliação
Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Welbson do Vale Madeira
Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Horácio Antunes de Sant'Ana Júnior
Universidade Federal do Maranhão

AGRADECIMENTOS

A concessão da bolsa de estudos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior foi de inestimável valor para a realização de minhas atividades acadêmicas ao longo do mestrado. Sou eternamente grato a isso e desta experiência reconheço a importância e a necessidade de se defender a continuidade e o melhoramento de programas governamentais de subsídio educacional como esta, para que outras pessoas tenham esta mesma oportunidade. São iniciativas assim que fazem toda a diferença e cumpre parte daquilo que se espera de uma política de desenvolvimento justa.

Agradeço à Universidade Federal do Maranhão e ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Socioeconômico pela estrutura e assistência oferecidas ao longo desses dois anos, e isto inclui fundamentalmente o corpo docente do programa – de cada professor com quem tive contato pude aprender e apreender algo relevante e que carrego desde então. O mesmo se dá em relação aos funcionários e estagiários do programa, que muito me ajudaram em relação a questões protocolares, muitas dessas completamente alienadas por mim.

Outro agradecimento especial devo aos professores Benjamin Alvino de Mesquita e Welbson do Vale Madeira, que participaram de minha banca de qualificação. A observação crítica de ambos foi imprescindível para a mudança do desenho final desta dissertação de maneira que ficasse mais concisa e clara – ou, pelo menos, a tentativa disto! Ademais, meus agradecimentos se estendem ao prof. Welbson também na figura de coordenador do programa, por ter acolhido minhas justificativas diante do atraso no cumprimento do cronograma, o que se aplica também aos membros do colegiado. Agradeço também ao prof. Horácio Antunes de Sant'Ana Júnior por ter correspondido ao meu convite para que fosse o examinador externo da banca de defesa desta dissertação. Ao final, suas observações críticas lançaram luzes sobre outras perspectivas epistemológicas que certamente serão aprofundadas ao longo da carreira acadêmica que pretendo construir.

Ao prof. José de Ribamar Sá Silva presto minhas mais sinceras reverências. Foi meu professor, orientador, supervisor de estágio e a pessoa que interveio por mim nos momentos mais cruciais que passei durante minha permanência no PPGDSE/UFMA. Vê-lo em sala de aula é a mais clara expressão do que significa ser um professor. Presto-lhe aqui toda a minha reverência e gratidão.

Reitero aqui meus agradecimentos a Jane Kelle, minha amada esposa. Se não fosse por sua capacidade natural em me tirar da inércia, as coisas em minha vida poderiam ter tomado outro rumo.

RESUMO

Modelos de desenvolvimento têm cumprido seu papel na lógica de expansão e acumulação do modo de produção capitalista em escala global. No tecido periférico, a atuação desses processos repercute de maneira imediata na reconfiguração estrutural e do tecido social visando a otimização de mecanismos de expropriação do excedente produtivo, e de modo gradativo no tocante à articulação e implementação ideológica de políticas e padrões culturais importantes para o funcionamento da dinâmica material do sistema hegemônico, totalmente destoantes das realidades locais. O presente estudo é uma crítica do desenvolvimento subordinado ao signo do capital que se revela disforme, instável e contraditoriamente dependente das próprias assimetrias que provoca na ordem material e no tecido social e que, ao servir como instrumento de condução da ordem de reprodução sociometabólica da entidade que o rege, incita transformações que afetam violentamente as condições de existência, sobretudo entre as populações mais pobres e marginalizadas que perdem o acesso aos meios materiais de produção da vida material e que abruptamente têm suas condições de existência social implicitamente reduzida à mera força de trabalho barata altamente explorável e unidade de consumo. Partindo de uma leitura transversal entre os domínios teóricos e metodológicos da economia, ecologia e antropologia, propõe-se aqui uma investigação sobre como desenvolvimento enquanto ferramenta subserviente à tal ordem de reprodução sociometabólica do capital tem alterado as condições de existência e a própria produção social da natureza entre populações que vivem na periferia do sistema. Além de uma contextualização sobre o processo de formação histórica do desenvolvimento até sua apropriação pelo modo de produção capitalista e sua manifestação no contexto periférico, o estudo também se concentrou no impacto causado pelo fenômeno nas relações sociais de produção da vida material e na própria construção social da natureza entre culturas e populações situadas à margem de tais eventos, o que abre caminho para a especulação sobre organizações coletivas de resistência orientadas por uma pretensa *etnoeconomia* – formas locais de uso e apropriação de recursos comuns definidas por práticas e racionalidades singulares de produção, consumo e distribuição integradas a determinada dinâmica ecossistêmica.

Palavras-chave: Desenvolvimento. Etnoeconomia. Metabolismo social do capital. Capitalismo periférico.

ABSTRACT

Development models have fulfilled their role in the logic of expansion and accumulation of capitalist production mode on a global scale. In the peripheral tissue, the performance of these processes immediately affects the structural reconfiguration and social fabric aiming at optimizing mechanisms for expropriation of the productive surplus, and gradually regarding the articulation and implementation important cultural policies and patterns for the functioning of the material dynamics of the hegemonic system, totally clashing from local realities. The present study is a critique of the development subordinated to the sign of capital that proves to be shapeless, unstable and contradictorily dependent on the asymmetries itself that causes in the material order and in the social fabric and which, when serving as an instrument of conducting the sociometabolic reproductive order of the governing entity, incites transformations that violently affect conditions of existence, especially among the poorest and most marginalized populations that lose access to the material means of production of the material life and which abruptly have their conditions of social existence implicitly reduced to the mere highly exploitable cheap workforce and consumption unit. Starting from a cross-sectional reading between the theoretical and methodological domains of economics, ecology and anthropology, an investigation is proposed here on how to develop as a tool subservient to such an order of sociometabolic reproduction of the capital has altered the conditions of existence and the very social production of nature among populations living on the periphery of the system. In addition to a contextualization about the process of historical formation of development until its appropriation by the capitalist mode of production and its manifestation in the peripheral context, the study also focused on the impact caused by the phenomenon on relationships social production of material life and in the social construction of nature itself between cultures and populations situated on the sidelines of such events, which paves the way for speculation about collective resistance organizations guided by a so-called *ethno-economics* – local forms of use and appropriation of common resources defined by unique production, consumption and distribution practices and rationalities integrated with a certain ecosystem dynamics.

Keywords: Development. Ethno-economics. Social metabolism of capital. Peripheral capitalism.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....8

2 DA REVOLUÇÃO COGNITIVA AO COLAPSO METABÓLICO: Antecedentes do paradoxo entre natureza e sociedade..... 18

2.1 Natureza, técnica e cultura.....20

2.2 Cosmologias em rota de colisão 33

2.3 Capitaloceno e sociedade de risco.....42

3 INSTITUCIONALIZAÇÃO DE ASSIMETRIAS NO CONTEXTO PERIFÉRICO.....46

3.1 Trajetórias e desventuras do desenvolvimento..... 48

3.2 A construção da desigualdade sob o signo do capital..... 55

3.3 A 'comoditização' da sustentabilidade 65

3.4 Brasil e Maranhão na conjuntura pós-moderna do desenvolvimento..... 72

4 MICROESCALARIDADES INSURGENTES – Existência, subsistência e estratégias de resistência de populações locais.....83

4.1 Escalas 'antropofágicas', cartografias fragmentadas e economias marginais..... 87

4.2 Da possibilidade de uma etnoeconomia..... 105

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 124

REFERÊNCIAS

1 INTRODUÇÃO

A ideia e a ação do desenvolvimento não foram originalmente pensadas como extensão do modo de produção capitalista, mas se tornaram uma de suas muitas apropriações ocorridas ao longo do processo histórico.

No âmbito das categorias assumidas pela crítica da economia política, aquela que diz respeito ao desenvolvimento talvez seja uma das que tenham apresentado maior variação conceitual e representação arquetípica para a orientação de experiências de transformação material muito embora todas tenham inclinado ou sucumbido para e por um único sentido: amparar a lógica de reprodução e acumulação do capital e assim torná-la hegemônica[1]. Sob tal influência, o construto herda todas as características que descrevem sua matriz do ponto de vista ideológico, axiológico, pragmático e cultural, especialmente no que diz respeito àquilo que torna evidente a natureza convulsiva e disruptiva de suas contradições internas – destino inevitável a tudo que é incorporado pela dinâmica do capital.

Para explicar o funcionamento e a condição paradoxal do desenvolvimento enquanto projeção de um modelo econômico e de orientação social obediente ao sistema capitalista é obrigatório tomar a inseparabilidade entre essas dimensões, sobretudo do ponto de vista epistemológico.

A princípio, em meio a tantas definições possíveis de desenvolvimento, é necessário que se tome aqui uma que ilustre concisamente a representação desse fenômeno devidamente incorporado e reformatado pelo preceito dominante para atender seus interesses[2], tornando possível destacar os aspectos mais explícitos que denunciam sua condição criticamente contraditória. Para isso é possível partir da síntese de uma das noções mais repetidas dentro do pensamento clássico liberal:

---

[1] Liberal, estatal-nacionalista, estruturalista keynesiano, planificado, social-democrático, regulacionista, neoliberal, neokeynesiano ou neointervencionista, desenvolvimento sustentável… Muitas foram as denominações de matrizes de orientação política e econômica assumidas por seus respectivos modelos de desenvolvimento que surgiram nos últimos 70 anos – todos subordinados à razão do capital e, portanto, padecendo dos mesmos vícios e distúrbios cíclicos.

[2] Há tantas transcrições de 'desenvolvimento' adotadas para justificar o processo expansivo e acumulativo do capital e garantir sua dominância inclusive sob uma perspectiva ideológica, não importando quais efeitos estruturais, sociais e culturais implicariam. A História é repleta delas – do desaparecimento de populações inteiras à imposição de padrões eurocêntricos dos conquistadores para a realidade totalmente distinta dos conquistados; da escravidão a mecanismos estatais de eugenia, segregação racial e sustentação de regimes totalitários. Mais recentemente, a promessa de um novo 'desenvolvimento' tem sido adotada para explicar uma nova onda de reformas e medidas de austeridade que afetam diretamente o conjunto de obrigações do Estado junto à sociedade. Vê-se que as práticas mudam, mas a volição de ajuste estrutural e de controle social pelo modo de produção capitalista implícitas num ideal desenvolvimentista permanece intacta ao longo do tempo.

a de que o desenvolvimento enquanto conceito que parte da ciência econômica consiste de um movimento ininterrupto de transformação material e pelo qual é instituído um mecanismo permanente de evolução social.

Trata-se de uma explicação aprioristicamente razoável, visto que a História é uma construção contínua e resultante do embate entre formas sociais de existência, mas a maneira como este pressuposto foi apreendido pelo racionalismo formal e reproduzido em sua economia *mainstream* – afirmando que esse nível de superação somente pode ser obtido por um ritmo exponencial de produção e de alteração da ordem natural para a satisfação das necessidades humanas através de uma alocação eficiente balizada pela vontade individual, mas com implicações extensíveis a toda a ordem coletiva[3] – é que delimita o paradoxo do desenvolvimento e a repercussão discrepante de seus desdobramentos. Independente das variações e interpretações posteriores, é esta a visão prevalecente de desenvolvimento a sugerir que passagem de uma fase atrasada para uma evoluída e toda sorte de melhoramentos estruturais e sociais se dá pela otimização produtiva, incentivo à concorrência plena e ao livre mercado, maior oferta de serviços, bens de consumo e, invariavelmente, de oportunidades e promoção de 'liberdades'.

Apesar de que essa perspectiva dominante tende a considerar que estes processos se estabelecem de forma espontânea ou organicamente reativa aos estímulos naturais supostamente implícitos nesta conjuntura – as forças invisíveis de Adam Smith ainda hoje invocadas para explicar o pressuposto da autorregulação natural dos mercados – é o Estado quem media esses processos, quer seja de forma direta ou por sua proposital omissão.

Eis a primeira constatação da natureza contraditória dos modelos hegemônicos de desenvolvimento. É indiscutível que a humanidade experimentou um gigantesco salto de evolução material e técnica principalmente no último século, atingindo um ritmo exponencial acelerado que se refletiu no melhoramento de índices de produtividade, elevação de renda, maior oferta e consumo de bens e serviços, bem como na qualidade de vida e bem-estar da população em geral, mas diferente do que os apólogos do sistema costumam reivindicar *essas políticas nunca conseguiram*

---

[3] Vide o conceito de economia de Lionel Aron Robbins (apud CAVALCANTI, 2001, p. 3). Mesmo tendo sua origem na epistemologia do estruturalismo keynesiano, a teoria do desenvolvimento toma uma parte considerável dos postulados neoclássicos. Não tardou muito para que ficassem explícitas as incompatibilidades, como foi observado por Albert O. Hirschman (apud SORJ, CARDOSO, FONT, 2008) e Celso Furtado (1976) já na década de 1970, e depois por John Kenneth Galbraith (2004) em tom de desilusão e crítica diante da persistência dos mesmos erros cinco décadas após as primeiras experiências desenvolvimentistas.

assumir uma forma plena, universal e contínua, como explica Paul A. Baran acerca da atmosfera que antecedeu a disseminação do modelo capitalista de desenvolvimento:

> […] esse progresso material e cultural não foi somente irregular no tempo, mas também desigualmente distribuído no espaço. Ficou confinado ao mundo ocidental, e não chegou nem mesmo a afetar essa pequena (em termos territoriais e demográficos) faixa habitada do globo. Alemanha, Áustria, Grã-Bretanha, França, outros pequenos países da Europa Ocidental, EUA e Canadá foram nações que conseguiram um lugar ao sol. As grandes regiões e populações da Europa Oriental, Espanha, Portugal, Itália e Balcãs, América Latina, Ásia e África permaneceram sob a sombra do empobrecimento, da estagnação e da miséria (BARAN apud AGARWALA; SINGH, 2013, p. 107).

Isto ajuda a entender o fato de que deslocamento do processo desenvolvimentista do centro para a periferia do sistema capitalista nunca foi pensado para torná-lo mais homogêneo em termos de transformação material e social, mas para corrigir as descontinuidades e tornar a expropriação de recursos naturais e a extração do excedente produtivo de maneira mais efetivamente possível, ou seja, explorando mais e a um custo menor. De toda forma, o fenômeno do desenvolvimento no contexto periférico parece ter sofisticado os mecanismos de subordinação e dependência dos antigos regimes coloniais.

A abertura comercial que nunca se deixou orientar pelas escolhas independentes de uma política comercial voltada para atender interesses nacionais agora se revela ainda mais presa às variações cambiais externas que determinam não somente o ritmo das exportações e importações para atender as demandas do mercado globalizado, mas até mesmo a natureza do que produzir e do que consumir. É a forma financeira do capital – a mais volátil e transcendente – que regula o controle do preço das *comodities* e da exploração da mão de obra no nível mais satisfatório possível para garantir sua reprodução constante e o retorno do lucro dentro dos parâmetros desejados pelos seus agentes de regulação. A transferência de tecnologia muitas vezes descrita como uma consequência irrefreável do desenvolvimento é invariavelmente controlada pelo poder de decisão alinhado à interferência externa, não sendo do pronto interesse das corporações de capital transnacional que detêm o monopólio gere uma concorrência desfavorável à sua dominância de mercado. O mesmo ainda se dá em relação aos grandes projetos estruturais assumidos pelo Estado mais para atender às necessidades de expansão do capital privado do que ao interesse público.

Cabe destacar que tais anomalias são próprias do tecido periférico do sistema capitalista porque nisto consiste a manutenção de uma relação desigual que se mostra interessante para o funcionamento do sistema. Ou seja, ao que tudo indica – e isto é discutido ao longo desta dissertação – o padrão de desenvolvimento parece imutável nos países pobres não por uma insuficiência

endógena indissociável na promoção das mudanças estruturais exigidas para alavancá-los a uma transformação material e social em definitivo, mas porque mantê-los desta forma se revela mais pertinente para as forças hegemônicas dentro da estratégia de controle geopolítico do capitalismo.

A própria institucionalização dos modelos de desenvolvimento que se seguiu ao período pós-Guerra tomou proporções diferentes entre si, mas concordantes quanto à definição da posição dos países dentro de um esquema global de hierarquização. A distribuição dos países em escalas de representação geopolítica dentro do sistema entre núcleo central, órbitas, periferias e, depois, em meio a subsequente polarização dentro da ordem mundial a partir dos anos 1950 exigiu ao lado do bloco ocidental adiantar-se à ascensão de qualquer alternativa que prejudicasse sua política econômica orientada para ampliação de mercado, manutenção do equilíbrio na margem positiva de composição orgânica do capital e da proveniente taxa de retorno de lucro ensejada pelos donos dos meios de produção nessa conjuntura.

Enquanto que o modelo de desenvolvimento na Europa e Japão adotou uma linha intervencionista de recuperação estrutural favorável à expansão da influência política, econômica e cultural dos EUA para a definição dos núcleos regionais e das órbitas do sistema, na América Latina, África e Ásia a abordagem adotada foi de aumentar a expansão horizontal do sistema e redimensionar verticalmente a continuidade dos mesmos mecanismos de exploração e dependência da periferia pelo centro, e mitigar a possibilidade entre países subdesenvolvidos então recém "*despertos da cambaleante irracionalidade e opressão de sua ordem econômica e social, cansados da contínua exploração por seus patrões internos e externos",* como disse certa vez Paul A. Baran (1984, p. 41), e assim romperem em definitivo com a herança colonial e a submissão imperialista e passarem a aderir aos ideais do bloco socialista e seus paradigmas econômicos de desenvolvimento planificado.

Ademais, o grande êxito das forças ideológicas do sistema foi de terem conseguido incutir uma perspectiva ilusória do desenvolvimento como um instrumento democrático, totalmente distinto das 'revoluções sanguinárias' e da 'servidão coletiva' profusamente atribuídas do socialismo emergente. No entanto, a concretude desse modelo foi extremamente ocasional, restrita a pouquíssimas circunstâncias em que o alcance da influência política se mostrou mais que suficiente para a criação e manutenção do *estabilishment,* o que exigiu muito mais em termos de interferência

contrarrevolucionária em países periféricos[4]. Numa época em que explodiam movimentos pró-independência e reações contra formas institucionalizadas de estratégias neocolonialistas em todo o Terceiro Mundo, era previsível que esta transição nunca se daria de maneira livre e espontânea, e a condução de políticas de desenvolvimento como instrumentos plenos para a edificação democrática se revelou uma abstração tão idílica quanto frágil – e também descartável no jogo de manutenção geopolítica de poder do sistema capitalista.

Na realidade prevaleceram nos países periféricos os interesses externos em manobra conjunta com as elites locais, "*a burguesia pobre e inexperiente dos países subdesenvolvidos que não buscou nada além de se manter acomodada à ordem vigente [...] vivendo numa sociedade baseada no privilégio* [...]" (BARAN apud AGARWALA, SINGH, 2010, p. 109), que para manter seu *status quo* não titubeou em se abraçar a esquemas com plutocracias políticas e econômicas tanto nativas quanto de fora, dando vazão a um híbrido político e social que passou a combinar o que de pior havia no mundo capitalista com elementos de uma espécie de servilismo neofeudal, impedindo qualquer possibilidade de crescimento autônomo.

Sob o pretexto de promover o progresso e a defesa de interesses nacionais, muitos desses paradigmas adaptados serviram para sustentar regimes antidemocráticos diretamente regidos pela interferência geopolítica de nações centrais do bloco capitalista, não hesitando fazer uso da força dos aparelhos de poder para a imposição dessa conjuntura. As convulsões sociais deflagram o nível geral de descontentamento em relação a estes processos de contingenciamento em prol da manutenção da ordem vigente. Aqui se encontra outra contradição cabal do desenvolvimento sob o viés capitalista – *sua existência na periferia é idiossincraticamente disforme* e há toda uma predisposição estrutural e supraestrutural para mantê-lo sob tal condição, o que implica no violento acirramento de desigualdades estruturais.

Como todo fenômeno autenticamente pertencente à lógica do capital, as mudanças nos modelos de desenvolvimento tendem a seguir o reajustamento subsequente às crises cíclicas do sistema, nunca conseguindo reunir forças para corrigir definitivamente o núcleo do problema, fato

---

[4] Na periferia e mesmo nas órbitas mais adjacentes do centro do sistema capitalista, as estratégias de desenvolvimento assumiram manifestações típicas de uma interferência política mais 'física' – lê-se, à base da violência e da opressão porque, como ainda hoje é possível acompanhar, a democracia pode ser algo completamente dispensável nos estratagemas geopolíticos de reprodução sociometabólica do capital às margens de seu sistema. Por outro lado, nos núcleos centrais este processo se deu de maneira mais implícita e sutil, decorrente do 'aprendizado' forçoso com as crises cíclicas anteriores do capitalismo que resultou na implementação de políticas de bem-estar social, controle inflacionário, concessão de direitos trabalhistas e medidas conjuntas de incentivo ao consumo, entre outros benefícios.

este que significa não apenas uma escolha proposital, mas uma causalidade irreversível. Não existem mecanismos suficientemente idôneos que se lancem ao controle dos modelos de desenvolvimento conforme essa racionalidade pelo simples fato ser esta uma tarefa improvável, dado o fato de o capital possuir um "*incontrolável sociometabolismo*" do qual falava Mészáros (2011, p. 96), a força que a tudo submete por meio de sua destrutiva dinâmica de assimilação.

Para alimentar um fluxo orgânico de reprodução aparentemente incessante, a ordem sociometabólica dessa entidade assume um processo totalizante de expropriação de recursos e de extração de mais-valia cada vez mais intenso, lançando-se sobre uma base material e social cada vez fragilizada diante de transformações negativas que lhes infringe na forma de externalidades, o que explica o caráter ciclicamente instável do sistema e sua propensão à destruição. Até agora ele tem se mantido mediante graças a uma capacidade autorregenerativa que lhe é inerente, mas que vem se mostrando cada vez mais irregular e incompleta ao longo do processo histórico. A periodicidade de seus colapsos se mostra cada vez mais curta e os efeitos cíclicos mais duradouros e complexos, o que apontam à proximidade de um estado de irreversibilidade estrutural do sistema.

Ao assumir de modo compulsório as mesmas propriedades da ordem que o determina, os modelos e políticas de desenvolvimento geralmente manifestam representações mais agressivas nas escalas mais periféricas do sistema até porque as forças potencialmente antagônicas a esses processos são potencialmente mitigadas pelo aparelhamento do Estado, que assume uma posição intermediadora entre os interesses do capital e das elites às suas formas de legitimação de controle social. E na atual conjuntura geopolítica de reprodução metabólica do capital, o fenômeno do desenvolvimento tem assumido a forma de frentes de mobilidade e de enclaves à procura de novas fontes de recursos e bases produtivas, lançando-se até mesmo em alguns casos sobre regiões há até pouco tempo completamente isoladas da modernização.

São as populações mais pobres e dependentes dos recursos exigidos pela expansão dos processos desenvolvimentistas que primeiramente sucumbem à implantação destas estruturas porque sofrem a ameaça de espólio dos meios materiais essenciais para a determinação de sua própria existência social. Encontra-se aí a terceira e talvez a mais contundente das contradições do fenômeno em questão que implicam até sobre sua própria validade ontológica: *o desenvolvimento como um processo que, quando não se interessa em assimilar formas sociais e relações sociais de produção, faz uso imediato de todo o expediente possível de eliminação,* sumária ou gradativamente.

Portanto, diferente da semântica progressista ainda muito associada ao termo, o modelo capitalista de desenvolvimento tem sido responsabilizado pela antropomorfização entrópica da dimensão natural e da alteração do corpo coletivo e de sistemas culturais de populações inteiras. Na verdade, as iniciativas de integração são mecanismos de regulação e padronização de formas sociais de produção e consumo, permitindo a continuidade apenas daquilo que se mostra interessante para amparar a expansão e acumulação do capital sobre o tecido periférico, o que não implica em outra coisa que não seja a exploração maciça de todo tipo de recurso disponível – natural e humano – estagnando-os através da destruição de ecossistemas, exploração e precarização da força de trabalho, marginalização e exclusão social.

A presente dissertação tece uma crítica aos modelos hegemônicos de desenvolvimento, ou seja, aquela noção preconizada para atender à dinâmica do capital, e sendo assim, portanto, algo incoerente quanto ao propósito em que se lança, insustentável em todos o sentidos possíveis e a todos os prazos estipulados porque incita uma apócrifa perspectiva de superação perene das necessidades materiais, como se deu pela industrialização maciça de outrora e agora se manifesta através da inabalável fé nas inovações tecnológicas, primando pelo aperfeiçoamento dos meios de produção ao mesmo tempo que esfacelam as relações sociais que a sustentam.

O desenvolvimento se apresenta como uma utopia defasada de sentido, muito embora seja ainda defendida e difundida como uma meta a ser atingida pelas economias capitalistas, e mesmo que a contradição entre suas premissas de produção e da produtividade se mostrem totalmente descoladas com a realidade material, não importando as tentativas de reforma operacional que geralmente surgem quando o aproveitamento de seus formatos começa a decair. Foi o que apontou Eli da Veiga (1993) sobre as tentativas frustradas de conciliação entre crescimento econômico, igualdade social e equilíbrio ecológico na fase industrial e se repetem agora na forma pós-industrial do capitalismo ao descrever como a reprodução de um dito parâmetro de desenvolvimento comparável ao de um estadunidense levaria o mundo ao colapso logo no começo do século XXI, ou como provoca Esteva acerca da inviabilidade e impertinência do modelo vigorante.

> Procura-se, antes de tudo, estabelecer controles políticos para proteger estes novos âmbitos de comunidades e oferecer aos homens comuns um contexto social mais favorável para suas atividades e inovações. Tais controles políticos só poderiam ser implementados quando a consciência pública dos limites do desenvolvimento se encontrar firmemente enraizada na sociedade. Mesmo aqueles ainda convencidos de que as metas de desenvolvimento são ideais relevantes para os chamados subdesenvolvidos, devem reconhecer honestamente as atuais impossibilidades estruturais para a materialização universal de tais metas: a maioria das pessoas não terá um carro, não vai poder se hospedar no Sheraton ou comer no McDonald's. Elas também não alcançarão 10 anos de escolaridade e acesso a

> serviços médicos de boa qualidade. O cinismo de quem, conhecendo esses limites, continua proclamando o mito, deve ser exposto publicamente (ESTEVA, 1996, p. 73).

Reconhece-se aqui como sendo um fenômeno ontologicamente disforme e que se baseia na desigualdade e na determinação de assimetrias estruturais para manter ativo o processo de reprodução sociometabólica do capital sustentado por uma incontrolável e sistemicamente instável capacidade de expropriação do excedente produtivo e de recursos materiais – processo este que se manifesta de forma muito mais direta, plural e violentamente complexa entre os mais pobres, aqueles que estão social e materialmente mais à margem dentro da estrutura hierárquica de controle do capital.

A partir da representação esquemática do desenvolvimento como uma conjuntura instrumental à subordinação disruptiva da natureza e do trabalho ao poder do capital e do seu impacto sobre as escalas mais periféricas do sistema que o presente estudo procura discorrer sua linha de argumentação através do seguinte problema: enquanto ferramenta estratégica para o processo de reconfiguração estrutural da lógica de expansão e acumulação do modo de produção capitalista em escala global – e, portanto, 'hereditariamente' dotado das mesmas propriedades instáveis e disruptivas resultantes das contradições internas que acometem toda e qualquer categoria sob a ordem de reprodução sociometabólica desta entidade central – *como o desenvolvimento repercute simbólica e materialmente dentro das relações sociais de produção da vida material e a própria produção social da natureza entre populações e culturas situadas na periferia do sistema*?

Para subsidiar uma construção argumentativa e teoricamente exploratória que permita aproximar-se de uma resposta para tal problemática, a dissertação toma os seguintes norteamentos hipotéticos:

I) A natureza é uma construção cultural. Mas também é resultado de uma produção social que não pode ser isolada do processo histórico. A forma como a relação entre natureza e sociedade é concebida ao longo do tempo é resultado do desenvolvimento das forças produtivas ou mais precisamente da antropomorfização da natureza. Como o ferramental do método marxista permite abstrair uma via para a compreensão da totalidade (GODELIER, 1981; TERRAY, 1979), foi inevitável ao longo do processo histórico que esta relação atingisse situações de conflito, mas sempre mediada pela constituição de uma espécie de homeostase tamanha a condição intrínseca entre as dimensões natural e humana – algo próximo daquilo que Marx descreve como sendo o *metabolismo social* (apud

FOLADORI, 2001, p. 106). As reminiscências do desenvolvimento carregavam esta mesma condição até a ascensão do modo de produção baseado no capital. A institucionalização do desenvolvimento é uma aquisição relativamente nova dentro da história do capitalismo, mas que agora também se encarrega em estabelecer a continuidade da hegemonização da ordem sociometabólica do capital sobre a natureza e a sociedade;

II) Na periferia do sistema, o desenvolvimento é disforme, estruturalmente assimétrico e socialmente desigual. Diferente do que justifica o rigor formalista das teorias dominantes, o fenômeno se assume enquanto *subdesenvolvimento* por que de tal forma se cumpre uma estratégia dentro das hierarquias de controle da ordem sociometabólica do capital em escala mundial. Bem mais que uma simples relação entre causalidades e efeitos que induzem ao equívoco de uma imutabilidade do sistema como sendo algo espontâneo, o desenvolvimento disforme nas periferias é resultado de um esforço conjunto de fatores exógenos e endógenos interessados na continuidade desta ordem;

III) Os impactos dos processos desenvolvimentistas sobre o tecido social e a dinâmica ecossistêmica de países pobres têm sido gigantescos e extremamente nocivos. Ao mesmo tempo têm (in)surgido formas sociais reativas a esses fenômenos, organizando-se – ainda que incipiente e descentralizadamente do ponto de vista político – em torno da defesa de direitos sobre uso e apropriação de espaços e recursos comuns, que são os meios indispensáveis para a continuidade das condições de existência de milhões de pessoas em todo mundo. Muitas dessas manifestações têm incorporado adaptações no controle das forças produtivas e das relações sociais de produção, sobretudo no que diz respeito ao processo de apropriação dos meios materiais de existência na natureza. Supõe-se a existência de uma racionalidade que mescla formas preexistentes a outras assimiladas, e que funcionam marginalmente – tanto no sentido de orientação dentro das escalas espaciais de controle hierárquico do sistema capitalista quanto no tocante a um comportamento insurgente, de resistência das coletividades – e podem sugerir representações alternativas de transformação material e social resultante em outra ordem totalizante e sistemicamente plural que não separa a dimensão natural da humana, tampouco a racionalidade ecológica da econômica; algo que supere as ‘alternativas sustentáveis’ de desenvolvimento sempre obedientes aos modelos dominantes. Para denominar essas formações marginais ou locais,

recorreu-se de empréstimo àquilo que Cavalcanti (2001) começou a esboçar como sendo uma *etnoeconomia*.

O principal objetivo desta dissertação é investigar como o desenvolvimento enquanto fenômeno subserviente à ordem de reprodução sociometabólica do capital altera as condições de existência e a própria produção social da natureza entre populações e culturas na periferia do sistema. Para complementar esta meta, o processo de construção do estudo se lança em três frentes de discussão. Primeiramente, aborda-se a concepção histórica da ideia e práxis do desenvolvimento, desde os aspectos prévios que remetem à questão da relação entre sociedade e natureza, passando por sua apropriação institucional pelo modo de produção capitalista até chegar às manifestações mais contemporâneas do fenômeno. Em seguida, tem-se a investigação sobre o desenvolvimento no contexto periférico, como sua implementação tem se apresentado como exercícios de ajuste forçado entre modelos teóricos 'ideais' e realidades completamente distintas, estabelecendo a uma correlação existencial junto a estruturas assimétricas que o próprio fenômeno origina. Por derradeiro, propõe-se uma análise do impacto desses modelos sobre as microescalaridades do sistema ou mais precisamente sobre formações etnoeconômicas que insurgem contra a ordem de controle sociometabólico do capital apesar de toda a desproporcionalidade, porque sofrem com ação de forças antagônicas que regem tais eventos e alteram a dinâmica local de apropriação dos meios e das relações sociais de produção da vida material.

Ademais, o estudo lança as bases para uma futura investigação – ainda que de maneira incompleta do que previa o desenho original do estudo – sobre supostas formações etnoeconômicas correspondem a estruturas culturais de resistência situadas à margem da expansão de frentes desenvolvimentistas que procuram adaptar suas relações sociais de produção de maneira concordante à sustentabilidade dos meios naturais que garantem suas condições de existência, ou mais precisamente, demonstram uma suposta construção social nas formas de uso e apropriação de recursos comuns de modo coerente às dinâmicas ecossistêmicas locais.

Contudo, adianta-se que a presente dissertação não conseguiu constatar a validade de uma pretensa *etnoeconomia* por que este não era seu intuito principal do estudo, mas, sobretudo, pela consciência de que este exercício analítico demandaria um meticuloso processo de investigação com base em evidências empíricas que confirmasse ou não uma organização social preexistente ou resultante como uma variante adaptativa diante da expansão de frentes desenvolvimentistas sobre os modos de vida de populações historicamente marginalizadas. Optou-se aqui pela investigação

bibliográfica sobre autores e conceitos de maneira que se edificasse uma linha canônica entre a ideia de desenvolvimento como um paradoxo das relações entre natureza e sociedade e sobre como isto se intensificou no capitalismo até a insurgência de manifestações locais que se mobilizam a princípio desde sua organização coletiva de produção por uma posicionamento sociopolítico e ecológico totalmente contrário à ideia e à práxis do paradigma dominante. Espera-se que esta iniciativa possa abrir um pequeno precedente, provocando o debate e a necessidade de construção de investigações mais elaboradas a nível teórico e metodológico, especialmente na análise empírica das realidades sociais que evidenciam tais eventos.

Epistemologicamente, este estudo teve de transitar pelos domínios científicos da economia, ecologia, antropologia e, em razão da opção por esta abordagem interdisciplinar, foi inevitável recorrer a transversalidades não muito comuns em termos de referencial teórico que abordem o objeto de estudo representado pelo desenvolvimento socioeconômico, como no caso da antropologia econômica e da economia ecológica. Apesar do caráter heterodoxo, procurou-se orientar o método do materialismo histórico na construção do estudo, muito embora um exercício de autocrítica tenha despertado em seu autor que o mesmo deve adensar consideravelmente seus conhecimentos sobre a dialética marxista.

2 DA REVOLUÇÃO COGNITIVA AO COLAPSO METABÓLICO[5] – Antecedentes do paradoxo entre natureza e sociedade

O significado de desenvolvimento tal como concebido e difundido na atualidade não pode ser cobrado como algo isolado, tampouco relativamente novo dentro do processo histórico. Trata-se de um processo longo e intimamente conectado com outras estruturas simbólicas que, senão concebidas no âmbito do próprio sistema capitalista, foram posteriormente absorvidas por sua dinâmica até atingir um caráter devidamente instrumental e prático para fins bem definidos.

Sob este signo, tal preceito se revela consorte inseparável da globalização e ambos não estariam muito distantes do que significaram a colonização e o imperialismo em outras épocas, presumindo-se que o processo de mundialização das formas de acumulação e reprodução do capital jamais tomaria a complexidade e magnitude atuais sem ter se beneficiado do encadeamento desses estágios.

O que se julga relevante enquanto peça para fundamentação argumentativa do presente estudo é a possibilidade de investigação sobre como tais desdobramentos da produção capitalista de posse dessas sinergias conseguiram se consolidar ao longo do tempo histórico e no espaço geográfico a ponto de erodirem barreiras plurais no sentido de satisfazer o ordenamento de tecidos e objetos necessários para efetivação de uma pretensa racionalidade afirmável somente em si e para

---

[5] No léxico marxiano, a palavra *metabolismo* é usada para explicar a organicidade das relações que se estabelecem entre os fatores produtivos. O principal é o *metabolismo social,* o processo de trabalho e produção pelo qual o homem produz sua vida material através da energia e recursos adquiridos e geridos a partir da natureza, o *metabolismo universal*. Tal conjunção permaneceu relativamente equilibrada até a ascensão do modo de produção capitalista, cujo processo autonomizado de reprodução se lança sobre as conjunturas não-renováveis de um sistema finito, provocando fendas metabólicas nas bases ecológicas da existência humana, como lembram Saito (2017), Mészáros (2006; 2011) e Foster, Clark & York (2004). Encontra-se na exposição desses conceitos um aspecto ecológico ainda pouco difundido na crítica da economia política de Marx, muito embora reconhecido e rebatido por teóricos da economia ecológica. Ribeiro (2011), ao criticar outro trabalho de Foster (2005) ao mesmo tempo em que procurar reedificar o aporte institucionalizado do conceito de desenvolvimento sustentável, acaba considerando as conclusões do sociólogo estadunidense como se tivessem sido concebidas pelo próprio Marx. Mais atentos, Cechin & Veiga (2010) identificaram logo no primeiro volume d'O Capital algo como 'esquema de reprodução simples' em que sistemas econômicos independem de recursos naturais porque podem se sustentar através de fluxos constantes de produção de bens de capital e bens de consumo, que seriam suficientes para assegurar a estabilização entre fatores produtivos exigidos para a produção – o que por sua vez viria contra a interpretação entrópica de Georgescu-Roegen (1996) baseada nas leis termodinâmicas na qual o mesmo afluxo de energia seria capaz de sustentar demandas crescentes de produção sem perda de eficiência. No entanto, ao longo da produção solo ou na parceria com Engels, a fundamentação de uma 'teoria da fissura metabólica' como interpretação marxiana da crise ecológica não somente refuta evidenciações genéricas de *equilíbrio* como estabelece a subalternização de sistemas econômicos – e políticos – às leis que regem sistemas físicos, bem como a transversalidade entre natureza e sociedade na recomposição de uma lei reguladora da produção social como resposta à expansão autodestrutiva do capitalismo (SAITO, 2017; FOSTER, 2015).

si, ou sobre como se estabelece a assimilação de extremos para legitimação de um discurso em que as prioridades produtivas da economia são invertidas a ponto de que se considere que o atendimento da demanda global por matérias-primas justifique a promoção de pobreza e violência, afetando populações locais dotadas de lógicas singulares de apropriação material e simbólica de territórios com célere agressividade.

É possível que uma sugestão ou tentativa de resposta resida na desconstrução da perspectiva hegemônica de desenvolvimento, destituindo-lhe da ilusão travestida de ultimato irrevogável daquilo que seria o mais elevado patamar atingido pela espécie humana em seu processo evolucionário tendo a civilização ocidental como paradigma, a tecnocracia como razão absoluta e uma aparentemente inesgotável capacidade de superação de limitações e dificuldades – mesmo que estas se assumam como consequência da desestruturação de um sistema autofágico – para situá-la mais próximo de um quadro real da maneira como de fato se apresenta, constituída por múltiplos e complexos fragmentos que quando compreendidos isoladamente em sua *microescalaridade* permitem revelar importantes unicidades, ainda que estejam cada vez mais marginalizadas e expostas a transversalidades e externalidades de escalas mais abrangentes e estruturas dominantes que as submetem a sinergias distorcidas e disruptivas entre si.

Para a interpretação desses pequenos fragmentos e escalas que constituem realidades ignoradas – povos originários, comunidades tradicionais, camponesas, entre outras populações diretamente afligidas pela 'pós-modernidade' – a legibilidade do desenvolvimento por meio da narrativa de antropocentrismos dominantes não somente é insipiente como se mostra integralmente nociva porque negligencia singularidades, mecanismos e simbolismos próprios que concebem e sustentam modos de vida com suas formas de organização social e identidade cultural, compartimentando-as num violento processo de padronização.

Na imposição de um modelo externo às realidades locais, o que não é passível de assimilação, ou seja, o que não pode ser transformado em mercadoria é descartado das novas relações de poder estabelecidas.

Por um alegado padrão de desenvolvimento, territórios ancestrais dotados de patrimônio cultural e de biodiversidade imensuráveis se transformam em meros provedores de recursos ou são redefinidos como plataformas de instalação, operação e circulação de *fixos* para servirem como objetos funcionalizados por processos de dominação bem definidos; enquanto que as populações submetidas a um processo de desterritorialização, que se não absorvidas pelo mesmo paradigma

hegemônico para servirem como força de trabalho barata e da sociedade de consumo são sumariamente marginalizadas e reprimidas quando se insurgem contra o avanço de dinâmicas forçadamente instauradas.

A semântica mais apropriada para o reconhecimento do contato nada harmônico entre fragmentos de totalidade tão díspares – e das fricções interculturais que nada têm de integrativas[6] porque são naturalmente instituídas na base do conflito – é a *dialética,* porque por ela se permite a reflexão mais abrangente da contradição entre capital, natureza e sociedade.

Pressupõe-se como sendo de valoroso auxílio o exame ontológico sobre como a noção predominante de desenvolvimento se deu por fases, de modo que se possa evidenciar como a produção material moderna – e, por conseguinte, a fundamentação de desenvolvimento que lhe foi atribuída – corresponde à síntese de uma longa trajetória e obedece a uma dimensão imaterial que determina desde a subjetividade individual até a própria gênese e difusão de uma cultura perpetuada em relações desiguais e excludentes, acima de tudo na periferia do capitalismo.

2.1 Natureza, técnica e cultura

A superação da condição humana de entidade biológica até o estágio de civilização somente foi possível pela manifestação de um período posterior representado pela evolução de sua capacidade cognitiva e da subsequente apuração *técnica,* que a distinguiu primeiro de uma entidade racional para depois determiná-la como entidade cultural. Mas, mesmo como todo o decurso de transformações, a relação entre humanidade e natureza se manteve por muito tempo estável ou, como se torna cada vez mais lícito afirmar pela prospecção dos testemunhos da História Natural, firmou-se em episódios de completa mutualidade.

Especula-se que a revolução cognitiva dos primeiros antropoides em conjunto com a revolução técnica teria sua gênese a partir do nível de aprimoramento da relação com a natureza não apenas no sentido adaptativo, como de que determinados fatores presentes na dimensão física tenham atuado como impulso fundamental na estimulação da capacidade intelectual das primeiras experiências de produção da matéria e uso de sua forma concebida enquanto objeto para a realização de tarefas cotidianas, mais primeva representação cultural dentro do gênero, mas também no sentido transformativo, a etapa crucial de superação entre a ação puramente instintiva da

---

[6] Para discordar das diligências conduzidas pelos Estados-nações com o objetivo de integração cultural de povos originários ao 'desenvolvimento' (COHN, 2001).

intencionalidade apreendida pela percepção entre causalidade e consequência para a ação planejada, ou seja, a manifestação primária de raciocínio. Diz-se que foi a paisagem savânica que teria proporcionado a reunião dos elementos necessários para que um parente mais antigo da espécie humana pudesse evoluir orgânica, cognitiva e culturalmente, congregando-se de atributos que o diferenciasse no processo de competição natural (MOURA et al., 2018).

A transição do transporte arborícola para o deslocamento bípede pelo chão e com isto o fomento à postura ereta; a apuração do paladar e a acuidade da visão frontal que possibilitou o consumo de diferentes fontes de nutrientes e de maior eficiência da sua forma de obtenção, assim como a visualização de eventuais predadores na paisagem; e pela primeira vez, a conversão de todo tipo de material disponível em ferramentas e estão entre uma vasta série de modificações biológicas intimamente vinculadas aos primeiros avanços culturais que repercutiram na consagração evolutiva da espécie humana pela seleção natural – e social – das forças produtivas capazes de transformar a natureza para seu benefício.

Não se sabe ao certo se outras paisagens naturais poderiam oferecer o mesmo conjunto de condições favoráveis ou se os resultados poderiam divergir, mas de toda forma foram os eventos ocorridos em alguma parte do atual continente africano – ou em várias, simultaneamente – que possibilitaram a irradiação evolutiva e ao ecumenismo que milhares de anos à frente incorreriam na consolidação de humanoides modernos, entre os quais o *homo sapiens.*

Mesmo que a ciência ainda não consiga explicar plenamente o conjunto de circunstâncias que proporcionaram com que a espécie humana atingisse grau distinto na escala evolutiva – o que não quer significar outra coisa senão o fato de não ter sido extinta no comparativo parentesco próximo, do mesmo tronco filogenético e dotados, portanto, de características similares e igualmente suscetíveis a uma cadeia comum ou próxima de eventos e fatores extensíveis na gradação evolutiva – estima-se que a exposição espontânea e aleatória ao longo do tempo a condicionantes específicos do meio físico tenha contribuído efetivamente na estimulação de eventos de adaptação posteriormente reproduzidos, modificados e sintetizados em codificação genética e alterações fenotípicas que lhes conferiram maior resistência e tolerância adaptativa às transições e variações ambientais para gerações seguintes.

Além da incitação do meio nos processos de adaptação, há evidências de que o desenvolvimento conjunto da técnica também foi determinante na transformação do próprio organismo. Possivelmente, houve uma simbiose de fatores biológicos, ambientais e técnicos que se

entrelaçaram na delimitação de um componente básico de construção de existência sem que se sobrepujasse a dominância de um fator sobre o outro, mas sim, um elo de reciprocidade.

Permitidas as devidas falhas de limitação quanto à não recorrência ao maior rigor do método arqueológico e da antropologia evolutiva, é possível dentro das devidas proporções conjeturar a razoabilidade do argumento de benefício mútuo e a inseparabilidade entre natureza e evolução humana, e há muitas evidências que sugerem estes vínculos através dos quais a humanidade em seus primórdios conseguiu adaptabilidade necessária para avançar em diferentes dimensões ambientais em tal compasso de interação que transformações fisiológicas e anatômicas ocorreram em paralelo tornando-a biológica e culturalmente única pelo nível de domínio manual para criação e manipulação de objetos como ferramentas, comunicação e emprego de símbolos linguísticos, organização social, formação do imaginário, capacidade criativa, abstração e raciocínio lógico, que logo depois se refletiram sobre a capacidade de transformação material, interpretado como os primeiros sistemas técnicos, matrizes primárias de formas mais complexas de produção e organização cultural.

A pirotecnia, por exemplo, foi fundamental para melhorar a absorção de nutrientes e, consequentemente, a diversificação alimentar e o rendimento metabólico, e a produção de ferramentas e procedimentos operacionais para atividades específicas como caça, pesca, proteção, domínio territorial e construção de abrigos denunciam a proeminência da técnica na evolução orgânica e na transformação do meio físico.

A continuidade e interligação de eventos diversos, desde a simples capacidade de uso e manipulação de objetos diversos como extensão de seu próprio corpo, até o pleno domínio operacional desses objetos para a obtenção de recursos para executarem diferentes tarefas, até a domesticação de plantas e animais no Neolítico[7], a história natural evidencia diferentes marcos transformativos do único ser capaz de alterar intencional e categoricamente o meio físico para fins de subsistência[8], mas o que tornou o *homo sapiens* distinto ainda que fosse fisicamente mais frágil e menos ágil em comparação com outras espécies com quem disputavam o mesmo *habitat* e nicho

---

[7] Diz-se que as primeiras experiências de seleção artificial de espécies vegetais se deram em momentos muito próximos nos 'crescentes férteis' do Norte da África e ao longo da Ásia – Delta do Nilo, Mesopotâmia, vales do Ganges, do Indo, Yang-Tsé e Huang-Ho – há 10 ou 12 mil anos (MAZOYER, ROUDART, 2010).

[8] Dentro da etologia ou psicologia experimental são percebidas habilidades extraordinárias nas mais diferentes espécies envolvendo inclusive apreensão eidética, arranjos de linguagem, capacidade de planejar ações futuras e até mesmo uso de objetos para determinadas atividades, como por outros primatas modernos de quem se acredita que sejam os únicos próximos de atingirem determinado grau de cultura tecnológica tal como ocorrido seus parentes próximos, os humanos (FALOTICO et al., 2017).

trófico foi sua capacidade cognitiva quando começou a conceber ferramentas, elaborar sistemas técnicos e realizar intervenções operacionais no ambiente que foram fundamentais em seu processo evolutivo.

No conhecido texto de 1876[9], um Engels (2000) fortemente inspirado pela heurística evolucionista que ganhava força à época ratificou que o desenvolvimento do intelecto humano estava diretamente relacionado aos estímulos adaptativos, gradativos e cumulativos aos quais seus antepassados diretos foram submetidos à interação com o meio físico e ao aprimoramento técnico resultante dos contatos estabelecidos, da transgressão ante as limitações e intempéries às quais eram expostos; o que explicaria, num primeiro momento, alterações gradativas que forçaram alterações metabólicas, morfológicas e comportamentais imprescindíveis para um quadro condicionante que tornaria a espécie humana mais adaptada a fatores seletivos, mas, ainda assim, o fator natural sempre se mostrou inseparável no âmbito do processo evolutivo. Sua interpretação do evolucionismo – que reverberaria também nas abstrações mais primárias do materialismo histórico[10] – aduziu que a técnica estaria, portanto, diretamente ligada ao surgimento do trabalho – o primeiro fator produtivo primordial – e consistindo de um atributo teleológico, a mediação entre o indivíduo e o objeto de sua vontade ou necessidade e que, na aurora da espécie humana, residia essencialmente na utilização da natureza o outro fator produtivo primordial.

A dominação da natureza pela técnica e trabalho humanos não significavam prontamente rompimento ou uma relação degenerativa, mas domesticação ou antropomorfização. Na gradação das etapas de evolução cultural da espécie humana, a ação da consciência era de todo mantida pela percepção de limites da exploração de recursos, mais precisamente porque o limite da técnica e do desenvolvimento humano era em si regido por um determinado conjunto de elementos ecológicos.

Várias evidências sugerem a manifestação natural como incontestável fator de propulsão da capacidade cognitiva e técnica. Antepassados humanos criaram e diversificaram o vestuário e a arquitetura conforme a necessidade de proteção das intempéries climáticas e é bem sabido que a confecção de determinados instrumentos se deram pela adaptação funcional dos objetos ao meio, de maneira que determinado tipo de ferramenta pudesse ser efetivo para um determinado propósito, e fora do contexto ambiental e de domínio de paisagem pelo qual fora apropriadamente concebido

---

9 *Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem.*

10 Como destaca Hobsbawm (1985) na parte introdutória da tradução do texto de 'Formações econômicas pré-capitalistas'. A admiração e inspiração de Marx e Engels a Charles Darwin e sua teoria evolucionista são claras e mencionadas em boa parte da obra da dupla (FOSTER, 2016; 2015; 2005; 1999).

vinha a perder completamente seu significado e função, mesmo que estética e morfologicamente continuassem a ser idênticos (SORRE, 1984). No entanto, os procedimentos não aparentavam ter o intuito de produzir resultados mais do que o necessário para a sobrevivência individual e de seu grupo social, o que refletia diretamente na conservação de estoques naturais e do controle de recursos pelas populações.

Quando o gênero de vida do homem primitivo era predominantemente nômade e baseado na caça ou pesca, o domínio técnico e a apuração de suas habilidades teriam possibilitado o acesso a múltiplas fontes de bens naturais, mas a opção de consumo seria reservada àquela cujo 'custo' individual ou social exigido para sua obtenção pudesse oferecer um resultado superior para cobrir variáveis como tempo, disponibilidade do recurso, logística e energia expendida para a realização destas atividades, mesmo que a margem positiva, o 'lucro' gerado, fosse levemente maior porque aquilo seria mais que abundante para locupletar suas necessidades. O excedente obtido com as empreitadas exitosas seria eficiente e suficiente para arcar com os esforços e recursos empreendidos, inexistindo nesta racionalidade sob tais parâmetros excessos que pudessem provocar cenários de sobreconsumo, estagnação e extinção de recursos (SAHLINS, 1972).

Mesmo em algumas sociedades que dominavam a agricultura, o desempenho ensejado atendia a critérios e resultados similares, de geração e acumulação de excedente satisfatório para o autoconsumo e a pequena circulação na efetivação de trocas mais providas de um significado simbólico do que para obtenção de riqueza material, ou seja, assumiam um valor de uso muito mais importante que o valor de troca, moldando uma economia da reciprocidade, da dádiva estabelecida entre indivíduos e entidades, inclusive com elementos da natureza entre as primeiras representações deificadas (MAUSS, 2003).

A reprodução deste raciocínio se faz presente – ainda que muito fragilmente – em sociedades marginais à hegemonização capitalista. Mesmo com a introdução pelo colonizador de elementos alheios ao seu padrão cultural que poderiam multiplicar a capacidade de exploração e o rendimento do trabalho, alguns casos testemunhados apontavam a prevalência de comportamentos distintos. Relatos de colonizadores e viajantes da região do Ártico levantados por Maximilien Sorre (1984) indicam que mesmo com a introdução pelos colonizadores europeus de armas e técnicas de caça e pesca mais precisas, inuítes dificilmente excediam o volume de captura mais do que o necessário para suprir suas necessidades diárias, inclusive durante os mais rigorosos invernos. Godelier (1981) apontou, através dos estudos de Carneiro (1968) e Salisbury (1957) respectivamente

entre os *kuikurus* amazônicos e os *siane* da Nova Guiné, que o trabalho indispensável para a sobrevivência coletiva desses grupos não ocupava mais que três horas do dia, e mesmo o suposto benefício de técnicas mais avançadas – como o machado de aço em substituição ao de pedra polida, reduzindo em 30% o esforço despendido para o preparo de roças de inhame e taro – não fora objetivado para a ampliação do excedente, mas para o tempo dedicado a atividades não-econômicas, como a guerra, celebrações e rituais.

A transposição de limites teria sido acarretada pela necessidade material, incentivando a direção de esforços para transformações tecnológicas não somente a nível individual e subjetivo, mas acima de tudo em termos de organização coletiva em torno da obtenção ou produção de víveres. A primeira noção de desenvolvimento enquanto progresso material remete a eventos em que a ampliação da capacidade produtiva excedeu as carências básicas da humanidade, do qual Lewis H. Morgan[11] alegaria como o passo elementar para a superação da selvageria e da barbárie até se atingir a civilização.

> A habilidade nessa produção desempenha um papel decisivo no grau de superioridade de domínio do homem sobre a natureza: o homem é, entre todos os seres, o único que conseguiu um domínio quase absoluto da produção de alimentos. Todas as grandes épocas de progresso da humanidade coincidem, de maneira mais ou menos direta, com as épocas em que aumenta as fontes de existência (MORGAN apud ENGELS, 2017, p. 27).

Ademais, a posse do excedente e as implicações resultantes foram determinantes para a gênese e consolidação de propriedade privada, diferenciação de classes por linhagens de parentesco e de suas respectivas representações de poder, os estamentos germinais da posteriormente o que teria firmado as primeiras representações do arcabouço que o decorrer do processo histórico consolidaria como diferentes modos de produção – asiático, escravagista e feudal – não precisamente sucedâneos em termos de substituição de uma etapa atrasada para outra mais moderna até porque esses modos chegaram a coexistir concordante ou conflituosamente na mesma escala geohistórica[12], mas que certamente resultaram de embates e reflexos de transição compreensíveis, que

---

11 Antropólogo estadunidense cujas pesquisas apresentadas em *Systems of Consaguinity and Affinity of the Human Family* e *Ancient Society* serviram de base para a teoria dos modos de produção de Marx e Engels.

12 Excetuando as controvérsias persistentes na classificação de modos de produção, pela classificação geral, a diferença por etapas sucessivas entre modos de produção é puramente didática (SROUR, 1978). O modo de produção asiático foi hegemônico desde o surgimento das grandes civilizações antigas, mas em sua 'periferia' existiam culturas que exerciam modos de produção ainda 'primitivos', sem divisão de classes e formação de um Estado. Por exemplo, durante a Idade do Bronze, (3.300-700 a.C.), enquanto os europeus ainda se organizavam em sistemas clânicos, no Egito e na China já existiam dinastias. Outra coisa é que os modos de produção não são igualmente concêntricos e fechados em suas características, assumindo feições presentes em outros modos, sem que necessariamente transmitam uma etapa de transição e enfraquecimento. Em sociedades caracterizadas pelo modo asiático, embora a produção

sacramentariam o arcabouço da cosmologia ocidental consolidada pelo chamado modo de produção capitalista.

Nada obstante, a interpretação de uma evolução linear de modos de produção como passagens do desenvolvimento de que a geração e posse do excedente derivam em melhoramento conjunto para a sociedade esconde fraturas precípuas quanto ao alargamento da jornada diária de trabalho, da maior expansão espacial dos processos e do consumo de recursos que resultaram nas primeiras evidências de desigualdade em termos de divisão social do trabalho e da natureza, em que, como disse Godelier (1981, p. 38), "*a correlação simples outrora suposta entre existência de um excedente, tempo livre, invenção da cultura, progresso da civilização, já não aparece hoje baseada nos fatos e exige uma reinterpretação das condições de evolução da vida social e da história*".

Independente da dicotomia entre culturalistas e naturalistas – ou de modo preciso e em respectivo, da cisão teórica entre os que não compreendem a cultura como parte da evolução natural da humanidade e aqueles que entendem a noção de cultura como a extensão social da natureza – essa valorização da técnica como o componente nuclear na formulação de uma *genealogia de objetos* (DESCOLA, 2002) ou como a unidade essencial na definição de uma ontologia local, a *máquina purificadora*[13] de Latour (1994), entre outras explanações que de toda maneira fazem alusão a um caminho alternativo para a continuidade da desconstrução do paradigma dualístico desde as observações elaboradas por Lévi-Strauss (2008), um dos maiores defensores da indivisibilidade entre cultura e natureza.

Por mais que ainda persistam teses deterministas e definições ainda mais fatalistas que procuram se encarregar de explicações sobre o porquê de algumas sociedades atingirem presumido maior grau de desenvolvimento por justamente terem transgredindo limitações naturais pelo avanço da técnica e da evolução cultural, o que em simultâneo que dizer também que há sociedades mais 'atrasadas' porque não conseguiram superar fatores ambientais de constrição pela sua suposta

---

ficasse a cargo de estratos sociais inferiores, a escravidão era corriqueira. Samir Amin menciona o 'modo de produção tributário' em que a base da produção fica a encargo de uma classe camponesa explorada por uma elite burocrática que lhes cobra um tributo; numa relação que "[…] *tende quase sempre a feudalizar-se, ou seja, a classe dirigente substitui-se à comunidade na propriedade eminente privada do solo*" (AMIN, 1976, p. 11). Mesmo com a onipresença do capitalismo contemporâneo persistem exemplares de modos de produção antigos quase intactos, mas seriamente ameaçados de assimilação. A própria experiência colonial capitalista se deu sobre a exploração de trabalho escravo, a quem Ciro Flamarion Cardoso e Héctor Brignoli (1979) denominaram de *modo de produção escravista colonial*.

[13] Apropriações perceptivas assumidas por determinadas representações culturais quando em contato com objetos externos à sua realidade, da qual Latour (1994) se refere como *máquina purificadora.*

deficiência técnica, há iniciativas multidisciplinares no campo acadêmico que procuram romper com tais semânticas que em muito serviram para justificar valores e práticas satisfatórias para uma perspectiva ideológica dominante.

Contestações da supremacia tecnocrática assumem cada vez mais espaço em favor de uma abordagem processual, ou seja, da inseparabilidade entre as dimensões, da negação da contraposição ontológica entre natureza e cultura ao considerar que a técnica as interliga por meio de lógicas e práticas que são singulares a dadas circunstâncias e na delimitação de sujeitos da ação e de objetos da ação inerentes a uma cosmologia específica e que, ao menos na abordagem científica, a velha oposição entre cultura e natureza é algo recomendado a ser percebido somente como recurso metodológico ou como instrumentação empírica, o que abre um amplo horizonte de "*investigação de formas diferentes de construir essa relação, abolindo a necessidade da natureza única, dada e inata versus culturas construídas pelo esforço humano"* (VELDEN, BADIE, 2011, p. 15-16).

Grande parte das evidências históricas, arqueológicas e etnográficas de civilizações antigas e sociedades pré-capitalistas aponta para o fato em que a relação entre natureza e sociedade permaneceu relativamente de certa forma coesa e coexistente durante séculos, em que sua própria materialidade exerce vínculos fortes com a dimensão cultural de maneira a não se consolidar uma graduação entre uma dimensão como superior à outra, mas sim intercambiável e contínua entre múltiplos planos do qual a natureza: do social, econômico e político ao cultural, ideológico, simbólico e semântico; do físico ao metafísico; do carnal ao sobrenatural; do profano ao sagrado.

Em tese, isto traria algum tipo de suporte para explicar o fato de como desde sociedades ágrafas até civilizações com alto grau de complexidade e nível de organização social e cultural, como mesopotâmios, egípcios, núbios, hindus, chineses, astecas, maias, incas, entre tantos outros, não exprimem rupturas do seu desenvolvimento técnico e material em relação à natureza, tendo-a como elemento onipresente na vida social em todos os aspectos possíveis.

A técnica, a formação e operacionalização das formas de conhecimento e de todos os sistemas culturais demonstram conjunturas totêmicas, de tabus, ritos e cosmogonias intrinsecamente conectados ao movimento dos ciclos naturais e com a regulação de recursos compreendidos como limitados dentro de uma racionalidade única, e são vários os exemplos de adaptação e integração de complexos socioculturais e naturais partindo da significação da intercessão técnica como bloco fundamental, o que quer dizer em determinadas conjunturas culturais são percebidas interações de objetos e arranjos tecnológicos adaptados à dinâmica ecossistêmica nos quais estão inseridas e não

como fatores degenerativos. Nesses casos que correspondem a quase toda sociedade não capitalista, há sinais suficientes de que a cultura evoluiu em algum grau de convergência à dimensão natural[14].

Na descrição do *Negara – o Estado-teatro balinês pré-colonial* – por Geertz são relatadas vastas e complexas redes de irrigação – os *subaks* – como elementos vitais para autonomia política e manutenção das instituições socioculturais tão arraigadas e resistentes que sustentam ainda hoje a base da agricultura ao sul do arquipélago indonésio, capaz de superar tentativas de padronização colonial da produção e o avanço da mecanização na rizicultura para atender a demandas de exportação[15].

Na tese *funcionalista*[16] de Florestan Fernandes (2006) sobre a guerra como *fato social* entre os tupinambás, o componente ecológico é percebido como meta inconsciente, mas estritamente funcional porque a beligerância entre as tribos correspondia a um padrão cultural que embora simbolicamente instituísse determinada atribuição ritual como meta direta – vingança, rivalidades tribais, honra aos ancestrais, entre outros – servia indiretamente ao equilíbrio populacional e controle de fluxo migratório, fatores indispensáveis para a economia baseada no sistema de agricultura rudimentar itinerante e à subsequente melhora no rendimento da provisão das aldeias, quando os solos cultivados se encontravam em vias de estagnação.

---

[14] O que não quer dizer que toda sociedade não-capitalista ou marginalizada por esse sistema seja culturalmente preservacionista ou conservacionista. Diegues (2000) alerta que o ecocentrismo de que todos os povos originários e populações tradicionais conseguiram alcançar um estágio de perfeita sincronia com a dimensão ecossistêmica é um 'neomito', uma romantização que inclusive é interpretada, de maneira proposital e deturpada por agentes específicos para denunciar supostos desvios dos 'ecologistas culturais' quando em contato com a cultura ocidental e o capitalismo. Cunha (2009) fala que a conservação enquanto entidade cultural pode ser exercida somente ideologicamente, ou seja, sem aplicação na prática; ambas podem coexistir; ou mesmo casos em que a prática ecologicamente racional ser realizada, mas destituída de qualquer atribuição figurativa. Em verdade, como se pretende discutir num capítulo dedicado à racionalidade ecológica ligada à atividade econômica, que há uma conexão íntima entre manifestações culturais, sistemas técnicos e manejo de recursos naturais, que se difere entre as sociedades.

[15] O *subak* foi reconhecido como patrimônio cultural pela UNESCO. Geertz (1998) descreve que a construção e operação dos sistemas de irrigação seguem preceitos místicos fundamentados numa espécie de filosofia ou religião natural em que homem, natureza e sobrenatural agem em consonância. Era o núcleo fundamental da vida cotidiana, da política e da cultura do Negara. Recentemente, com operação de transnacionais ligadas ao agronegócio e com aval do governo indonésio, muito campos de *subaks* passaram a ser diretamente ameaçados pela introdução da rizicultura mecanizada que, para facilitar a operação de tratores e colheitadeiras de precisão submetem os campos de irrigação à terraplanagem, erradicando a cultura terraços em nível mais sustentável e integrado à dinâmica de encostas e vales. A preservação dos *subaks* tem aumentado a pressão de interesses entre importadores de arroz e camponeses, bem como a responsabilidade do Estado sobre a solução do impasse (MACRAE, ARTHAWIGUNA, 2011).

[16] Embora marxista, os primeiros trabalhos de Florestan Fernandes trazem muito do construto metodológico de Durkheim e Mauss, como bem percebido em *A Função Social da Guerra na Sociedade Tupinambá*.

No panteísmo de religiões animistas e naquelas institucionalizadas nas civilizações orientais, como no bramanismo, no xintoísmo e na doutrina filosófica do budismo – embora no budismo inexistam representações divinas –, a deificação e a exaltação de espécies e paisagens naturais surgem como dogmas incorruptíveis e por isso fazem parte do inexorável significado institucional de conservação natural entre populações que exercem esses sistemas de crenças. Reconhece-se que o processo de rompimento entre cultura e natureza não se deu de forma abrupta, tampouco se deu num curto intervalo histórico. O antropocentrismo ocidental é atávico direto da gnosiologia clássica, a participação do mundo natural é marcante e está bem consolidada nas especulações pitagóricas, platônicas, aristotélicas, e de toda forma em toda axiologia e filosofia greco-romana o enaltecimento da dimensão natural era evidente.

Mesmo na cosmologia e nos postulados dogmáticos dos teísmos abrâmicos – em que se percebe a posição intermediária do homem entre o sagrado e o material e, portanto, o beneficiário direto e privilegiado da posse sobre natureza enquanto criação e dádiva divina – há como destacar o desenvolvimento técnico da humanidade como preponderante para torná-la uma entidade cultural, mas não necessariamente motivo de uma cisão plena da natureza.

Tanto a *torá* quanto a *xaria* versam sobre uma série de proibições do consumo de determinadas espécies por serem consideradas impuras, mas que de toda forma possuem implicações implícitas sobre a necessidade de conservação e equilíbrio conforme a cosmologia judaica e islâmica, respectivamente, em que a posição humana compete à de um interventor, e a identificação de *topofilias*[17] de reserva moral ou como paisagens de contemplação e adoração reforça a participação do meio físico como elemento preponderante na constituição desses sistemas teológicos (GEERTZ, 1997, TUAN, 1980).

No próprio avanço institucional do cristianismo é possível identificar episódios de assimilação de antigos rituais pagânicos de culto à natureza, concebendo formas sincréticas de aproximação entre o *sagrado* e o *profano* na legitimação simbólica de técnicas na agricultura, na migração de rebanhos, na pesca, nas navegações e demais atividades em que o meio físico se apresentava ora como fator limitante ora como condicionante. Hoje essa realidade ainda é percebida mesmo que de forma muito fragmentada e dispersa na vivência cotidiana de comunidades tradicionais e mesmo entre povos originários da Amazônia que sofreram contato com a sociedade capitalista, percebe-se

[17] Na concepção de Yi-Fu Tuan (1980), tratam-se de construções psíquicas com repercussão comportamental desenvolvidas entre indivíduos, coletividades e paisagens.

a predominância católica se estabelece de modo muito mais tolerante e construtivo na formação do saber local quanto ao uso dos recursos da floresta e dos rios, consistindo na consolidação do imaginário e do pensamento mítico consoante à manifestação dos ciclos naturais que foi densamente absorvido pelo contato com a cosmologia indígena, a de quilombolas e de seus remanescentes e a trazida pelos imigrantes nordestinos; estabelecendo um rico sincretismo que vem sendo ameaçado pelo avanço do fundamentalismo protestante na região (DIEGUES, 2000).

Cabe discutir então sobre em qual momento se deu o ponto de inflexão, muito embora se possa permitir uma convicção: não consta como regra de que tenha se estabelecido de maneira generalizada e irredutivelmente linear.

Há inúmeros casos de relação entre sociedade e natureza que mostram realidades ora completamente díspares ora extremamente congruentes inclusive de populações que habitam a mesma região e dividem – ou disputam – os mesmos recursos, revelando como a percepção ambiental pode variar tão radicalmente dentro até mesmo de um mesmo corte temporal, persistindo a técnica ou o conjunto delas como o fator nuclear na construção de heterogeneidades, como percebido nas intersecções entre os *achuar* e os *makuna* da Amazônia Ocidental (DESCOLA, 2013); das relações ora divergentes ora de solidariedade entre *maroons*, índios e garimpeiros brasileiros no *greenstone belt* surinamês[18]; ou das significações de posse entre os *hauçás* do Sahel sob a lei muçulmana ou conforme antigas expressões totemistas (LUXEREAU, 1999).

De todo modo, por mais que remeta a uma sucessão duradoura e contínua de eventos podem ter sido expostos a uma série de outros acontecimentos abruptos, catalíticos e propriamente revolucionários, muito embora, em se tratando de transformação social, não há como atribuir os mesmos parâmetros aplicáveis na adaptação evolucionária no que se refere à complexidade de determinados sistemas sociais e padrões culturais na seleção de forças produtivas, como aceito nas teorias de seleção natural (GOULD, LEWONTIN, 1979). Mesmo que se consinta acerca da existência de elementos e funções similares entre sociedades culturalmente diversas – o que endossaria teorias sobre uma matriz universal que teria dado origem a todas as civilizações mundiais – a evolução técnica e cultural não se deu pelo crescimento das forças ou da complexidade sistêmica, mas sim pela '*lógica própria das lutas sociais incorporadas*' (BRUNKHORST, 2015, p. 156).

---

[18] Formações geológicas pré-cambrianas caracterizadas como ricas províncias minerais, como o da região do *Escudo Cristalino das Guianas*. No Suriname e na Guiana Francesa englobam territórios tradicionais quilombolas e indígenas em constante contato com a presença de garimpeiros – a maioria de origem brasileira – que atuam clandestinamente na extração de ouro, diamante e gemas preciosas (OLIVEIRA, 2014).

Durante o processo histórico de evolução social, a diferenciação entre grupos e classes tenha intensificado a disputa dos fatores de produção e, com isto, o rebaixamento da natureza durante esse trajeto, tornando-a algo completamente passível nas relações de objetivação meramente como elemento instrumentado para dominação, primeiro da própria – da terra, do território e de seus recursos – através do surgimento da *propriedade privada* e posteriormente das formas de organização social que dela dependem e sobre ela se estabelecem. Nesse contexto, o *motor dialético* da História explica uma parte imprescindível do processo de dissensão antrópica através da principal sistematização cognitiva na efetivação expansiva da materialidade humana – a do pensamento econômico.

Mostra-se inevitável e necessário, ainda que brevemente, relegar a crença de Malinowski (1978) quanto à inexistência do *homo economicus* contanto que se mostre intransponível o intuito de qualquer técnica de *alocação eficiente* de recursos diante de um cenário de escassez não necessariamente submetida a um nexo de racionalidade, mas obrigatoriamente num contexto de intencionalidade, portanto, o homem é idiossincraticamente econômico.

Por conseguinte, aqui se faz a devida reconciliação com as inexoráveis contribuições do antropólogo polonês. A razão econômica humana é absoluta e atemporal, mas não é única e sua configuração na formação da mentalidade nata de um *maximizador universal* sempre conducente à obtenção de lucro é mera abstração falaciosa, uma invenção romântica liberal burguesa interessada na degeneração de arranjos preexistentes de equidade social para inserção do *individualismo neoclássico* ou da *economia subjetivista,* a ideologia econômica replicada durante o capitalismo colonial. No horizonte das formas mais elementares de racionalização econômica e práxis de alocação de recursos, a noção de uma '*economia de Robinson Crusoé*' é inválida, como muito bem explicou Hymer (2011). Em seu lugar talvez existisse uma condição mais próxima de uma '*economia de Dersu Uzala*'[19], como ainda perduram resquícios de coletividades à margem da modernidade que portam percepções e atitudes peculiares na produção da vida material.

Dentro de sua forma mais preliminar, a produção, circulação e consumo de bens materiais são tão primordiais e antigas enquanto extensão técnica da consciência e, portanto, fazem-se

---

[19] Referência ao caçador da etnia *nanai*, povo nativo das taigas siberianas, descrito nos relatos de viagem do militar e explorador russo Vladimir Arsenyev e que foi roteirizado para o filme de Akira Kurosawa, de 1975. Dersu Uzala impressionava pelo vasto e preciso conhecimento dos fenômenos e ciclos naturais, bem como por um senso de reciprocidade, sustentabilidade e equilíbrio em todas as suas ações, distinto do individualismo marcante na mentalidade econômica ocidental.

intrínsecas quanto qualquer função orgânica, e mesmo que estas possam remeter a uma obrigação no sentido mais utilitarista em que o individualismo prepondera, o conhecimento econômico se revela direcionado antes de tudo ao inexorável instinto de sobrevivência também em nível de coletividade que o insere direto e implicitamente no âmbito das instituições sociais, delineando as matrizes estruturais de uma cultura.

Este comportamento resistiu à margem das convulsões transformativas e no vácuo da mecânica expansiva instaurada pelos modos de produção sobre o tecido social, criando núcleos e refúgios de resistência. Durante milênios a relação permaneceu relativamente inalterada e, por mais que se questione se houve durante este tempo alguma cultura autenticamente ecológica ou modos produtivos concatenados à homeostase de regulação ecossistêmica, mesmo com a evolução técnica na antropomorfização de sistemas naturais, o progresso material se mantinha inexoravelmente dependente da dinâmica ambiental do seu entorno quer fosse como elemento mínimo transgressor de fatores limitantes ou como intercedente em termos de valência ecológica – a natureza ora como fator limitador da condição humana ora como elemento emancipador de sua evolução cultural (MAZOYER, ROUDART, 2010).

Aparentemente, o dualismo definitivo entre cultura e natureza se entremeou na cosmologia ocidental com a ascensão capitalista, com todo o suporte ideológico e simbólico que assegurasse a subalternização da dimensão natural por um ciclo de *longa duração* e de tal forma que, em suas crises cíclicas, a intensificação exploratória da natureza servia como um dos suportes cabais para sua reestruturação, ao lado da divisão internacional do trabalho e da absorção privada da *mais-valia*, através de diferentes composições que foram se moldando ao longo do processo histórico em paralelo ao apuramento da técnica.

Ademais, para situar como o fluxo de depredação de recursos naturais e de fomento de desigualdades foi acelerado pelo modo de produção capitalista, deve-se antes estabelecer uma reflexão sobre os fenômenos que a virada no curso da civilização ocidental se estabeleceu, mais precisamente com os ecos irreversíveis que viriam reverberar após a *Revolução Industrial* ao final do século XVIII, sobretudo do lançamento das sementes que mais à frente viriam a se tornar versáteis e prolíficas para a consolidação material e imaterial do sistema hegemônico, firmando as bases de ordem política, socioeconômica e cultural que a mantém ativa até o presente momento. Entre esses núcleos germinais, encontrava-se o aprofundamento da noção capitalista de desenvolvimento.

2.2 Cosmologias em rota de colisão

O significado de desenvolvimento a nível econômico e social remete basicamente à ideia de crescimento e progresso material identificável nas perspectivas sociais, políticas, econômicas e culturais daquilo compreendido como *cosmologia dominante* que, salvo restritíssimas variações e exceções ao longo de pouco mais de dois milênios, trouxeram ao longo de sua gênese e consolidação o preceito imperante de cisão dualística entre os *nós* e os *outros* se encontra bem nítido – de um lado, o mundo 'civilizado' e 'culto', que tem como obrigação moral estabelecida por alguma convenção ideológica atinente somente a ele; e do outro aquele imersos na *selvageria* e na *barbárie,* em terras dos 'primitivos', 'amorais' e 'impuros', aptos então para acolherem a 'civilização'.

A principal distinção não se prendia muito além daquelas atribuíveis às origens étnicas e históricas, hábitos, costumes e variações geográficas pretensamente assimiláveis pelo choque cultural imposto à base da violência física e ideológica, mas pela capacidade de reprodução persistente no tempo de um determinado padrão civilizatório estendido como uma espécie de reserva cínica de uns concederem aos outros o privilégio da servidão, algo próximo das meditações *laboétieanas*[20] de Pierre Clastres acerca do que ele rotulou como o inominável mau encontro, o "[…] *acidente trágico, do infeliz advento cujos efeitos não cessam de se ampliar a ponto de se abolir a memória de antes, a ponto de o amor à servidão substituir o desejo de liberdade*" (CLASTRES, 2004, p. 109).

É certo, porém, que essa separação entre *civilizados e incivilizados* não se ateve ao arquétipo de mundo moderno balizado na moral eurocêntrica convenientemente resumida pela 'sedimentação axiológica' de matrizes que remetem – de modo geral, com resguardo dos largos saltos cronológicos – desde o legado greco-romano, passando pelo cristianismo estatizado, do absolutismo, depois pelo racionalismo cartesiano e o liberalismo burguês, até alcançar a democracia liberal e globalizada, mas foi com o resultado desse longo processo de injunção e sobreposição de valores e ordenamentos que a História ocidental instituiu uma espécie de autoconsciência do capitalismo.

---

[20] Referência a Étienne de La Boétie, filósofo francês do século XVI conhecido pelo manifesto 'Discurso da Servidão Voluntária', do qual Pierre Clastres remonta para embasar a *etnologia do poder e da violência* no processo de colonização e genocídio de povos ameríndios pelos invasores europeus.

As narrativas de uma missão civilizatória e de um ideal de modernização não conseguem esconder os artifícios de aculturação e domínio utilizados primeiro como choque tecnológico e biológico[21] que resultou na mortandade em massas de nativos, depois pelo estabelecimento da arquitetura política de submissão e exploração arregimentada inclusive com a providencial anuência de nativos 'civilizados', devidamente incorporados à estratificação social e à hierarquização de um poder central implantando porque um "*mundo colonizado é cindido em dois* [...]" e as formas de autoridade inserem, igualmente, formas de violência material e simbólica que exigem a participação de um "[…] *intermediário que não torna leve a opressão, não dissimula a dominação"* (FANON, 1968, p. 28).

Isso ajuda a desmistificar a construção de discursos que persistiam até a metade final do século XX em muitas regiões da África, Sudeste Asiático e Oceania, dentro de um 'projeto de legitimidade', mas que nunca se distanciaram ideológica e culturalmente das cadeias de conquista do 'sul' pelo 'norte' dentro do alinhamento geopolítico contemporâneo apesar de todo ensaio de abrandamento e aplicação de termos e convenções diplomáticas para atestar relações verticalizadas de poder, como ficou mais evidente em países latino-americanos, ainda que constituídos de soberania e autonomia política há mais tempo, nunca conseguiram romper completamente com antigos vínculos de dependência tal como no período colonial.

Nessa disposição, o processo colonizatório adquiriu novas composições, tornando-se repleto de estruturas mais sofisticadas de operação, manipulação política e de tentativas de padronização ideológica e material com o propósito de legitimar a nova ordem e submeter a novas expressões de poder pela conformação e obediência geral; situação irremediavelmente negada e enfrentada pelos 'nativos', e violentamente suprimidas. O *desenvolvimento* encontrou no contexto periférico tal arquitetura e dela se aproveitou diretamente, compactuando com estratégias nitidamente neocolonialistas ou subimperialistas[22] arregimentadas pela mundialização sistêmica do capital do

---

[21] Por menor número que estivessem e além das vantagens técnicas militares, os exploradores também traziam consigo rubéola, varíola, gripe e muitas outras doenças contagiosas que 'serviram' a um extermínio em massa sem precedentes para populações sem resistência imunológica (DIAMOND, 2013).

[22] Para fazer jus ao conceito de Marini (2000) na descrição de estratégias múltiplas vinculadas a interesses centrais ao processo de acumulação capitalista no intuito de assegurar a continuidade do subdesenvolvimento ou do desenvolvimento enquanto processo limitado e dependente por este ser ideal para a lucratividade do capital investido nas margens. Tais estratégias, o segredo das trocas desiguais entre centro e periferia, vão desde manipulações diretas sobre a ordem das forças produtivas, como a superexploração do trabalho e do respectivo aumento da capacidade de extração da mais-valia, até expressões mais abrangentes como o controle de preços pelo intercâmbio desigual, atraso e dependência tecnológica do sistema produtivo, maior participação de monopólios e transnacionais, entre outros.

que com decisões endógenas e autônomas de transformação em países inseridos tardiamente nessa dinâmica.

A expansão do capitalismo que hoje atende por um termo igualmente sutil – a *globalização* – atenua gradativamente as limitações transfronteiriças e infiltra a capacidade de manipulação por estados centrais de estados periféricos balizando-se em mecanismos de dependência determinados por decisões institucionais entre o interesse corporativo simbiotizado às políticas internacionais que se mostrem satisfatórias à mobilização do capital.

Escravidão, pilhagem e extermínio de povos e culturas foram atenuados e substituídos por métodos mais sofisticados, mas não menos hediondos de subordinação em países com herança colonial, baseados no endividamento público e no controle cambial e fiscal que dissolvem a autonomia macroeconômica nacional até cederem aos interesses de agentes externos preparados para aferir melhor rendimento possível do capital aplicado, através da minimização do Estado e de sua capacidade interventiva nos mercados.

Para tal, há múltiplos testemunhos na História contemporânea que atestam que o impacto coletivo causado por reformas e medidas de austeridade degenerou não somente um aparelho governamental de bem-estar social não consolidado como ameaça diretamente democracias recém-consolidadas, isto para situar cenários políticos mais otimistas porque há democracias completamente dispensáveis ou mesmo prejudiciais para as manobras de hegemonização exercidas pelo capital[23] em todo mundo, e os poderes centrais envolvidos nisso se valem de todo o expediente à disposição para torná-las mais 'suscetíveis' e alinhadas aos interesses de superpotências e elites.

Nos cenários econômicos e não-econômicos, globalização e desenvolvimento são organicamente complementares e manifestam níveis de periodicidade e intensidade em suas respectivas atribuições, mas com considerável capacidade de ordenamento sistêmico entre ambas porque dela se baseia oportunamente a sinergia de organização e ampliação dentro de um determinado processo sobre duas características preponderantes – uma pertencente ao campo tangível e diretamente acessível à materialização das forças de produção; e outra de caráter mais profundo, que se espraiam

[23] Valendo-se da colocação de Chomsky (2008) quanto a noção de liberdade tão desejada para o estabelecimento de regimes democráticos – esta tende a desaparecer quando interesses privados e manobras geopolíticas de concentração de poder e subordinação se mostram mais 'urgentes'. Muito diferente das falácias pregadas por Hayek (2010) e até mesmo por pensadores mais sensatos, como Amartya Sen (2000), o capitalismo foi e é responsável pela manutenção de regimes de privação da liberdade tão ou até mais drásticos que aqueles a quem creditam ser regimes autoritários.

sobre as dimensões políticas, culturais e ideológicas que condicionam a construção de seu próprio alicerce de continuidade sobre o tecido histórico e na produção do espaço.

A priori, consente-se muito da aproximação entre estas duas dimensões – material e imaterial – àquelas discutidas dentro do materialismo histórico respectivamente como *infraestrutura* e *superestrutura* como fundamentais à definição de um modo de produção, mas aqui em específico se faz interessante também evocar uma abordagem derivada e que de toda maneira confirmou muita das prospecções marxistas sobre a transformação e difusão do processo capitalista contemporâneo, principalmente quando se pretende discorrer sobre o papel da globalização e desenvolvimento não mais como dois de seus principais fenômenos balizadores, mas como instrumentos de sua própria reestruturação e sobrevivência – os conceitos de *economia-mundo* e *sistema-mundo*.

O conceito inaugurado por Braudel[24] dá contorno e forma aos propósitos ocultos desses mecanismos quando, ao debater o caráter de longa duração dos ciclos ulterior a uma rigidez periódica, ajuda a desvendar também os efeitos de enraizamento no tempo e no espaço – a *geohistória braudeliana* (LIRA, 2008) – entre diferentes escalas.

O sistema definido pelo modo de produção capitalista é a mais derradeira e evoluída dessas formas sistêmicas que embora não tenha concebido seu núcleo interno de forma espontânea, herdou e conseguiu se lançar sobre antigas estruturas enfraquecidas até construir bases novas e encorpar uma dinâmica pretensamente autônoma baseada na assimilação pelo capital. É possível que nesta ótica, globalização e desenvolvimento sejam percebidos como correspondentes a ferramentas seculares de avanço e exploração, mas com roupagens mais velozes e dispersas graças ao avanço dos meios técnicos que possibilitaram o avanço sistêmico, criação e adensamento de morfologias e a fixação de suas bases imateriais na História para garantia de seu prolongamento, sendo que a solidez dessas estruturas – por mais paradoxal que pareça, terminologicamente – depende da capacidade de interligação entre ambas pela evolução técnica.

Por exemplo, na concepção *braudeliana* de economia-mundo, a que caracterizava a fase mercantil-bulionista pré-capitalista do Sul da Europa até o século XV era limitada pela navegabilidade ao longo da costa mediterrânica, o que ajudou a fortalecer a rede de entrepostos comerciais, financeiros e redes de comunicação entre diversos portos ao Sul da Europa, Norte da África e

---

[24] De acordo com Arienti & Filomeno (2007), a economia-mundo braudeliana foi ampliada pelas colocações de Immanuel Wallerstein, Giovani Arrigui, Samir Amin no ápice da forma globalizada do capitalismo enquanto sistema-mundo. Nesse contexto também é importante incluir a contribuição de André Gunder Frank (1980) e Christopher Chase-Dunn (1998).

Oriente Médio. De tal maneira, quando a economia-mundo do Mediterrâneo declinava para um quadro de saturação e enfraquecimento estrutural decorrente da disputa pelo controle das rotas comerciais entre portos do Oriente e o de cidades-Estado ao longo da Península Itálica, a conjuntura teve de se reformatar para estimular novos processos de expansão territorial.

A incessante busca por novos mercados instigou o apuramento técnico, científico e informacional com o intuito de tornar as redes de comunicação entre rotas comerciais mais coesas à demanda crescente por matérias-primas e para circulação de mercadorias, assim como a maior centralização do poder pelas potências da época sobre esses processos. A posição geográfica, a unificação política e o incentivo para inovações náuticas, bélicas, astronômicas e meteorológicas ajudaram a ascender os Estados absolutistas Ibéricos dentro de uma nova conjuntura – a ampliação da economia-mundo mediterrânica para um sistema-mundo ultramarino, a chamada primeira onda da globalização (BRAUDEL, 1987).

O capitalismo contemporâneo revela a organicidade de um sistema cuja existência se dá pela expansão perene que, ao atingir um limite, promove a implosão das bases mais antigas e fragilizadas por novas e mais dinâmicas, de um sistema-mundo transescalar e complexo criado sobre redes de *economias-mund*o interligadas e sujeitas a uma estrutura central. Assim, a globalização mostra a transcrição desse movimento constituído ao longo do processo histórico e geográfico de ampliação do capitalismo para algo muito diferente da falácia hodierna de 'aldeia global', de fronteiras diluídas e da movimentação livre, comum e horizontal entre mercados e diplomacias, porque seu principal intuito é sim permitir a inserção dos objetos e fluxos estratégicos ao controle do capital mesmo que para isto seja violada até a soberania dos Estados, o que se refere àqueles mais à margem da geopolítica central. Dentro desse contexto, por sua vez, a percepção do desenvolvimento faz jus à implantação de uma lógica favorável ao crescimento material em combinação à transescalaridade histórica e espacial do capital, como discorre Wallerstein (2001, p. 83):

> [….] A *ideia de progresso que justificou a transição do feudalismo para o capitalismo, legitimou que a oposição remanescente à mercantilização de tudo fosse destruída e permitiu destacar os aspectos negativos do capitalismo com base na noção de que os benefícios superavam em muitos os prejuízos* […].

Assemelha-se ao mesmo argumento que serviu – e que ainda serve muito bem – para justificar massacres, golpes, perseguições, ameaças à soberania e todo infortúnio de abusos e violências por todo o mundo. Aqueles que não seguem ou se inserem na doutrina do desenvolvimento

e da globalização enquanto instrumentos do capitalismo correm o risco de serem sumariamente e violentamente apartados de sua cobertura.

Essa breve contextualização teórica proporciona a aproximação do conceito de desenvolvimento como sendo consorte ao de globalização e ambos como categorias fundamentais condicionantes à produção capitalista do espaço é o prólogo sobre seus efeitos deletérios sobre natureza e sociedade, de como seu processo de expansão provocou outra crise – o colapso ecológico é uma das faces irreversíveis da crise do próprio sistema – e de como os esboços de solução apresentados e defendidos até mesmo por uma crítica desatenta se enquadram mais como tentativas orientadas para reestruturação do capital, sendo assim igualmente excludentes.

Se forem compreendidos como fenômenos complementares entre si, a globalização procura firmar procedimentos de 'padronização' em intensidade transescalar sobre estruturas complexamente heterogêneas através de vasto arsenal técnico e ideológico-cultural, pavimentando a entrada para modelos desenvolvimentistas que sucedem eventos de assimilação, integração de mercados, dependência tecnológica, fluidez do capital, maximização e transferência de riquezas.

É incontestável que o estimado 'progresso' chega mesmo em locais periféricos ao sistema-mundo, mas este se tornou automaticamente restrito, endemicamente subordinado às estratificações instauradas pelo capital intensivo e pela produção especializada.

A maior parte se situa fora do alcance de enclaves nuclearizados e da marcha de expansão de fronteiras, com populações desassistidas de outras formas de subsistência que não sejam unicamente a sujeição à informalidade e à absorção da força de trabalho de forma insalubre e precária. No geral, os efeitos do desenvolvimento incorporado dessa disposição fomentam e acentuam distorções internas, em simultâneo à maior transferência de riquezas e atenuação das relações de dependência local, regional e em escala mundial, cumprindo em nível primário aquilo que Therborn (2001) conseguiu identificar em âmbito totalizante por *entrelaçamentos globais* de relações de desigualdade.

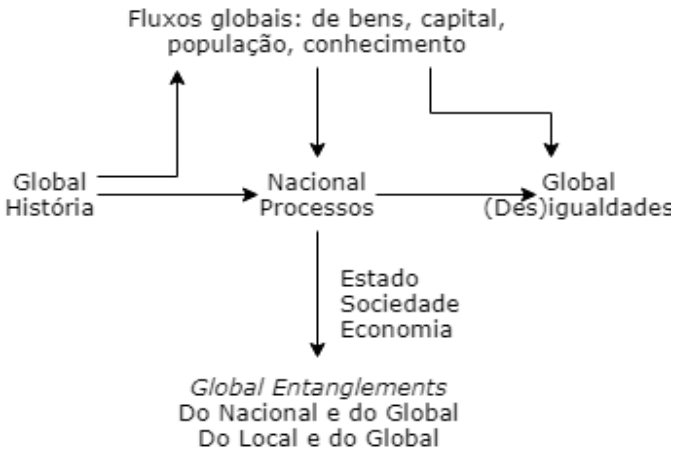


Figura 1: Determinantes de (des)igualdades escalares globais (THERBORN, 2001, p. 139).

A prevalência do capital por mecanismos econômicos, políticos e culturais se configura, material e imaterialmente, na base de coesão sistêmica de estruturas sociais através da *divisão do trabalho* e da *mercantilização da natureza,* e o que hoje se torna perceptível é a ampliação assimilativa desse sistema-mundo sobre estruturas menores e marginais. De tal maneira, por exemplo, dentro de sua microescalaridade, a etnoeconomia de populações tradicionais e de sociedades camponesas pode ser compreendida como um desses redutos, mas extremamente vulnerável à assimilação de redes de objetos e fluxos sistêmicos pertencentes à economia-mundo e ao sistema-mundo preponderantes.

Mesmo com os riscos iminentes de um colapso ecológico em escala global, ainda prevalece a promoção de planos e metas de desenvolvimento dúbios, em que o fundo de boas intenções mascara a modificação de velhos estratagemas de dependência agora com o nítido interesse de controle político e econômico de bens comuns como os recursos naturais, valendo-se de uma cínica omissão de obrigações e responsabilidades, do comovente mas dissimulado apelo moral à coletivização de uma consciência mais *sustentável*, da assunção de uma agenda 'verde', inclusive procurando atribuir alguma forma de agregar *valor de mercado* convertendo passivos em '*comodities ecológicas';* enquanto a dura realidade expõe a contínua segregação dos mais vulneráveis aos riscos e ameaças que surgem em decorrência do surgimento e complicação de problemas socioambientais.

Talvez até aqui se permita perceber que 'justificativas' como as que deram vazão para a *escravidão* e *colonização* e depois para expressões aparentemente menos incisivas como *globalização* e *desenvolvimento,* cada qual em seu respectivo contexto histórico, estão muitos ligadas a uma imposição semântica de universalização, homogeneização e da perspectiva cosmológica de

uma cultura dominante que fora assumida pelo modo capitalista como recurso de inserção e solidificação de estamentos de *longa duração.*

A ideia prevalecente de desenvolvimento é aquela atrelada à de civilização ocidental que fora captada e instrumentada pelo impulso reprodutivo do sistema econômico e que se lançou sobre culturas, com gênese e estruturas totalmente distintas, de forma unilateral e irreversível, visando a disseminação de segmentos de mercados, a implantação do consumismo e a máxima eficiência possível nas etapas de absorção de recursos humanos e naturais, o que inclui a adoção de operacionalidades específicas para tais propósitos.

Assim, antes da discussão sobre as contradições do desenvolvimento contemporâneo atingir o âmbito das representações mais específicas de contatos entre diferentes escalas é preciso apresentar um breve quadro que abarque desde os indícios mais seminais – o que remete ao surgimento da técnica, a evolução cultural do homem, a dispersão de diferentes modos de produção e o papel da natureza dentro deles – até o período caracterizado pelas crises originadas pelo capitalismo, suas reverberações na problemática socioambiental e o apogeu do antropoceno, ou melhor, do *capitaloceno* – a era histórica dominada pelo capital e sujeita aos efeitos irreversíveis das transformações que lhe foram impostas, como discutido mais à frente.

Tais explanações sobre o processo de rompimento entre natureza e sociedade serão retomadas mais à frente na forma de uma crítica do conceito hegemonizado de desenvolvimento por se configurar a um fenômeno multidimensional absorvido pela lógica de acumulação capitalista. Corresponde a um processo plural no sentido de que ele jamais deve ser considerado sob um aspecto isolado, mas pela abrangência de múltiplas conexões que envolvem a transversalidade de questões sociais, econômicas, políticas, ecológicas e culturais.

Por isso, a título de identificação para que os discursos e práxis envolvidos permaneçam sob um mesmo prisma, as diferentes extensões e categorias serão entendidas a partir daqui de modo inseparável, definindo o significado de desenvolvimento como a evolução material do indivíduo e da sociedade através da prosperidade econômica mediada pelo aprimoramento técnico, pelo conhecimento científico e pela capacidade de interação informacional[25], mas que se apresenta

[25] O trinômio consagrado por Milton Santos para mencionar a intensidade das transformações ocorridas no século XX como a consagração da razão humana através da técnica, da ciência e da informação, muito embora ele se refira à *técnica* como a partícula fundamental de toda evolução social – '*o desenvolvimento histórico vai de par com o desenvolvimento das técnicas. Kant dizia que a história é um progresso sem fim; acrescentemos que é também um progresso sem fim das técnicas. A cada evolução técnica, uma nova etapa histórica se torna possível*' (SANTOS, 2011, p. 16).

gradativamente desproporcional no tange à distribuição de riquezas e insustentável em termos estruturais e metabólicos à medida que seus processos fundamentais se embasam em relações socialmente desiguais e na ruptura com o meio natural.

Interpretar tal ideia de desenvolvimento em sua forma e essência contemporâneas como algo distante da percepção de um vasto arranjo de controle e padronização universal para proporcionar melhores condições para a acumulação capitalista seria algo no mínimo inconsistente porque deixariam de ser compreendidas as etapas de ajuste ou eliminação de 'inconformidades' que hoje asseguram a dominância de um fator produtivo sobre os outros – basicamente como o *capital* de relações de *expropriação da natureza* e da *exploração do trabalho humano* – e, com isto, se omitiria a contradição principal do fenômeno em que o progresso material é alcançado pela incitação de fortes desigualdades estruturais e sociais.

Exigível então compreender o significado e a práxis do desenvolvimento dentro da conjuntura de agentes sociais, políticos, econômicos e culturais que permitam ampliar os efeitos desejados por interesses centrais no que tange à mobilização e eficiência de mecanismos ampliam a capacidade de apuração de rendimentos do capital, o que em suma reitera a inseparável articulação de processos dentro de uma determinada esfera imaterial e simbólica em paralelo à dinâmica de *objetos* e *redes, fluxos e fixos* que gradualmente se condensam no plano concreto da vida cotidiana, revelando assim determinada morfologia que aparenta conformidade e organização por meio de uma imbricada infinidade de objetos e relações de controle entre fragmentos dispersos dotados de uma pretensa racionalidade quando individualizados, mas que ao serem submetidos a uma observação mais meticulosa e holística não conseguem esconder as múltiplas contradições que os tecem, expondo como sua instituição se dirige a uma totalidade irracional.

2.3 Capitaloceno e sociedade de risco

Se a celeridade e intensidade do modo de produção capitalista, assumindo-se dentro de uma organicidade praticamente autônoma – porque cresce e se reproduz à medida que expande os mecanismos de extração e assimilação de mais-valia do qual depende a obtenção de mais lucro ao mesmo tempo em que emite resíduos – e heterotroficamente predatória denunciavam insustentáveis seus efeitos de deterioração da dimensão natural em pouco mais de 100 anos após o começo da difusão da industrialização e circulação, agora, pouco mais de 250 anos desde o começo desses eventos seminais, demonstram-se completamente incontornáveis.

Nesse lapso cronológico relativamente curto, exíguo se comparado às divisões da escala geológica da História Natural por eras, as transformações na estrutura natural foram tão abruptas que a própria dinâmica de regulação ecossistêmica fora radicalmente afetada, a ponto que tem se atribuído a ascensão de um era própria à interferência da civilização na transformação perene na geodinâmica global – o antropoceno, ou como retrata o neologismo com ênfase na irrefutável matriz de todas estas alterações, do *capitaloceno* (MALM, 2018; FOSTER, 2015).

Decerto, considerando-se apenas o decurso da presença humana na superfície terrestre, os diferentes modos de produção contribuíram em menor ou maior grau para a geração de distúrbios ambientais, alterando consistentemente o meio físico sobre o qual instituiu sua base de relações sociais e de consumo, mas não o suficiente para romperem o processo de estabilização entre interações de fluxos de energia e matéria.

Se o metabolismo social revela o nível de reciprocidade entre natureza e forças produtivas, e sendo a própria natureza o resultado da técnica sobre a dimensão física determinada no interior da qual uma sociedade existe e através da qual é moldada a capacidade transformativa induzida pelas necessidades materiais e simbólicas do ser social, então o que deve determinar o grau de desenvolvimento não é precisamente a forma como a natureza é subjugada pelo aprimoramento técnico da sociedade, mas sim de como esta progressão é concebida de modo consoante aos limites sistêmicos e estruturais estabelecidos por tal relação. Antes da ascensão do modo de produção capitalista, com raras exceções[26], o nível de exploração e deterioração resultante de atividade antrópica nunca tinha sido tão acentuado a ponto de exaurir estoques não-renováveis de recursos naturais ou de corromper o ciclo de regeneração de ecossistemas.

Antes de sua mundialização atingir níveis extremos, à organização do processo capitalista pouco interessava preocupar-se quanto à acumulação de residualidades, bastando haver a base material necessária para sua continuidade. No entanto, levando-se em consideração o desgaste natural e social dos fatores produtivos subordinados ao capital: trabalho e natureza, estabelecendo assim a contradição e o ponto de ruptura metabólico entre ambos.

---

[26] É o chamado 'ecocídio' que teria acontecido entre os maias, os khmer do período Angkor e os antigos habitantes da Ilha de Páscoa. Há pouco tempo se dizia que algumas espécies da chamada megafauna do Pleistoceno inferior teriam sido extintas pela caça extensiva de sociedades antigas, mas pesquisas recentes sugerem que o motivo teria sido mudanças climáticas por eventos naturais, o que não exime a participação humana em eventos desse tipo em outras épocas. As primeiras evidências de extinção em massa de espécies em decorrência da atividade humana, de forma direta e indireta, nos últimos 150 anos. Somente a taxa média de extinção de vertebrados foi 114 vezes maior no século XX do que em cenários em que a participação humana não existisse (AFP, 2015).

Por mais que o sistema capitalista de produção recorra à sua contradição interna para incitar sua capacidade de reestruturação e reorganização, a contradição central permanece a mesma, violando uma relação construída até antes mesmo da ascensão capitalista, independentemente do nível de desenvolvimento e complexidade técnica da humanidade, então como estável, porque cabia ao '*homem, por sua própria ação, mediar, regular e controlar seu metabolismo com a natureza'* (MARX, 2013, p. 327). Todavia, a veemente necessidade de autorreprodução cíclica do capital se sustenta sobre o paradoxo da exploração intensiva sobre a força de trabalho e sobre o patrimônio natural, convertendo tudo a uma lógica em que o *valor de troca* é sempre superior ao *valor de uso*.

A imposição de valores denuncia o colapso metabólico em forma de geração de passivos ambientais, encontrando representação nos esquemas silogísticos de produção e troca de mercadorias que se estabelecem compulsoriamente, em que parte do lucro obtido é reinvestido para ampliar a repetição do processo, mas em escala desarmônica quanto a expropriação da força de trabalho e de recursos naturais, em que a lógica vigente sempre anseia em obter pelo preço mais barato, de modo a sempre a assegurar uma margem segura de rentabilidade líquida. Tal esquemática de 'movimento perpétuo' alimenta a voracidade de um sistema que deteriora suas próprias bases de sustentação. Mas diferente das relações sociais de produção, a depredação da própria sociedade, que para Foladori (1999, 2001) pode vir a acontecer num futuro cuja tônica será determinada por um nível de automação e apuramento de produtividade de processos cada vez menos dependentes do trabalho humano e onde a depredação natural deve assumir nuances acumulativas, inflexíveis e imprevisivelmente mais perigosas, mais do que já ocorrem atualmente. Mas aqui se revela outra contradição crassa do capitalismo: com a nulidade do trabalho humano e consequente deterioração de sua renda na economia capitalista, o que sustentará a sua base de consumo no futuro?

A organização da autoconsciência do processo capitalista procura compensar seu próprio colapso degenerativo.

As estratégias de sobrevivência ordenam a disposição de todos os elementos sociais e naturais indispensáveis para a manutenção da totalidade de seu metabolismo, mesmo que para isto segue-se uma sequência de transformações e desconstruções inerentes à lógica expansionista do capital, ou, como sugerem Chesnais, Serfati & Udry (apud LEHER, SÉTUBAL, 2005), que para sustentar tal insaciabilidade são originados, destruídos e rearquitetadas novas formas de exploração

da mais-valia, de degradação ambiental e na procura por novas frentes e nichos de consumo, que na ânsia de transformar tudo em mercadoria, satisfaz o processo de acumulação contínua.

O sistema de retroalimentação é terminantemente entrópico já que o volume excretado de resíduos excede o desempenho de produção (GEORGESCU-ROEGEN, 1996). O testemunho concreto dessas disparidades espelha manifestação concreta deste fenômeno na dimensão se dá no deslocamento do processo predatório do capital para onde existe potencial de exploração, deixando-se para trás um oneroso e irreversível rastro de impacto e destruição, com reverberação tanto na ordem política, econômica e social. Inquestionável, porém, que o engendramento de relações permissivas a tais movimentos, omitidas e ocultadas em seu verdadeiro significado pela influência do capital no Estado contemporâneo.

A influência de agentes privados em questões de interesse público tem entremeado a máquina governamental disfarçada de medidas de modernização, abertura à globalização, oportunidades de crescimento e de desenvolvimento, mas que em verdade subalternizam às decisões que melhor se moldem à reestruturação do capital quanto à imposição de padrões externos e incoerentes com a realidade local, mesmo que o custo socioambiental a médio e longo prazos sejam incertos ou, mais precisamente, não sejam devidamente difundidos à opinião pública.

Na conjunção entre forças tendo como eixo a de uma superestrutura híbrida dominada por elites – burguesa-corporativa, política e jurídica – que deliberam quanto à sobreposição do que Ulrich Beck (2002) chamou de *sociedade de risco,* o outro lado de um custo irracional herdado da modernidade que, embora planejado para ser verticalizada, em que o cálculo do ônus do risco assumido seria diluído e disseminado para os estratos mais baixos da hierarquização da sociedade capitalista, portanto fora de um núcleo central elitizado, mas o efeito residual tem se adensado tanto a ponto de ser 'insustentavelmente democrático', e isto influi desde as escolhas mais 'suaves' até aquelas abertamente mal intencionadas, para não dizer criminosas, que tendem a se agravar com as políticas neoliberais.

São inúmeros os casos de populações, sobretudo de países subdesenvolvidas, que têm sido utilizadas como laboratórios para experimentação desta verdadeira 'álgebra de incertezas'. A expansão de nichos de consumo intensivo em países subdesenvolvidos se mostra tão catastrófica quanto a permanência de máculas antigas. Os argumentos tomam volume na legitimação e leniência do próprio Estado, bem como o comprometimento com os custos sociais decorrentes de escolhas que afetam saúde, bem-estar e qualidade de vida das pessoas.

Na estratégia recente do desenvolvimentismo nacional no Brasil, por exemplo, incentivos fiscais e políticas de controle de juros incentivaram o consumo recorde de automóveis, e o que foi positivo para o faturamento de montadoras e concessionárias, mas não significaram melhores índices em termos de empregabilidade – em média, 12% a mais de faturamento sobre a margem de desoneração (IPEA/DIMAC, 2009) – tampouco foram acompanhadas de melhorias logísticas e estruturais da malha viária dos grandes centros urbanos do país, decorrendo em sobrecarga na circulação de veículos, atrasos logísticos e emissão de poluentes. Depois de 2016, com o alinhamento político declaradamente incorporado a ideais neoliberais, as incertezas sobre o quadro de risco social decorrente da maior participação de interesse privado sobre a questão pública e a soberania nacional aparentam maior gravidade.

Tais implicações, porém, assumem um espectro muito mais amplo e não cômodo apenas quanto a sua devida dimensão material. Ela assume aspectos subjetivos e mesmo transcendentes, mas devidamente institucionalizados. Para mais, no confronto entre questões globais e locais, parece ser mais pertinente que se concentre uma análise sobre como acepções e instrumentos formais de desenvolvimento conjugam fenômenos orbitais ao capital e decaíam desse modo no âmbito de sua própria contradição interna.

3 INSTITUCIONALIZAÇÃO DE ASSIMETRIAS NO CONTEXTO PERIFÉRICO

Até agora foram lançadas somente conjecturas investigativas que em si carregam consigo o significado preciso de desenvolvimento enquanto instituição, mas que ajudam a organizar as conexões necessárias para elucidá-lo como fenômeno percebido por múltiplas semânticas – alegóricas, tautegóricas[27], teleológicas e ontológicas – e possuidor de um largo corolário de simbolismos, razões e práticas.

A intenção mesmo era conferir as prospecções históricas, antropológicas, geopolíticas, econômicas e ecológicas que se julgasse necessário para atestar o devido embasamento e categorização de uma noção não estática, uma abstração em mobilidade constante e que fora apreendendo, absorvendo e reconfigurando os elementos indispensáveis não precisamente para sua própria existência, mas para a consecução de autoridade das forças e agentes que dela se valem para exercer sua superioridade. Afinal, o desenvolvimento como simbolismo e instrumento ideológico requer a utilização de objetos e códigos próprios para fazer-se e assim se manter cognoscível, promulgado e então aceito – consensual ou pelo uso de violência simbólica ou material – como instituição prevalecente.

Igualmente isso o tornou uma eterna moldagem de paradoxismos. A significação do desenvolvimento enquanto superação de uma condição anterior, de um estágio transponível, contrapõe de forma direta a essência de diversos antagonismos – o 'novo' contra o 'velho', o 'avanço' ante a 'inércia' e o 'retrocesso', a dualidade entre o 'progresso' e o 'retrocesso', etc. – que incorporam ao seu entendimento como *entidade destrutiva,* a eliminação do oposto como vital à sua continuidade, que quase nunca atende de forma unânime no que tange à concessão e acolhimento de melhorias decorrentes da evolução e sobreposição de seus processos.

Como se tentou explicar no capítulo anterior, a humanidade somente atingiu sua condição como tal pela habilidade de se *desenvolver em si,* tornou-se próprio da natureza humana como

---

[27] O desenvolvimento como alegoria, uma expressão figurativa adotada para representar somente a ideologia em si e não precisamente conclusivamente um fato; um autêntico 'mito' (FURTADO, 1975) ou 'fantasia' (ARRIGHI, 1997). Na contramão do sentido alegórico está o tautegórico – que Bourdieu (2004, p. 29) diz ser uma herança de Friedrich Schelling – de uma *estrutura estruturada* delimitada por sistemas e representações de mundo pertencentes a uma determinada perspectiva individual ou cultural. Carrega também consigo um sentido de finalidade e de essência, um propósito para existência.

superação de sua condição biológica do instinto de sobrevivência para atingir alto nível de complexidade na transformação material, organização social e definição de uma instituição cultural.

Entretanto, essa sucessão de eventos nunca se deu de forma livre, equilibrada e justa, sendo que muitos 'sacrifícios' exigidos ao longo do processo histórico não decorreram precisamente em uma racionalidade efetiva, mas na prevalência da 'lei do mais forte' e da sua volição como 'verdade incontestável', da formação de sistemas não-lógicos, sendo portanto primordialmente ideológicos e políticos, a criação de "[...] *sua própria linguagem, para 'legitimação do poder' dos dominantes e para domesticação dos dominados*" (BOURDIEU, 2004, p. 32)[28]. Decerto, quando os europeus invadiram o Novo Mundo trazendo consigo sua noção de 'desenvolvimento' não perguntaram para as populações nativas sobre qual era a sua percepção, se estes possuíam uma visão equivalente e muito menos se queriam adotar um paradigma externo ao seu como 'novidade'.

Ironias à parte e tecidas as devidas considerações epistemológicas sobre os precedentes de uma ideia, as explanações o desenvolvimento são apresentadas dentro de um caráter plural e sujeito a diferentes interpretações, ainda que seu discurso e pragmatismo permaneçam relativamente próximos e concordantes num delimitado conjunto de fatores e aspectos que pode aferir leituras mais categóricas sobre a natureza do fenômeno, mas que numa narrativa mais aberta e clara faz jus à evolução material do indivíduo e consequentemente da modernidade de todo um corpo social em termos de garantia de geração de renda, acesso a uma série de bens, serviços, melhorias estruturais e garantias legais que conferem bem-estar, qualidade de vida e dignidade de maneira universal e equânime.

Também discorre, em paralelo, sobre como esta racionalidade serviu para os propósitos de mundialização do capital através de um discurso institucionalizado, principalmente na periferia do sistema e de como esta regência tornou ainda mais díspar e controversa quanto a uma compreensão original, do mesmo modo que seus caminhos tenham levado a um dilema ou mais precisamente a um ultimato: sua continuação na qualidade de um fenômeno contraditório e autodegenerativo ou a opção pela via sustentável.

As exposições a seguir se lançam sobre diferentes experiências capitalistas que ocorreram ao longo do século XX e que ilustram a inviabilidade de qualquer combinação a longo prazo entre

---

[28] O 'desenvolvimento' também encontra amparo na esfera religiosa. Na explicação da gênese e estrutura do campo religioso, Bourdieu encontra concordância em Karl Marx e Max Weber ao afirmar que a religião 'cumpre uma função de conservação da ordem social'. Prova inconteste disso foi como a fé cristã serviu – e ainda serve – para justificar determinados paradigmas desenvolvimentistas.

progresso social e crescimento econômico de acordo com os modelos hegemônicos de desenvolvimento.

3.1 Trajetórias e desventuras do desenvolvimento

Dentro de um contexto herdeiro de uma visão nitidamente utilitarista, a noção original de desenvolvimento procura entrelaçar de modo indissociável e mútuo progresso nas esferas econômicas e não-econômicas, esta última representada na difusão de oportunidades em que um número crescente de pessoas viesse a ter de condições melhores que a de seus antepassados, o que de verdade ocorreu com relativa segurança até a presente época – "[…] *um mundo de opulência sem precedentes, de um tipo que teria sido difícil até mesmo de imaginar um ou dois séculos atrás*" (SEN, 2000, p. 09).

Num sentido geral, os desdobramentos semânticos de desenvolvimento invariavelmente recorrem a tal imagem, a do progresso irradiando da esfera individual, da capacidade de todos conseguirem fazer o melhor por si, o que de alguma forma segundo tal perspectiva beneficiaria diretamente o semelhante por possibilitá-lo em usufruir de um mesmo cenário de possibilidades que viria a se consolidar de maneira justa e homogênea.

Essa talvez seja uma das versões mais positivas, legado direto dos ideais iluministas e democráticos do desenvolvimento moderno como instrumento de liberdade que "[…] consiste da *eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer de forma ponderada sua condição de agente"* (SEN, 2000, p. 10)*;* e também a mais longeva, porque fora a partir dela que as representações mais difundidas adquiriram forma e conteúdo, até se assumirem dentro de um quadro hegemônico pelo qual todos os critérios de comparação foram estabelecidos.

Ao longo do século XX, uma democracia liberal incompleta[29] abarcou o sentido de desenvolvimento no plano material e ideológico de modo que viesse a garantir sua reinterpretação como consequência dos benefícios do capitalismo fundamentado na industrialização em massa, da implantação da sociedade de consumo e da consolidação de um *Welfare State*[30].

---

[29] A universalização de direitos dentro da democracia constitucional das nações centrais do capitalismo sempre foi questionável. Os EUA mantinham juridicamente dentro de seu território um *apartheid* étnico até metade da década de 1960, como também financiou golpes de Estado e genocídios na América Latina e África, com o apoio incondicional da Europa Ocidental – baluartes da vanguarda democrática.

[30] Pela necessidade a afirmação do paradigma do bloco capitalista ante a 'ameaça comunista' logo nos primeiros anos da *Guerra Fria*. O investimento público em infraestrutura e na ampliação da rede de assistência social e de serviços

Não coincidente que a *febre do crescimento* e o estabelecimento de um Estado-providência se deram no ápice dos *anos gloriosos* durante as décadas de 1950 e 1960 em que as reformas de inspiração *keynesiana* conduzidas nos principais eixos centrais do sistema procuravam atender a pontos prioritários naquele momento.

Primeiro, para fortalecer o bloco ocidental capitalista através da recuperação estrutural e controle econômico de estados combalidos com o fim da II Guerra, através da liderança dos Estados Unidos e da ampliação do raio de influência do dólar; com o decorrente propósito de minar o avanço do bloco comunista, sobretudo no vácuo deixado pelo esfacelamento dos impérios coloniais na África, Sudeste Asiático e Oceania, e com a ascensão de movimentos de inspiração socialista na América Latina; para depois colocar em prática o plano de redimensionamento da ordem geopolítica do sistema capitalista, através da consolidação de núcleos centrais e de suas zonas de interferência direta – com segmentos satélites e periferias delimitadas – o que à época inspirou a divisão do mundo e, logo após a derrocada da União Soviética, redesenhou a bipolarização hemisférica entre o *Norte* e o *Sul* no sentido simbólico das relações de dependência.

Ademais, a expansão do capital para as periferias do sistema cumpriu um papel estratégico para a estabilização econômica no núcleo do sistema. O *déficit* gerado pelo financiamento de melhorias de infraestrutura nos EUA e na Europa e no Japão pós-Guerra, bem como a especulação imobiliária regada à fácil disponibilidade de crédito a juros baixos causaram efeitos radicais na dinâmica capitalista logo na transição entre as décadas de 1960 e 1970, como o endividamento público e das famílias e o colapso de instituições bancárias[31], que não conseguiram recuperar empréstimos fartamente concedidos durante a efusiva época da '*growthmania*'.

básicos para a população foi crucial para a dinamização de países capitalistas centrais em recuperação, através da oferta de empregos e melhores salários, fomento à capacidade de consumo e outros benefícios que conferissem valorização ao trabalhador. O efeito paralelo era o controle de sindicatos e de movimentos populares que pudessem aderir a valores tidos como socialistas. A 'invenção' da classe média foi conveniente primeiro pelo apaziguamento do proletariado e depois pela ascensão das 'profissões de escritório' e profissionais liberais – funcionários públicos, executivos, advogados, médicos, contadores, publicitários, entre outros – que se avolumou a ponto de estabelecer uma camada social intermediária útil na descaracterização da exploração das forças de trabalho e indispensável para o abrandamento da cisão entre classes sociais, de maneira que determinados segmentos do proletariado então emancipados do que se compreendia como 'privilégios' não viesse a se insurgir contra a elite (BOITO JR., 2004).

[31] Muito embora bancos e instituições financeiras tivessem a resposta para o problema do qual eram igualmente responsáveis, o erro através da especulação sobre a crise fiscal em países capitalistas centrais ao longo dos anos 1970, e conseguiram se beneficiar disto. A manobra adotada foi a aquisição barata de títulos da dívida pública de administrações municipais falidas, e a adesão destes planos de austeridade que acataram sem relutância o uso da máquina governamental a interesses privados. David Harvey (2008) e o documentário 'HyperNormalisation' de Adam Curtis (2016) se valem do caso da falência da cidade de Nova York em 1975 e de seu posterior controle pelo sistema financeiro como o marco pioneiro da onda de experiências neoliberais que se cumpririam na década seguinte.

As soluções pensadas para curto prazo para contornar problemas fiscais e financeiros não seriam suficientes para conter a principal preocupação daquele momento – a estagnação econômica acarretada pela inflação do dólar, quebrando uma série histórica de estabilização monetária; elevação da taxa de juros, desaceleração do consumo e perda de lucro proporcional ao capital aplicado – e como se confirmou ao longo da década de 1970[32].

A saída mais viável era retomar antigas táticas de superexploração da mão de obra e controle de preços para a necessária reestruturação do capital e recomposição de lucros crescentes e assim, para adequar eventos típicos do período colonial então para o âmbito do trabalho assalariado, da competitividade de mercado e sob o regime 'democrático', o modelo de desenvolvimento apresentado em cartilhas elaboradas por entidades centrais de regulação foi irrepreensivelmente acatado pelas políticas nacionais de estados periféricos como solução miraculosa para a correção do atraso econômico e social.

Foi nessa conjuntura que o desenvolvimento enquanto discurso e instrumento útil na sinergia capitalista adquiriu maior projeção. No período de maior efervescência da intervenção estatal na consolidação da economia capitalista, emancipou-se dentro da abordagem *mainstream* um segmento dedicado exclusivamente ao tema, a *economia do desenvolvimento,* que estabeleceria as bases e se faria representado por órgãos de financiamento e entidades de planejamento, consultoria e capacitação para formulação e adequação de projetos desenvolvimentistas na periferia do sistema, propondo medidas e ações tidas como cruciais para a superação de etapas históricas e estruturais nos mesmos moldes como teriam sido implementadas em países centrais.

As boas intenções, no entanto, não tardaram a se mostrar deslocadas e incompatíveis com a realidade do *Terceiro Mundo* e se transformarem em pretexto para a adoção de medidas liberais em estados que ampliaram enormemente sua dívida pública e a sujeição às diretrizes de entidades financeiras centrais e ao encilhamento de oscilações cambiais para financiamento de infraestrutura

---

[32] A 'crise do petróleo' a quem geralmente se atribui a responsabilidade pelo monopólio estabelecido pela OPEP durante os anos 1970 foi bode expiatório para esconder os efeitos de políticas de ajuste cambial dos EUA e de entidades e de instituições multilaterais como FMI e Banco Mundial para conter a desvalorização do dólar. Em 1971, a conversão com base no lastro de reservas em ouro foi abolida e, dois anos depois, o acordo de Bretton Woods era extinto, preterindo-se um sistema mais flexível de paridades cambiais com taxas fixas por sistemas instabilizados pelas flutuações da moeda estadunidense (BELLUZZO, 1995). A internacionalização do dólar foi o passo definitivo para maior dependência da economia global às decisões estabelecidas quase unilateralmente pelos EUA, principalmente entre nações subdesenvolvidas com os títulos de dívida pública sujeitos a variações e ajustes cambiais de impacto desproporcional entre credores.

e concessão de estímulos à produção e que, mais à frente, assumiram-se totalmente neoliberais na imposição de uma versão focada na abertura para o mercado externo.

Os primeiros resultados de projetos desenvolvimentistas não tardaram erros cabais como em querer reproduzir o êxito de experiências de conotação *keynesiana* em regiões livres do regime colonial e, portanto, fortemente atrasadas e desiguais em todos os aspectos, para constatar a inviabilidade do modelo de longo prazo sem mencionar iniciativas de inspiração abertamente neoclássica, crentes no preceito de que o desenvolvimento deve ser compreendido como rompimento de períodos naturais da História através da sucessão de fases de evolução material, de celeridade e integração entre atividades de diferentes segmentos econômicos[33].

A explosão do crescimento econômico em países periféricos se mostrou muito mais curto e inconsistente que o fenômeno ocorrido nos países centrais logo com o pós-Guerra, com o diferencial de que o aumento da dívida pública, hiperinflação e a recessão repercutiram de modo contundente e em efeito corrente nas principais economias periféricas durante os anos 1980, abrindo espaço para a introdução de reformas neoliberais que, se de um lado sacramentaram a abertura do Terceiro Mundo à derradeira onda da globalização e sua promessa de integração de mercados, acesso a novos produtos e serviços e substituição de fronteiras pela 'aldeia global', por outro eximiram as pretensões originais de desenvolvimentismo outrora mais preocupadas com a redução do fosso entre classes, por meio da oferta equivalente de oportunidades.

O sentido formal e a composição institucional de desenvolvimento se assumiram compatíveis a interesses bem restritos e benéficos a poucos privilegiados e, uma vez mais, a disposição de modelos mais adequados impostos por forças externas para serem assumidos na periferia fora redesenhado, mais precisamente rememorando argumentos clássicos como das *vantagens*

---

[33] Uma das teorias das *etapas do desenvolvimento* se encontra em Walt Whitman Rostow (1961), que acreditava que uma *economia em atraso,* mas com ensejo e predisposição necessários, pode receber um *arranco* ou um impulso que fomente o surgimento de uma *sociedade de consumo massificado* e de um ciclo estável de retroalimentação entre ambas. A estabilidade de uma economia dinâmica levaria à *maturidade,* etapa condizente para o ajuste de distorções dentro do tecido social pela ampliação da rede de segurança social e da efetivação de garantias básicas. Muito em parte, *sir* W. Arthur Lewis compartilhava de um raciocínio semelhante como, por exemplo, no entendimento de que uma economia predominantemente urbana e industrializada é fundamental para o desenvolvimento nacional porque nestas a produtividade do trabalho é maior e autossustentável, porque estimula concentrações de poupança potencialmente convertidos reaplicáveis na figura de investimentos para dinamização de atividades produtivas seja na esfera individual e das famílias como no âmbito das empresas; algo não atingível em economias ruralizadas, em que a eficiência do trabalho é exígua e a produtividade marginal beira à inexistência, ainda mais se considerando a mecanização de processos produtivos no campo que dispensaria mão de obra abundante sem, portanto, afetar a produção agrícola. Na análise de Lewis, esse contingente de força de trabalho poderia ser perfeitamente realocado e assimilado pela economia urbano-industrial, o que resultaria em curto prazo tanto na melhoria da qualidade de vida dos imigrados quanto da impulsão da economia como um todo (LEWIS apud AGARWALA, SINGH, 2010).

comparativas e do equilíbrio organicamente alcançado pela regulação das forças de mercado para o âmbito das *vantagens competitivas* instauradas não solidamente em inovação tecnológica e capacitação humana[34], mas naquelas regradas por uma série de conveniências aos propósitos inerentes de uma minoria que vão desde a desregulamentação da economia[35] até a reclassificação de bens comuns em propriedade privada ou de torná-los passíveis de mercantilização[36], o que de outra maneira recicla antigas abstrações como de que países em desenvolvimento devem concentrar suas energias na exploração daquilo que naturalmente possuem em abundância ou que lhes é prontamente acessível, e de que há um ajuste homeostático das relações comerciais estabelecidas com nações mais desenvolvidas pelo compasso da globalização.

Tem-se na acepção mais hodierna de desenvolvimento a assunção pelas economias dependentes de um modelo de abertura mercadológica aos rumos da globalização que se por um lado reitera a modernização e integração ao comércio internacional também enaltece as principais forças interessadas neste processo, que nada mais são que o fortalecimento de monopólios transnacionais e da tônica ditada pelos sistemas financeiros, quer seja pelo enquadramento da conjuntura produtiva nacional a um estrato médio de composição orgânica ajustada à regulação em escala global, bem como pela adoção de uma política de crescimento alegadamente independente que mesmo num clima de modernização hesita em transpor limites não porque lhe falta a volição de um projeto nacional próprio, mas porque lhe é conveniente assumir uma posição "[…] *que não apenas é acompanhada de uma maior integração ao sistema produtivo imperialista*[37]*, senão que se mantém no marco da hegemonia exercida pelo imperialismo à escala mundial*" (MARINI, 2012).

---

34 *Neoschumpeterianos* e revisionistas na avaliação de processo de mercados, adeptos das teorias organizacionais – análise estrutural e de posicionamento de polos industriais, gestão de recursos e capacidades dinâmicas, etc. (VASCONCELOS, CYRINO, 2000).

35 Existe uma engajada profusão de *think tanks,* centros ideológicos tidos nem mais como neoliberais, mas como 'ultraliberais' identificadas com teses monetaristas e defensores do Estado Mínimo. É comum a influência desses centros na direção de instituições financeiras, instituições bancárias, corporações transnacionais e cargos governamentais de alto escalão, inclusive como observado em quase toda a América Latina nos últimos tempos (BAGGIO, 2016).

36 Entrega e devastação, para e por interesses privados, de matrizes minerais e energéticas, do incalculável patrimônio genético da biodiversidade, dentre diversas fontes de riqueza com relevância estratégica para concepção de formas endógenas e integradas de desenvolvimento. Nessa conjuntura, como reitera o *lefebvriano* Stanek (2011) sobre o fato de que até o espaço subordinado à lógica capitalista se torna uma modalidade de *comodity* fixa e, portanto, sujeita a relações de troca como mercadoria.

37 Outra expressão presente em Ruy Mauro Marini – como também em Theotônio dos Santos, Vânia Bambirra e André Gunder Frank – e pertinente para explicar o funcionamento da dinâmica de acumulação capitalista mundial na condução das relações de dependência ou *subimperialistas*, da periferia ao centro (BICHIR, SANTOS apud MARINI, 2012).

Revela-se uma sobreposição negativa entre escalas as engrenagens de perpetuação de um ciclo vicioso, a correlação tênue de um *subimperialismo* que provoca e depende das contradições de um progresso contido para se manter ativo, tornando um modelo de *desenvolvimento dependente* incapaz de superar limitações ou avançar com passos próprios além de um julgo preestabelecido.

Na confirmação de tal quadro, quando as consequências de um movimento interno dócil a conjunturas exteriores são também diretamente envolvidas na complicação de questões sociais e ecológicas num contexto interno – a maioria fragilmente amparada e outras sequer instituídas pelo Estado – e exacerbam problemas históricos e estruturais de raízes profundas, o propósito original do desenvolvimento mais parece devotado à consolidação de seu significado inverso, o *subdesenvolvimento* como estágio mais apropriado para a livre circulação do capital e de suas ferramentas de acumulação e reprodução. O entusiasmo quase utópico de outrora entre os teóricos da economia do desenvolvimento, daqueles primeiramente preocupados com a afirmação de um arranjo isonômico compatível ao processo capitalista se desfez em densas críticas e desilusões à medida que as incongruências reais se manifestavam.

No começo dos anos 1980, por exemplo, Hirschman reconheceu que o ajuste automático do sistema social à dinâmica de forças econômicas em países periféricos num dado plano de *crescimento desequilibrado* até que viesse a ser atingido um hipotético estado de equilíbrio natural era muito pouco improvável àquela altura, declarando também o pleno esgotamento dos primeiros arquétipos da economia do desenvolvimento de quem detinha notório domínio de causa, bem como total desânimo quanto aos rumos para os quais o processo era atraído, de algo "[…] *que não conseguia mais ajudar ao sentir que a antiga vivacidade não mais existia, que novas ideias estavam mais difíceis de se fazerem presentes e que o campo não se reproduzia de forma adequada*" (HIRSCHMAN, 2013, p. 50).

O economista teuto-americano talvez reconhecesse assim, indiretamente e em considerável atraso, que se mostrava mais coerente àquilo que Gunnar Myrdal alertara quase três décadas antes, sobre a persistência da natureza desigual do desenvolvimento em países periféricos, praticamente irresolúvel quando assume postulados externos integralmente alheios às peculiaridades orgânicas de cenários regionais e locais tão distintos.

Nessa perspectiva de enquadramento forçado de experiências importadas, a instabilidade é permanente e as transformações estimuladas não conseguem sustentar uma construtiva relação somática, mas sim o contrário do esperado, as ações de impulso estrutural e na dinâmica produtiva

infligindo o tecido social mais suscetível a abruptas mudanças e, por causa dessa causação circular, "[…] *o processo social tende a se tornar acumulativo, e muitas vezes a aumentar, aceleradamente, sua velocidade* (MYRDAL, 1965, p. 34)".

Em face da reestruturação do capital pela dispersão de mecanismos cumulativos em que a reformulação produtiva compactuava com redesenho da geopolítica regional da periferia do sistema, a estabilização entre as esferas econômicas e sociais se erigia mais disforme. Insistências em torno do desenvolvimento se confirmaram num mito sem comparativo pragmático em termos de coesão e efetividade, como alertou Celso Furtado à época do chamado 'milagre brasileiro':

> O estilo de vida criado pelo capitalismo industrial sempre será o privilégio de uma minoria. O custo em termos de depredação do mundo físico desse estilo de vida é de tal elevado que toda tentativa de generalizá-lo levaria inexoravelmente ao colapso total de toda uma civilização, pondo em risco as possibilidades de sobrevivência da espécie humana. Temos assim a prova definitiva de que o desenvolvimento econômico – a ideia de que os povos pobres podem algum dia desfrutar das formas de vida dos atuais povos ricos – é simplesmente irrealizável (FURTADO, 1975, p. 74-75).

E a redefinição do desenvolvimento como fenômeno desigual e excludente obedece a um raciocínio aprioristicamente tão simples quanto irrepreensível: a expansão produtiva, princípio motriz da dinâmica capitalista, depende da assimilação constante de recursos limitados e da absorção da capacidade humana de transformação material e cognitiva – que não sugerem outras coisas senão a depredação da natureza e a exploração do trabalho, respectivamente – dentro de uma margem de segurança que conceda retornos crescentes e replicáveis de capital investido.

Constaria nisto então outra prova inconteste da contradição do sistema e de sua predisposição orgânica à desigualdade material, ao passo que da insistência em sua escolha consistiria em irracionalidade pelo fato de que o acirramento de assimetrias resultou na exaustão social e ambiental da infraestrutura econômica que suporta tal modelo, "*uma tautologia sem graça, a de que o crescimento exponencial é impossível num meio finito*" (GEORGESCU-ROEGEN, 1975, p. 366).

O que se seguiu nas décadas seguintes foi uma sucessão de protelações e tentativas malfadadas de ajuste da realidade às teorias e políticas centrais de desenvolvimento, quando não aliadas ao anúncio de alternativas implausíveis e pouco efetivas no que diz respeito à correção de problemas que não mais se limitavam à periferia, porque fazem ligação à situação em escala global, porque foi essa implicação velada oriunda do ajustamento forças de reorganização da ordem mundial entre um 'Norte' industrializado, tecnocrata e arauto de uma racionalidade reducionista e de

uma ‘missão civilizatória’; e um ‘Sul’ dono de inestimável patrimônio biogenético e das últimas fronteiras selvagens do planeta.

É incontestável e inadiável que as tentativas de diálogo sobre o futuro do desenvolvimento se voltem mais sobre essa bipolarização que tenha a questão ambiental implicada, e que não viessem a ser estabelecidas de maneira praticamente unilateral como ocorrera no passado. Conquanto, pela análise da disposição pós-moderna entre forças e interesses envolvidos na gestão de recursos limitados, muito dificilmente esta relação se estabelecerá de forma equivalente e, ao que tudo indica, não será mais pacífica.

3.2 A construção da desigualdade sob o signo do capital

Como a intensificação cumulativa do capital se assume como evento irrefreável, o desenvolvimento surge como ato compulsório decorrente e não como alternativa, e para tal se vale de todo arsenal semiótico disponível para penetrar e se consolidar entre realidades originalmente tão diversas à de padrões normativos exportados e implantados.

Hoje, a ideia e ação de desenvolvimento de acordo com parâmetros predominantes se distanciam do significado autêntico de distribuição equivalente de riquezas, acesso igualitário de oportunidades e da garantia universal do bem-estar, a considerar que o abismo entre classes se mostra mais largo e profundo, como atestado pelo estudo da pirâmide social de países periféricos (PIKETTY, 2013). Em síntese, as condições mais básicas de uma vida digna parecem inacessíveis para grande parte da população mundial, enquanto que a concentração de riqueza se encontra ainda mais restrita a uma minoria privilegiada.

De acordo com a Organização das Nações Unidas, ainda que pouco mais de um bilhão de pessoas tenham saído da situação de pobreza desde 1990, 1 em cada 7 pessoas vive com menos de US$ 1,9 por dia (ONU, 2017). Dados do *World Inequality Database* afirmam que 20% de toda a renda gerada desde 1980 se encontra em posse de apenas 1% da população, enquanto metade desta, ou seja, mais de 3,5 bilhões de pessoas, concentra somente 9% da riqueza produzida durante o mesmo período em todo o mundo (WID, 2017).

Indicadores atualizados constatam que a situação pouco mudou. Na verdade, complicou-se mais ainda, como observado no comparativo com as estatísticas apresentadas pelo Relatório de Desenvolvimento Humano do *Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento* no que diz

respeito à distribuição da renda mundial: o famigerado ‘gráfico de taça de champagne’ (PNUD, 1992, p. 35; HOUTART, POLET, 2002).

Levantamentos numéricos seriam mais que suficientes para comprovar que o desenvolvimento é, antes de tudo, baseado em desigualdades sociais. Todavia, as mensurações quantitativas da situação presente e as estimativas que sugerem a iminente irreversibilidade de um quadro de urgência caso medidas de correção não sejam devidamente aplicadas em curto, médio e longo prazo, como sugere a cartilha ‘onusiana’ costumam ser muito superficiais e incompletas para ilustrar a totalidade do problema.

Aliás, até mesmo a própria ONU tem sua parcela de responsabilidade quando deu chancela para uma noção oficial de desenvolvimento humano e social praticamente como sinônimo de crescimento industrial, o que não só abriu margem para a forçosa introdução de uma onda *tecnoburocrática* como participou diretamente junto com instituições centrais na definição de cartilhas e pautas de orientação que serviram ao processo da mundialização do capital, que precisava reformular a divisão internacional do trabalho e assim atenuar relações de dependência e de trocas desiguais na hierarquização da economia internacional em paralelo à prospecção de nichos mercadológicos para implantação do consumismo desenfreado, valendo-se para isso de argumentos inflamados, repletos de apologismos à democracia e à defesa das liberdades individuais.

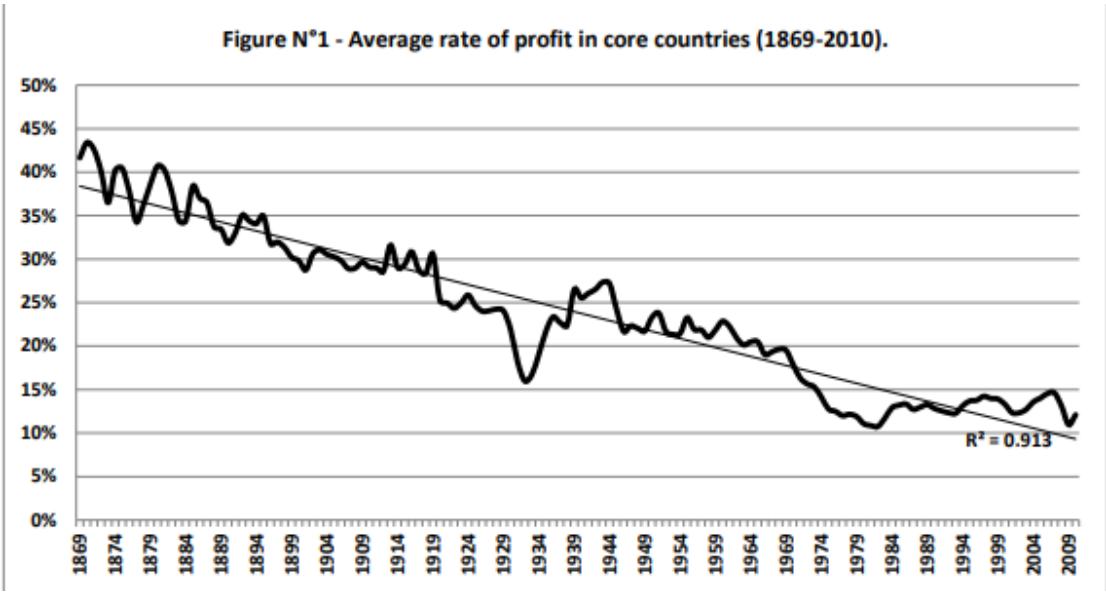


Figura 2: queda histórica da taxa de lucro nas economias centrais. Duménil & Levy, 2002 apud Maito, 2014, p. 09.

A leitura de séries temporais indica que o produto mundial bruto tem desacelerado consideravelmente nas últimas décadas, sendo que os números referentes aos últimos 10 anos – paralela à eclosão da última grande crise do capitalismo, a do *subprime* – demonstram taxas menores e menos uniformes que as registradas nos anos 1980, com exceção da média das economias emergentes (FMI, 2018).

A taxa de lucro das economias avançadas tem apresentado desempenho histórico decrescente, exigindo maior mobilidade para economias periféricas no intuito de atingir a alegada *competitividade* ou reestruturação do capital, um dos dogmas desenvolvimentistas mais repetidos na atualidade, que se baseia não no aumento de valor agregado da produção e no aperfeiçoamento do potencial individual da força de trabalho, mas na absorção fácil e barata de matéria-prima e mão de obra.

No todo, políticas econômicas de desenvolvimento abrem espaço para módulos de convergências para melhor eficiência do capital aplicável, procurando auferir condições de compensação no prazo e volume exigidos pelos investidores.

O *capital produtivo* – a única das formas funcionais capaz de produzir mais-valia de forma direta (SABADINI, 2013) – que remete diretamente à industrialização enquanto o principal 'motor' de crescimento e, em tese, dotada de correspondências quase silogísticas de que seja responsável pela agregação de mais valor à produção e da oferta de mais empregos e melhores salários que em outros setores da economia – hoje se mostra completamente submisso aos rigores de intensa transitoriedade e inevitável desajuste da forma derradeira do *capital fictício*, mas tecnicamente muito mais complexo em termos de velocidade de comunicação, que lhes possibilita maiores 'fluidez' e 'capilaridade' de financeirização dentro daquilo igualmente compreendido como capital improdutivo[38] ou – valendo-se de numa denominação mais pungente, de *capital especulativo parasitário,* aquele que "*não produz mais-valia ou excedente-valor e não favorece nem contribui para a produção*" (CARCANHOLO, NAKATANI, 1999, p. 301) – mas que se apropria do lucro para insuflar sua autovalorização completamente especulativa com base em outra contradição, em tese, a autodestruição do valor de uso ou a completa distensão entre o resultado real da produção em termos de valor para uma configuração literalmente etérea na circulação do capital.

---

[38] O capital fictício mencionado por Marx, mas que teve muitas outras interpretações, como o capital financeiro de Rudolf Hilferding e mais recentemente em Chesnais. Dowbor (2017) resume todas as formas financeirizadas de capital pelo seu caráter não participativo dentro do processo produtivo, chamando-o de capital improdutivo.

Em outros termos, isto significa que o volume e a velocidade de capital deixaram há tempos de obedecer à figura da acumulação primitiva e até a dos emissores de *capital a juros* e de *capital portador de juros* hoje parecem defasadas ante a complexidade e irradiação das formas financeirizadas representadas não somente pelo oligopólio bancário de acesso ao crédito, mas pela participação direta de outros personagens, conglomerados de *global players* – literalmente jogadores globais representados por gestores de fundos de investimentos, operadores de títulos de dívida pública e privada, ações, etc., que lidam com especulação de ativos – e grupos de participação direta, os *stakeholders*, isto sem mencionar a atuação de participantes ainda mais escusos, como o *shadow banking system* – 'sistema bancário das sombras', em tradução livre, que consta como o segmento não-regulamentado de instituições bancárias e financeiras (CINTRA, FARHI, 2008).

Contudo, para mencionar somente a parte regulamentada dessa ampla rede de agentes que controlam o capital financeiro, seu potencial especulativo vem tornando a diferença entre a esfera real e a esfera axiológica diametralmente inversa entre ambas, o que quer dizer que existe uma base material em vias de plena exaustão e precarização porque advém de fontes limitadas ou descartáveis – fala-se da natureza e do trabalho humano – e que sustenta mecanismos mais flexíveis, transcendentes e voláteis de acumulação do capital, com alto poder de transformação de valores abstratos, arbitrários e com escasso lastro de materialidade.

Há uma crescente tendência de depreciação da produção real em paralelo à valorização de mercadorias fictícias restritas à circulação apenas por operadores do sistema financeiro, como *derivativos* e '*ativos podres*', tudo sob o verniz de aparente planejamento e segurança que se mostra cada vez mais frágil e falso diante da conflagração do colapso iminente, vide as últimas crises cíclicas capitalistas irrompidas por *bolhas especulatórias*, cuja periodicidade se aparenta mais estreita ao passo que os efeitos das crises das quais são resultantes se mostram mais intensos.

Tabela 1: 'riqueza fictícia' e renda real[39]

Ano	Estoque mundial de ativos financeiros*	PNB mundial	Relação estoques ativos financeiros/PNB
1980	12	11,8	1,02
1993	53	24,9	2,13
1996	69	30,3	2,28
1999	96	31,1	3,09
2003	118	37,1	3,18
2006	167	48,8	3,42
2007	200[€]	54,8	3,65
2010[£]	209	55,9	3,74

[39] Em trilhões de dólares.

Fonte: Adaptado de Paulani (2009) adaptado por Ribeiro & Diniz (2017, p. 353). *Inclui ações, debêntures, títulos de dívida e aplicações bancárias. €Estimativas à época em trilhões de dólares. £Projeções à época.

Formas mais 'densas' de capital – como o industrial – estão diretamente sujeitas às modalidades 'puramente' financeiras, que por sua vez se valem de redes de operações e extenso espaços de dominação, mas ao mesmo tempo coesas, a ponto de serem presumidas sua quase onipresença, simultaneidade e sincronicidade. A mesma sujeição às autonomizações especulativas sobre o capital produtivo se mostra observável no processo de extração e expropriação de renda fundiária (PAULANI, 2016; HARVEY, 2013; AMIN, 1975).

Para obedecer às conjunturas financeiras estabelecidas sobre tamanho grau de especulação, a migração do capital se tornou compulsoriamente dispersiva ao longo das últimas três décadas, e o grau de influência de sua financeirização tem se mostrado decisivo na preparação de cenários mais prolíficos quanto a rentabilidade de investimentos aplicados, o que por sua vez exige a instrumentalidade do Estado e do fortalecimento da aliança de classes para permitir estruturar condições políticas e estruturais satisfatórias para tal.

Tais convergências explicam, por exemplo, a experiência de abertura mediada da economia chinesa ao mercado internacional e o intenso afluxo de capital externo convertido para a rápida e crescente modernização de seu parque fabril desde indústrias de bens de consumo e de transformação até as de tecnologia de ponta, enquanto que em outras economias emergentes, especialmente a brasileira, o processo observado é inversa proporcional: desindustrialização e reprimarização crescente, com investimentos externos e internos voltados para ampliar o mercado de exportação de produtos minerais e agrícolas (GONÇALVES, 2011).

Inevitável não situar que o *desenvolvimentismo* se tornou atrelado majoritariamente a interesses de mercado como também foi assimilado pela financeirização, tornando seu caráter ainda mais servil para viabilizar a transferência do capital para regiões onde o retorno se mostrasse mais seguro e efetivo, com subsídio governamental para a legitimação de medidas de alteridade exigíveis para tal e, à custa do retrocesso social que se demonstrou muito mais deletério no caso de países com crescimento estruturalmente assimétrico e incompleto, que sequer tiveram tempo suficiente de cumprirem com a obrigação de universalização de garantias básicas de proteção institucional para suas populações.

Não obstante, talvez mais prejudicial que a insolvência do que as antigas políticas desenvolvimentistas prometiam foi o ônus decorrente da imposição de mudanças abruptas na ordem

econômica, social e ambiental desses países, em intervalos temporais proporcionais ao nível das técnicas adotadas para tal finalidade[40], sendo forçadas a mudar radicalmente modos de vida, comportamentos e sistemas culturais à base de toda forma de violência – das mais explícitas às mais subliminares – para assumir um padrão alóctone ajustado para a melhor convenção da nova ordem instituída em nome da 'modernidade', do 'progresso' e das 'liberdades'. No dilema do 'pão ou aço'[41], prevaleceu a vontade latente do mercado ao mesmo tempo em que foram omitidas as lições mais substanciais de ajuste social, cuja alienação não somente perpetuou como ampliou os espectros da fome, da miséria, da doença e das diversas faces da violência.

Contudo, outra herança nefasta pode impelir a manifestação de um quadro ainda mais crítico são realmente observadas constatadas na questão socioambiental de países subdesenvolvidos e da exposição direta dos mais pobres.

No plano das interações locais e regionais, as populações periféricas não são as únicas afetadas pelo processo de segregação produtiva, expropriação material e marginalização social, mas a considerar o ciclo sistêmico de *acumulação capitalista* com alcance planetário, por serem as mais frágeis são as primeiramente a sofrerem com o impacto de transformações simplesmente pelo fato de serem delas abstraídas os principais meios de subsistência, o que não significa outra coisa senão a consentida dificuldade de adequação à mercantilização e ao consumismo, de pessoas que de uma hora para outra passam a ser ver destituídas de sua própria cidadania.

As experiências ocorridas no hemisfério geopolítico sul são mais que suficientes para questionar a legitimidade de qualquer tentativa de reprodução do arquétipo desenvolvimentista sustentado por tais práticas e valores venha a se manter num período de longo prazo e atenda de modo coerente a quaisquer perspectivas de distribuição de riquezas, maior abertura às oportunidades e da subsequente enfrentamento de injustiças, com exceção daquelas que se mostram previamente orientadas por mecanismos de subordinação.

A opulência no centro do sistema é historicamente alimentada pelos estratos inferiores da hierarquia e ainda coexiste pelo fortalecimento de pactos de subordinação sobre países periféricos,

---

[40] A técnica como elemento cabal na dialética do desenvolvimento. Quanto mais evoluída a técnica, mais fortes e velozes são as transformações alcançados sob o domínio de suas ações, pois, como reitera Porto-Gonçalves (2006, p. 77), seu uso visa "*ao controle da forma mais perfeita possível, dos efeitos da ação no tempo e no espaço de que a principia*", e sob tal signo em seu caráter puramente teleológico é que possa consistir a fatalidade de seu emprego.

[41] A exposição de Josué de Castro (2010) das controvérsias do desenvolvimento ainda é cruelmente atual. No Brasil, o simbolismo da então nascente indústria siderúrgica foi substituído pelo agronegócio, o que torna o dilema ainda mais irônico – a exportação de grãos para o mercado externo cada vez mais determina a disponibilidade e a qualidade daquilo que é consumido pelo mercado interno, violando a soberania e a segurança alimentar dos brasileiros.

o que por sua vez nunca estes suficientemente livres para que adotassem um caminho próprio que não fosse aquele predeterminado pela competição de mercados globalizados e a *vantagem estratégica* mais apropriada para seguir neste quadro, obviamente delimitados por critérios minunciosamente estudado por analistas de fatores de risco para aplicação de investimentos, dependência às variações cambiais de moeda estrangeira, controle de preços das principais *comodities*, entre outros determinantes.

De acordo com as teorias clássicas, as trocas comerciais tendem a encontrar um caminho de estabilização entre oferta e demanda na determinação de preços, a 'vantagem estratégica' por exemplo, de uma economia predominantemente agrícola, tende a se manter dependente da exportação de produtos primários ao mesmo tempo que o controle da terra se mantém retido a um menor número de indivíduos ou grupos porque o acesso ao fator produtivo é naturalmente limitado.

Tais circunstâncias exercem participação decisiva sobre a disponibilidade da força de trabalho exigida, do valor literal das remunerações e, principalmente, da natureza de relações sociais de produção derivada dos conflitos dialéticos entre classes historicamente oprimidas e à margem de um determinado evento de transformação social e econômica, mas que abruptamente se viram despossuídas do ente apropriado pelo qual alicerçaram seus modos de vida; e uma classe detentora de poder local ou regional, que não hesita em ampliar seu protagonismo pela articulação com entidades vinculadas à lógica do capital e com trânsito entre diferentes escalas, com o interesse veemente de difundir seus mecanismos de acumulação e circulação.

Pactos de classe para o controle dos meios e na organização das relações de produção são apreensíveis em toda atividade econômica, mas na agricultura parecem mais evidentes porque a discrepância das categorias elencadas na determinação dos fatores produtivos sob a dinâmica capitalista é incontestável.

Samir Amin, ao revisitar o conceito de renda fundiária[42] no âmbito da agricultura dominada pelo capitalismo em países africanos egressos do colonialismo europeu, apresenta uma valiosa

---

[42] Amin (1975) explica que, diferente do que ocorre em muitos países subdesenvolvidos cuja principal matriz econômica reside na exportação de produtos primários, na estrutura agrária de países da África subsaariana a expropriação da renda fundiária não se encontra na mecanização agrícola ou na concentração fundiária por simplesmente não compensarem os custos operacionais mediante inúmeros gargalos de produção, infraestrutura e instabilidade política – muitas das quais convenientes para agentes internacionais, por isso por eles patrocinadas – bem como da baixíssima taxa de produtividade marginal. A vantagem em termos de lucro estaria na facilidade de exploração da abundante mão de obra com o pagamento de salários baixíssimos, tal como ocorre em diferentes regiões da Ásia, em que o preço do trabalho é apenas uma fração do despendido em outros países. Na divisão internacional do trabalho, o custo de um trabalhador africano e asiático em muitos casos se dá pela razão de 1/10 se comparado com atividade similar desempenhada na América Latina, e de 1/100 nos EUA, Japão, Europa e Austrália. Para o controle do capital não é

narrativa sobre como diferentes representações de classe, desde chefes de clãs, lideranças islâmicas e representantes dos próprios governos locais se beneficiaram do interesse de grupos transnacionais na apropriação de diferentes escalas de produção agrícola de modo que fossem orientadas quase que integralmente para atender a demanda de exportação de alimentos para a Europa (AMIN, 1975). Sob o pretexto de que fossem implantados projetos de 'modernização' aos moldes de uma 'revolução verde' na região do Sahel Ocidental, um setor tradicionalmente caracterizado pela agricultura de subsistência foi transformado por uma série de modificações para o setor produtivo local, como o plantio de monoculturas de espécies comerciais e a incorporação de tecnologias dependentes de alto consumo de água, energia e de insumos – sementes, fertilizantes e agrotóxicos.

Todavia, os resultados esperados e que atenderia às promessas de desenvolvimento da região com a geração de emprego, renda e no melhoramento da safra jamais se cumpriram como esperado. Em vez disso, houve completa deterioração da base material e das relações sociais de produção em compasso sequencial: endividamento familiar seguido da perda da pequena propriedade e do aumento de disputas por terra; êxodo rural e hipertrofia de aglomerados urbanos por populações marginalizadas; desemprego, informalidade, ocupação desordenada e sobrecarga por demanda de redes de saneamento ineficientes ou inexistentes; surgimento de epidemias e aumento da violência urbana e da criminalidade.

No campo, monoculturas dependentes de meios intensivos de produção, absolutamente incompatíveis com a dinâmica edáfica de ecossistemas de savana, provocaram um colapso ambiental sem precedentes, caracterizado pela contaminação, desequilíbrio populacional de pragas agrícolas, perda da fertilidade e erosão de solos cultiváveis, eliminação de nascentes, assoreamento de cursos d'água e potencialização da dinâmica de desertificação. A fome passava a se estender para regiões africanas outrora livres de seu flagelo, enquanto que conflitos étnicos e a desestabilização política incorriam em guerras civis e genocídios.

Em suas devidas proporções, cadeias de eventos semelhantes à africana se espalham por toda a dinâmica produtiva de países do hemisfério geopolítico sul, extensiva tanto em seus mecanismos regulatórios de controle de preços e oferta quanto pelo caráter depreciativo dos fatores produtivos fundamentais, sobretudo do mais limitado e irrecuperável, a natureza.

---

interessante maior investimento em tecnologia, infraestrutura ou aperfeiçoamento do 'capital humano' nestas regiões quando o potencial de expropriação de mais-valia próximo aos principais centros de consumo – o que diminui custos logísticos – é muito mais compensador.

A agricultura comercial de larga escala, por exemplo, por mais exigente em termos de absorção de inovações para melhoria de produtividade não conseguem contornar seus efeitos destrutivos residuais simplesmente porque não é este o interesse do potencial especulativo do capital sobre a estrutura agrária quando há possibilidade de expansão sobre áreas intocadas para fins de exploração econômica, porque o custo operacional em devastá-la é irrisório se comparado aos de recuperação de áreas degradadas ou da busca por alternativas mais viáveis. Daí a ameaça direta a domínios naturais de inestimável importância por sua biodiversidade pelo desmatamento associado à expansão de fronteiras agrícolas, como o que vem ocorrendo no Cerrado e na Amazônia.

Eventos semelhantes são reproduzidos na mineração, na extração e produção de matrizes energéticas, na especulação imobiliária e na construção, na organização do tecido logístico e nos mais diferentes setores da indústria cujo princípio operacional requer a transformação da natureza. Independente da atividade econômica, o caminho para uma mudança radical e, consequentemente, da escolha pela total alteração da ordem produtiva é, em geral, determinado por duas razões essenciais: pela estagnação completa do recurso ou pela elevação dos custos necessários para arcar com a sua exploração.

Entretanto, como tais fatores estão intimamente associados, a decisão deve convencionalmente recair sobre a continuidade da exploração de recursos limitados e não-renováveis, o que virtualmente fortalece o monopólio o consequente controle de preços. Porém, conforme tal pressuposto, enquanto houver condições de exploração, a opção pela aplicação de investimentos em pesquisa de sistemas produtivos mais sustentáveis, modos de operação mais inclusivos e na descoberta de recursos alternativos será sempre facultativa.

A monopolização por agentes privados nacionais ou transnacionais não se delimita somente à centralização de mercados e das flutuações do preço de mercadorias, mas da retenção de sistemas técnicos e dos demais meios de produção. Em outros termos, por sua posição privilegiada na dinâmica de produção e circulação de bens, cabe à decisão destes a conversão da produção para atender prontamente aos interesses de demanda que lhes confira o melhor resultado na forma de lucro. Para Ha-Joo Chang (2004), o ‘chute na escada’ seria uma espécie de boicote institucionalizado direto ou indiretamente aplicado pelas políticas econômicas centrais na estratégia de desenvolvimento de economias periféricas, revelando o quão indelével é a participação de potências de vanguarda capitalista que historicamente se ampararam em artifícios e alianças de classe para consolidação da posição privilegiada ainda hoje se fazem preeminentes nas relações com economias

periféricas, constringindo-as do pleno acesso a motores de endogeneidade e autonomia que são indispensáveis para a correção de falhas estruturais. A permanência do estado vigente no comparativo de 'vantagens estratégicas' entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos jamais atenderá ao cumprimento de etapas evolucionárias ou da autorregulação de desequilíbrios, sob o ajuste 'natural' de forças econômicas notadamente desiguais entre si.

Há muitas implicações que denunciam a figura do desenvolvimento contígua à *globalização,* à exigência de uma lógica determinada pela mobilidade do capital que se apresenta como desigual e inscrita por laços de obediência da periferia ao núcleo orgânico do sistema. Outrossim, mostra-se incontestável que a continuidade de interações assimétricas sempre terá um peso maior para países inseridos tardiamente na dinâmica capitalista porque sua suposta vantagem é invariavelmente atrelada ao segmento ou atividade produtiva pelos quais decorrem as distorções mais centralizadas no que diz respeito à divisão social dos meios de produção e na distribuição de seus resultados na forma de rendimentos.

Historicamente, a desproporcionalidade entre forças e a representação de agentes hegemônicos dentro da própria conjuntura subalternizada geralmente implicam na continência de fluxos insurgentes que possam romper com paradigmas centrais, dispersando a atenção quanto às reais necessidades de correção e ajustes das ações de desenvolvimento com foco oriundo desde as escalas locais, a partir da solução de transtornos sociais e distorções econômicas mais elementares. Decerto, a inclusão de temas ecológicos no centro da problemática de grandes transformações e distorções no tecido produtivo sob o viés do desenvolvimento corresponde a algo impreterível.

Ademais, a questão ambiental se tornará ainda mais nevrálgica para discussões presentes e futuras sobre os rumos do desenvolvimento porque se presume que seja por ela que se estabelecerá a definição de modelos que englobem produção racional e integrada à conservação dos sistemas naturais, ainda que se entenda que o processo mais uma vez não venha a atingir uma situação de equilíbrio em termos econômicos, geopolíticos e socioambientais.

3.3 A 'comoditização' da sustentabilidade

É indiscutível que ocorreram transformações sensíveis no contexto produtivo e no tecido social periférico, de que de toda forma as anunciadas modernização e evolução material se cumpriram em grande parte, mas nunca foram isonômicas, porque não conseguiram aproximar melhorias proporcionais em termos de redução da pobreza e de desigualdades sociais, tampouco

conseguiram mitigar transtornos causados pelo próprio e incessante *feedback* de sustentação do sistema, permitindo que problemas socioambientais tomassem proporções ainda mais instáveis e procelosas.

Os primeiros indícios de uma grave crise metabólica do capitalismo global derrubaram o mito da sociedade industrial e tecnocrática, escancarando também a incoerência e iniquidade de todo um modelo desenvolvimentista.

Toda atividade humana foi exponencialmente sobrelevada pela gradativa adoção do modo de vida ocidental e capitalista, minando profundamente as estruturas físicas de um sistema limitado e contestando, uma vez mais, a crença de que o ecossistema planetário seria enorme o bastante para sustentar dinâmicas de exploração progressivamente abusivas ou mesmo capaz de se autodepurar dos efeitos nocivos da residualidade antrópica[43], excedendo a capacidade de regeneração natural de estoques de recursos. A natureza, como salientava Georgescu-Roegen nos anos 1960 e 1970, é a fronteira derradeira para conter os excessos da economia e da sociedade de consumo, porque a escassez de recursos vitais para a humanidade se faria crescente e incontornável, e isto deveria situar componente político nas decisões internacionais durante o século XXI, e ações decisivas quanto à alteração da ordem produtiva que deveriam ser inadiavelmente praticadas pelos governantes desde aquela época (CECHIN, VEIGA, 2010).

As críticas do economista romeno e a de muitos outros pioneiros da chamada economia ecológica foram segregadas do discurso formal da ciência econômica, acessível apenas para um dado nicho acadêmico[44]. Eram ideias que pareciam heterodoxas demais, rotuladas como exóticas ou 'apocalípticas' demais para serem academicamente debatidas ou apresentadas para maiores audiências, mas não no plano dos conchavos políticos que já discutiam de forma velada sobre o perigo evidenciado pela cultura de *crescimento ilimitad*o e suas consequências ecológicas, e de como isto poderia ser utilizado não para a reformulação institucional e comportamental, o pressuposto do

---

[43] O descompasso metabólico entre sistemas econômicos e sistemas ecológicos é tão intenso que se calcula que a atual demanda por recursos consome em 8 meses todo o montante disponível de estoques naturais para 12 meses (AFP, 2017).

[44] Os pioneiros da *bioeconomia* ou *economia ecológica,* que além de Nicholas Georgescu-Roegen trazem Kenneth Boulding e Herman Daly entre seus maiores expoentes (CONSTANZA, 1989). Em uma frente mais 'humanista' e centrada na integração com a sociologia ambiental estão variantes como a *ecossocioeconomia* de Ignacy Sachs (2009) e o *metadesenvolvimento* de Edgar Morin (MORIN, KERN, 2003). Há ainda a *economia ambiental* discutida por nomes como Robert Solow, Simon Kuznets e Kenneth J. Arrow, uma alternativa que por mais que tenha sido esboçada como um campo neutro, passou a carregar uma conjunção mais explícita entre o pensamento ecológico e o formalismo econômico (NORGAARD, 1997). No entanto, as três vertentes carregam consigo, em menor ou maior grau, um viés de reformismo ecológico dentro do próprio sistema capitalista como estratégia de desenvolvimento.

decrescimento, ou seja, a desaceleração urgente da dinâmica produtiva para remediar a completa estagnação de recursos naturais e assim evitar o risco de colapso ecológico global. Os interesses implícitos eram a remodelação do hegemonismo geopolítico por potências globais através de uma agenda ambiental concordante aos seus termos[45].

As preocupações sobre efeitos residuais decorrentes de um ritmo de crescimento econômico intenso e insustentável vieram à tona quase ao mesmo tempo em que foram percebidas alterações ambientais. Pouco antes disso não eram sequer consideradas nas pautas de planejamento de modo que permitissem reconhecer alternativas para a construção de quadros mais sustentáveis. Quando as ameaças se apresentaram mais incisivas e universais em seus efeitos é que se começou a dar algum tipo de atenção para a problemática ambiental, mas não que viesse a significar a tomada de decisões e práticas mais céleres para a reversão de cenários. Atualmente, o que se constata no cenário internacional é um confronto de interesses entre centro e periferia: um redimensionamento de disputas geopolíticas entre a atualização de formas de colonização do Sul pelo Norte e as tentativas de obtenção de protagonismo por parte de países subdesenvolvidos que são possuidores de grandes reservas de recursos naturais estratégicos para a economia global.

É interessante observar o *mea-culpa* assumido por parte de países centrais à procura de um cenário conciliatório entre crescimento e conservação, supostamente mais solícitos, experientes com os erros passados e preocupados com a gravidade dos problemas ecológicos derivados do crescimento econômico sem escrúpulos, mas que oblitera seu real interesse de manutenção de seu *status quo* sobre a ordem geopolítica. Ao mesmo tempo em que encabeçam acordos e protocolos para a definição de uma agenda global sustentável e tentam convencer países pobres a diminuírem a intensidade de seu crescimento e consequentemente os índices de desmatamento e de emissão de gases poluentes na atmosfera responsáveis pelo aquecimento global, a articulação política e financeira das grandes potências não hesita em tornar o sistema de produção e circulação em escala global através do controle cambial sobre o sistema de precificação de mercadorias mais fluido para

---

[45] O relatório do 'Clube de Roma' assumiu a relação de causa e efeito entre o crescimento econômico capitaneado pela industrialização, urbanização, antropomorfização da paisagem e pelo modo de vida ocidental baseado no consumo em massa de energia, água, solos, matérias-primas não-renováveis como responsável pela crise ambiental que já se fazia iminente. De acordo com a primeira versão do relatório assinado por Meadows (et al., 1973), a saída para o problema não deveria ser radical, o 'freio' na mecânica do crescimento, mas o estabelecimento de limites, e este deveria ser liderado pelas potências centrais por sua experiência capitalista. Como mencionado há pouco, a chamada *economia ambiental* ou *economia do meio ambiente* é fortemente inspirada nas conclusões do Clube de Roma e nos trabalhos sobre a regulação dinâmica de sistemas naturais, populacionais e produtivos de Jay Wright Forrester, bem como nos ensaios de ajuste entre a teoria econômica neoclássica a problemas ecológicos por nomes como Simon Kuznets, Robert Solow e Joseph Stiglitz.

assegurar taxas crescente de retorno de lucro e o monopólio de suas transnacionais, bancos e fundos de investimento. Se recentemente *players* financeiros e mesmo agências interinstitucionais como BID, FMI e Banco Mundial têm recomendado e intervindo diretamente na desaceleração industrial de economias subdesenvolvidas, as mesmas não mobilizaram esforços semelhantes diante da re-primarização[46], ou para ser mais exato, é de franco interesse do *estabilishment* estimular tais cenários de dependência e desigualdade entre centro e periferia (CHANG, 2004).

Por outro lado, alguns países *em desenvolvimento* que atingiram protagonismo geopolítico e econômico dentro de um cenário regional ou mesmo global não abrem mão de etapas e atividades que possam lhes consolidar no plano das relações externas[47]. Na encruzilhada pela condução de pactos e de compromissos conjuntos, no que diz respeito à tomada por medidas mais sustentáveis na economia internacional, sobram contrapontos em termos de transferência de responsabilidades e acusações de protecionismo comercial, intrusão e violação de soberania nacional e da estipulação de 'âncoras verdes', o que afetaria consideravelmente o interesse de economias dependentes da exportação de produtos primários (YOUNG et al., 2004).

As divergências geradas, no entanto, estariam longe de apontar um caminho em direção à reformulação universal dentro de um espectro conectado às relações de causa e efeito da organização produtiva sobre sistemas naturais limitados do qual a economia é parcela integrante e secundário, e não um conjunto isolado ou superior à ecodinâmica. Seriam iniciativas louváveis em meio ao atual momento, de preocupação generalizada quanto às consequências do aquecimento global que remetem diretamente aos efeitos cumulativos da escolha pelo crescimento sem limites e do desenvolvimento distorcido que em verdade carregam implicações políticas mais interessadas na manutenção da imponência do núcleo orgânico do sistema e da possibilidade de uma alteração da ordem e de um ciclo, do rompimento de cadeias de subordinação.

---

46 Algo que não apenas encrudesce a assimetria de dependência no comércio internacional entre países ricos que compram mercadorias baratas de países pobres, que por sua vez importam mercadorias mais caras. O fenômeno da reprimarização econômica também incentiva a aceleração de problemas socioambientais associados à produção intensiva entre economias dependentes da exportação de *comodities* primárias.

47 Brasil e Índia são exemplos de países subdesenvolvidos que surgem com potências geopolíticas regionais, muito embora sejam extremamente subordinados à influência externa e dependentes em termos de transferência de tecnologia e pela flutuação cambial incidindo sobre a exportação de suas *comodities*. A Rússia é considerada uma potência global talvez mais em razão do poderio bélico herdado da União Soviética e de sua posição privilegiada no controle de reservas estratégicas de recursos naturais. É inquestionável que a China se consolidou como potência geopolítica global capaz de rivalizar com EUA e União Europeia de forma direta dada a dependência do mercado global ao que é produzido e consumido no país asiático, apesar do crescimento moderado a partir nos últimos 5 anos.

No centro do debate político dedicado a problemas sociais e ambientais, proposições da urgente inversão de ordem produtiva são eclipsadas por outras pautas que na prática corroboraram para a continuidade dos mesmos erros, procrastinando medidas mais urgentes e sérias para o enfrentamento de um iminente colapso global. No geral, as preocupações centrais inevitavelmente se voltam sobre como favorecer o fluxo crescente de produção mesmo em condições restritíssimas, num sistema limitado e gradativamente estagnado.

Em verdade, o debate conciliatório chegou a ser bem mais coeso e prolífico em direção à tomada pelas nações de medidas conjuntas em detrimento de atividades produtivas menos agressivas, incorporando em si a tríade do crescimento econômico à igualdade social e equilíbrio ambiental, mas que agora vem sendo desvirtuado pelo descompromisso de acordo por parte de grandes potências.

São frequentes os recuos de países como os Estados Unidos, China, Índia, Rússia e agora, mais recentemente, de Brasil e Japão – para mencionar os mais representativos na questão geopolítica ecológica – na assinatura de termos de compromisso para a redução de emissão na atmosfera de substâncias poluentes, da pesca industrial em larga escala, do desmatamento de biomas florestais, contaminação e perda da fertilidade de solos pela agricultura extensiva, exploração mineral e de toda atividade econômica, vide as propostas redundantes para solução de problemas ambientais discutidas no Fórum Econômico Mundial, e das omissões de responsabilidades de potências mundiais em conferências climáticas e ambientais das Nações Unidas. Não bastasse o *lobby* corporativo onipresente em políticas para assuntos econômicos e relações comerciais internacionais, fortemente interessados em assuntos ambientais porque deles implicam a definição de limites de produção, consta ainda uma preocupante e crescente tendência de vinculação de teses obscurantistas e anticientíficas como posições oficiais de Estado[48], aumentando o cenário de incertezas e dificultando que decisões efetivas, coesas e universais em termos de políticas de sustentabilidade sejam corretamente imputadas pelas nações.

No geral, o que vem sendo devidamente implementado outra vez são versões inconsistentes e tendenciosas, agora em torno da aplicação prática do conceito de desenvolvimento

[48] Como o do atual presidente estadunidense Donald Trump que disse não acreditar no relatório climático emitido pela própria Casa Branca e decidiu pela saída dos EUA do Acordo de Paris sobre mudanças climáticas. Na mesma linha seguiu o Jair Bolsonaro, quando pouco depois de ser eleito presidente do Brasil já acenava para a mudança oficial da política ambiental do país, entre as quais estava a negação do aquecimento global. Foi exigência dele para que o então presidente Michel Temer não aceitasse a realização Conferência Climática Internacional da ONU – a COP-25 – no Brasil em 2019, por justificativa de contenção de custos em seu governo.

sustentável. A mundialização do capital absorveu a problemática de centralização da questão ambiental de discussões sobre limites do crescimento econômico em um sistema limitado, mas balizando-o ao padrão de crescimento e de consumo das potências centrais, o que significou a remodelação das relações geopolíticas em conjunturas convenientes para a ininterrupção de formas de dominação sobre países periféricos pela já bipolarização entre 'Norte' e 'Sul'. É mais comum a participação engajada de organizações não governamentais estrangeiras dedicadas à preservação e conservação da sociobiodiversidade em nações em desenvolvimento do que a efetuação de acordos bilaterais com países desenvolvidos e, quando ocorrem, adotam critérios desconexos dependendo do que esteja em centro.

É o caso de muitos países europeus que possuem fundos públicos para financiamento de projetos de preservação de biomas como a Amazônia, além de concederem isenção fiscal para a importação de produtos com certificação de origem e de produção ecologicamente responsável e tomarem severas políticas de embargo à importação fora de rigorosos padrões de exigência, mas que quase ao mesmo tempo adotam posturas mais tolerantes e até participam de forma direta em situações completamente distantes de uma prática autenticamente sustentável[49]. As iniciativas e transformações estruturais mais relevantes quanto a efetivação da sustentabilidade tem se mantido descentralizadas e acessíveis a poucos, nas diferentes escalas. O direito ao ambiente ecologicamente equilibrado é privilégio de poucos e vem tendo seu significado pouco a pouco alterado de acesso à cidadania para produto ou objeto de consumo.

Outro exemplo ilustrativo desse cenário é o da especulação imobiliária nas principais metrópoles brasileiras, de outros países em desenvolvimento e até mesmo nos núcleos de pobreza de países mais ricos. Centenas de empreendimentos voltados para classes mais abonadas – muitos subsidiados com recursos de fundos públicos para habitação – são oferecidos incluindo bens e

[49] Em 2017, após o então presidente Michel Temer anunciar que desregulamentaria áreas de conservação ambiental permanente na Amazônia para exploração mineral e pelo agronegócio, o governo norueguês retaliou com o anúncio do corte de 50% dos repasses do fundo de ajuda ambiental para conservação florestal no Brasil, algo em torno de US$ 110 milhões por ano, e da suspensão total até que medidas contrárias viessem a ser tomadas. Em 2018, a transnacional *Norsk Hydro* – da qual o governo norueguês possui 34,4% das ações – foi multada por crime ambiental depois de serem identificados pontos clandestinos de lançamento de efluentes industriais de usina de beneficiamento de bauxita para igarapés, contaminando rios, solos, lençóis freáticos e vitimando centenas de famílias na zona rural de Barcarena, Pará. Em novembro de 2018, o presidente francês Emmanuel Macron disse que anularia o Brasil em acordos comerciais com a União Europeia se Jair Bolsonaro viesse a tomar uma série de medidas que afetassem acordos internacionais ambientais como havia declarado durante a campanha eleitoral, incluindo a preservação da Amazônia, políticas indigenistas, entre outros assuntos. Contudo, diversas transnacionais francesas do setor alimentício, cosmético e automobilístico importam óleo de palma, látex e grãos do Sudeste Asiático e África, sem o mesmo rigor em relação ao posicionamento de seus fornecedores quanto à devastação de regiões de florestas tropicais nessas regiões.

serviços 'ecologicamente' corretos e voltados para o bem-estar e qualidade de vida de seus proprietários, vizinhas a grandes áreas de ocupação desordenada, desassistidas de aparelhos e serviços públicos básicos para habitação, saneamento, transporte, saúde e educação. O próprio conceito urbanístico de cidades 'sustentáveis' tem sido usado para justificar formas de segregação e gentrificação obedientes à lógica de produção do espaço sob o signo do capital (STANEK, 2011).

Ademais, tem sido este o destino mais difundido quanto à incorporação de princípios sustentáveis no âmbito corporativo – a agregação de valor subjetivo para a mercadoria, imprimindo-a de um pretenso senso de responsabilidade ambiental e social, entre demais recursos de marketing e melhoria da imagem institucional de empresas para um público mais 'ecologicamente consciente' em suas escolhas de consumo e mais preocupado com a 'preservação da natureza para as atuais e futuras gerações'.

Remetendo outra vez ao raciocínio de expropriação do valor e de seu caráter puramente especulativo, a adoção generalizada de princípios sustentáveis deve obedecer igualmente a algumas concessões e garantias subservientes a grandes interesses privados: seria implementada caso inexistisse uma saída mais viável do ponto de vista econômico para seus mediadores, a erradicação completa de um recurso decorrente do sobreconsumo e da exposição a atividades ambientalmente prejudiciais; se a incorporação da via sustentável pudesse oferecer maiores vantagens em comparação aos meios convencionais; ou se a agregação de valor da via sustentável excedesse as possibilidades de retorno enquanto objeto concreto e elemento tangível, transcendendo-a até atingir uma *forma fetichizada*[50], mas da manipulação da subjetividade até que o pleno ato de consumir se torna 'consciência ecológica' num sentido utilitarista, pelo qual o indivíduo tende a consumir algo vendido como sustentável porque carregaria consigo uma espécie de conforto ético, de que faria algo correto para si e para o mundo, mesmo que ele seja alienado sobre os processos envolvidos na relação de consumo por ele apreendida.

Em outras palavras, a própria noção de sustentabilidade aparenta ter se tornado *comodity* sob essa conjuntura.

A produção de energia através de fontes alternativas e renováveis ainda possui relação de custo-benefício comparativamente baixa em relação à proveniente da queima de combustíveis

[50] O que seria algo semelhante, mas não uma reversão do silogismo dialético dentro do materialismo histórico, como no conceito marxiano de fetichismo de mercadoria, em que a relação social é conduzida pelas coisas, decantando a abstração a elas associada até se tornarem concretas (DEBORD, 2003).

fósseis e a adoção por meios de transporte menos poluentes ainda é insignificante perto do ainda gigantesco mercado de veículos automotores com motor à combustão de derivados de petróleo. Mas pesquisas de aprimoramento tecnológico – e a resultante diminuição de seus custos e do aumento potencial da margem de lucro – vêm sendo realizadas de modo incessante, não só porque se especula o fim dos meios convencionais que a precederam, como também pela efetiva materialização de valor simbólico na fetichização de produtos e serviços 'ecologicamente corretos'. Daí se explica o investimento crescente de grandes aglomerados corporativos concentradores do monopólio da indústria petrolífera, automobilística e como de muitas outras atividades econômicas, na criação de tecnologias mais 'limpas' ou mais 'verdes'.

O mesmo princípio especulativo sobre a exploração de recursos se encontram fora até mesmo da 'ética da sustentabilidade' e endossam o significado geopolítico das relações entre países centrais e periféricos na definição de políticas de conservação e uso de bens comuns para o futuro próximo, inclusive quanto à definição de instrumentos jurídicos internacionais que interponham sobre como deverão ser distribuídos tais recursos à medida que se tornarem mais escassos, a quem já ressalte que a balança se manifestará outra vez desproporcional entre ricos e pobres (LIPIETZ, 1997). Um purismo ainda muito difundido entre alguns ecólogos e convenientemente adotado como embasamento oficial em políticas de Estado considera a presença humana em qualquer grau como um fator negativo à homeostase natural de sistemas ambientais demonstra o quão errada e nociva à sociobiodiversidade é a institucionalização do *preservacionismo* que transforma de maneira inconsequente, por exemplo, coletividades reprodutoras de regimes de propriedade comum altamente especializadas no manejo sustentável de ecossistemas em agentes potencialmente predatórios. Trata-se de um dos neomitos que Diegues (2000) alerta, uma lógica apócrifa que condena vítimas enquanto exime e premia os verdadeiros culpados pela atual crise socioambiental, provocando a expulsão de populações de seus territórios de origem para a criação de 'santuários naturais' posteriormente visados por projetos de privatização de áreas públicas para diversos fins de exploração econômica.

O interesse universal sobre recursos naturais abundantes no sul geopolítico será irremediavelmente ampliado à medida que sua escassez na escala global aumentar. Convenções e acordos diplomáticos em um torno de um suposto respeito às autonomias nacionais não serão mais suficientes para impedir que instrumentos de subordinação neocolonial se sobreponham à soberania e a questão pública em países subdesenvolvidos.

Sendo assim, não haveria outro argumento mais sólido para explicar conflitos e instauração de regimes antidemocráticos subservientes ao monopólio de empresas com matrizes em países centrais em regiões estratégicas para o controle de reservas de petróleo, como no Oriente Médio e de minérios de larga aplicação industrial e valor comercial na África central e meridional, ouro, diamantes, gemas preciosas, minerais condutores ou semicondutores, térmicos e elétricos de alto desempenho. A tendência é que as tensões se acirrem sobre a questão de acesso e posse a bens mais indispensáveis para o padrão de consumo instaurado em todo o mundo, como as chamadas 'terras raras', material biogenético de fauna e flora nativas[51] e, o mais importante de todos: a água.

Os fenômenos contemporâneos e correlacionados da desindustrialização fortalecimento do setor primário de países periféricos traduz parte das contradições do desenvolvimento nacional, pois ao mesmo tempo em que se amplia e incentiva a participação de atividades de largo impacto ambiental e que são também altamente concentradoras de renda e propriedade fundiária como o agronegócio e mineração como propulsores na geração de ativos da balança comercial pela exportação de *comodities*, tem-se o agravamento de antigos problemas estruturais relacionados à concentração fundiária, o esfacelamento do campesinato e o aumento de tensões socioambientais, isto para citar apenas parte das assimetrias do contexto rural – a julgar que os mecanismos que moldam tais estruturas desiguais no campo partem da operacionalização definida dimensão urbana enquanto corpo fundamental para a reprodução capitalista[52].

A omissão governamental de agendas de desenvolvimento coerentes quanto à imprescindibilidade da temática sustentável tende a piorar os transtornos existentes no atendimento da demanda estrutural mais básica, sobretudo das realidades locais e regionais.

---

51 Sob o signo do capital, absolutamente tudo pode se tornar mercadoria. Existe até o patenteamento de substâncias obtidas de material genético de plantas, animais e demais organismos pertencentes à biodiversidade de países periféricos, para uso na indústria alimentícia, farmacêutica, bioquímica, de materiais, entre uma infinidade de aplicações. E até de material genético fossilizado, que têm impulsionado um mercado de '*comodities* paleontológicas', em que o DNA de espécies antigas é isolado para ser combinado com espécies atuais, de modo a serem obtidas variações transgênicas dotadas de características esperadas para determinado padrão comercial (SHIVA, 2007).

52 Para Lefèbvre (2011; 2003) e E.P. Thompson (2005), historicamente a distinção entre o urbano e o rural foi realçada pela impregnação do modo de produção capitalista na vida cotidiana. Contudo, com o pós-Guerra, um fenômeno inverso passou a ditar as regras – a atenuação dos limites com a dimensão rural gradativamente operacionalizada como provedor das necessidades da dimensão urbana, como na lembrança de David Harvey (2008) a Lefèbvre: "[…] *a urbanização estava apagando as distinções entre a cidade e o campo, com a produção de espaços integrados em todo o território"*. Na formulação *lefèbvriana* do *direito à cidade*, a relação de poder instituída pelo capitalismo na apropriação da dimensão urbana se estende sobre o campo por meio do agronegócio, de megaprojetos, do turismo, em geral, da criação de enclaves submetidos à lógica do capital que renega e marginaliza uma ordem preexistente, como o campesinato e as populações tradicionais.

3.4 Brasil e Maranhão na conjuntura pós-moderna do desenvolvimento

Quando ressaltada a realidade de nações *subdesenvolvidas,* tornam-se explícitos o aprofundamento e persistência das disparidades entre classes não somente como testamento do atraso e da exploração por potências centrais, mas pelo surgimento de projetos nacionais nascidos na desigualdade extrema, em que a legitimidade do poder do Estado foi instaurada pelo pacto entre uma minoria e a imposição de sua vontade sobre a maioria, invalidando qualquer tentativa de um mito 'fundador' de nação em que as falácias da '*diferenciação e da meritocracia surgem como características básicas de uma identidade negativa construída no contraste e na exclusão social*' (MORAES, 2002, p. 99).

Foi o que prevaleceu na América Latina e principalmente no Brasil ao longo da formação de seu Estado e da implementação de projetos nacionais. Por aqui esse processo de clivagem estrutural ainda se mostra bastante ativo e tem sido apontado como uma das principais explicações para a evolução de desigualdades sociais e do lento avanço nas ações de desenvolvimento. De acordo com o mais recente relatório da OXFAM com uso de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) do IBGE, o 1% referente aos brasileiros mais ricos possui renda 36,3 vezes maior que a dos 50% mais pobres, e essa mesma metade sofreu retração de 1,6% em seus rendimentos entre 2016 e 2017, a primeira estagnação registrada nos últimos 15 anos desde que o levantamento passou a ser realizado (DW, 2018).

Resultados similares foram publicados pelo *International Policy Center for Inclusive Growth* (IPC-IG). Considerando o período de 1926 a 2015, constatou-se que por mais que o produto bruto nacional tenha aumentado em 12 vezes, a riqueza permaneceu extremamente concentrada no topo da pirâmide social e que durante o intervalo estudado o 1% mais rico da população abarcou 24% de toda renda bruta nacional, em média.

Dentre outras observações, o estudo destaca que a concentração de riqueza nos estratos sociais mais elevados possui relação direta com mudanças do quadro político-institucional[53], a constatar que os picos coincidem com eventos em que houve nítido favorecimento do Estado para a acumulação capitalista através de reformas e mitigações interventivas. Outro ponto observado pelo autor é que mesmo com a redemocratização de 1988 – evento imprescindível pelo lançamento

[53] Souza (2018) também comenta que a concentração de renda entre os mais ricos no Brasil foi maior em períodos de repressão política, como no Estado Novo (1937-1945) e principalmente durante o regime ditatorial militar. Em ambos os casos houve participação governamental no estabelecimento de reformas propícias para acumulação de capital.

de uma nova base constitucional e para a reformulação do aparelho estatal de bem-estar social – e com as políticas de transferência de renda, o enfrentamento da desigualdade nas décadas seguintes se estagnou diante do aumento da demanda. Por outro lado, o volume de concessões de crédito, subsídios fiscais e anistias de dívidas do setor privado foi muito maior que o montante orçamentário dedicado a programas de transferência de renda que apresentaram resultados sensíveis em políticas distributivas nos últimos anos (SOUZA, 2018).

A propósito, os eventos que induziram ao enquadramento da política econômica nacional ao quadro internacional logo no começo dos anos 2000[54] também repercutiram de modo determinante para a experiência desenvolvimentista que se caracterizaria no decorrer da década, como explicam Young (et al., 2004, p. 30):

> Para a economia brasileira, a crescente insegurança no cenário internacional transformou-se em uma dificuldade adicional na gestão política e econômica interna, especialmente num período de grandes obstáculos ao desenvolvimento. Em 2002, a eleição presidencial ocorreu num clima de incertezas e quanto à vitória do candidato de oposição, o que marcou estas eleições. A área econômica brasileira se definiu por uma forte desvalorização cambial, alta da inflação e elevação drástica da taxa de juros. […] junto com o aperto fiscal promovido pelo novo governo e a elevação das taxas de juros, resultou em forte desaceleração da atividade econômica. O PIB, que havia tido um aumento de 1% em 2002, foi praticamente a zero no ano de 2003, levando a uma redução do PIB per capita. Como consequência, o desemprego atingiu níveis recordes.

Por outro lado, a desvalorização do real frente ao dólar e a outras moedas de maior circulação impulsionou a importância de exportações e a reconfiguração definitiva da macroeconomia nacional na concorrência com o mercado externo, incentivando os fenômenos de *desindustrialização* e *dessubstituição das importaçõ*es em paralelo à forte *reprimarização* (GONÇALVES, 2011; KUME et al., 2003).

A crise da indústria brasileira, que já vinha apresentando dificuldades desde a abertura comercial do mercado interno para produtos importados no começo dos anos 1990, sobretudo de importações asiáticas mais baratas que chegavam com o preço mais baixo que o das manufaturadas nacionais (KUME et al., 2003; PEDROSO, 2003), acirrou-se com a estagnação da renda do consumidor brasileiro e se sacramentou com a elevação do dólar em 2003, diminuindo a importação de máquinas, equipamentos e demais bens de transformação necessários para a modernização do

---

[54] O sistema capitalista mundial vinha de 'pequenas' crises sucessivas, mas de intervalo curto entre si, como as 'bolhas' e crises financeiras do Sudeste Asiático em 1997, seguidas pela 'crise da internet' em 2000, dos ataques terroristas aos EUA em 2001 e do escândalo de fraude corporativa da Enron em 2003.

complexo fabril, maior produtividade e oferta de preços competitivos que ampliassem a participação do setor tanto para o mercado interno quanto para o externo (OREIRO, FEIJÓ, 2010).

Com o principal motor da dinâmica macroeconômica em declínio[55], a necessidade de captação de divisas para diminuição do desequilíbrio da balança comercial, da contenção da evasão de ativos usado para o pagamento de juros e dividendos da dívida pública externa e da redução da taxa de juros. O desajuste cambial prejudicial à indústria serviu para a consolidação do setor produtivo com ênfase na exportação de produtos primários.

Num primeiro momento a manobra mostrou êxito, beneficiando-se da elevação de preços das principais *comodities* agrícolas e minerais no mercado internacional. O *superávit* primário acumulado a partir de 2004 mitigou o agravamento da situação fiscal e ajudou no controle da taxa de juros, tornando o cenário mais fácil para o aporte de investimentos externos e o aumento da demanda por bens financeiros. O governo procurou estipular todo um encadeamento de políticas desenvolvimentistas aliado à efervescente valorização da exportação de *comodities* ampliadas com a descoberta em 2006 de reservas de gás e petróleo na camada pré-sal da plataforma continental, o que incitariam a abertura econômica para grandes projetos de infraestrutura; maior regulamentação e participação estatal na gestão de setores estratégicos da economia; liberação de crédito para o setor privado com condições especiais para o agronegócio, exploração e produção de energia, construtoras e demais empresas que se enquadravam nos planos de expansão do crescimento econômico.

Em curto prazo, as medidas conseguiram estimular a geração de emprego, renda e incentivo de consumo, ao passo em que também eram ampliadas políticas assistenciais, de redução da pobreza e da desigualdade social. Firmava-se uma espécie de projeto nacionalista de conciliação de classes (SINGER, 2012).

---

[55] Pela relevância histórica e funcional que a indústria mantinha quanto à geração de emprego, melhores salários e maior agregação de valor a produtos manufaturados, mas isso parece ter mudado. Palma (2005 apud OREIRO, FEIJÓ, 2010, p. 221) demonstra que admissão de emprego na indústria vem diminuindo consideravelmente nas economias centrais desde a década de 1960 assim como no Brasil e nos demais países do Mercosul, mas tem se mantido estável ou em ritmo pulsante em regiões periféricas. Isto pode ratificar não somente a tendência de transferência de complexos industriais para regiões que ofereçam melhores condições de retorno – mão de obra abundante, pagamento de menores salários, leis ambientais e trabalhistas mais frouxas, etc. – como vem sendo substituído no centro e na semiperiferia pelos setores terciário e 'quaternário' – indústria de tecnologia de ponta, TI, comunicações, informática, cibernética, biotecnologia – principalmente no Primeiro Mundo. No Brasil é o segmento de serviços que tem impulsionado a oferta de ocupação. Apesar da reprimarização e do aumento de participação na balança comercial brasileira, o setor tem mantido a característica de geração de poucos empregos.

Mas a estratégia de desenvolvimento adotada não se mostrou economicamente durável e a decorrência de seus efeitos sobre o tecido político e social foi das mais traumáticas. Instaurou-se uma política macroeconômica baseada na valorização da taxa de câmbio real efetiva, impulsionando o aumento da exportação de produtos primários e da ampliação da participação do setor de serviços na balança comercial, ao mesmo tempo em que a diversificação produtiva de base industrial e de outras atividades com maior capacidade de geração de empregos passaram a receber menos investimento e a apresentar piores resultados, consolidando o cenário de instabilidade na menor oscilação de preços no mercado internacional, a vulnerabilidade da economia brasileira à 'doença holandesa' ou à *heterogeneidade externa*[56] (BRESSER-PEREIRA, 2008; MEDEIROS apud SILVA, 2014).

A sensação de euforia criada do 'nacionalismo de recursos naturais'[57] veio a pique logo com a primeira oscilação negativa do preço das *comodities*, forçando uma série de manifestações e mobilizações de cunho político-ideológico que viriam a se avolumar posteriormente. O levantamento histórico sobre desigualdade, distribuição de renda e política desenvolvimentista no Brasil ilustra, em tom propedêutico, que a abrangência e complexidade do fenômeno do desenvolvimento apresentam significativos pontos de ruptura e de contradição interna. Mesmo com sensíveis mudanças e avanços, como da intervenção estatal na política inflacionária e cambial nos últimos 25 anos[58], as profundas assimetrias estruturais de caráter histórico encontram-se muito distantes de serem sanadas. Todavia, as disparidades voltaram a se acentuar logo após a definição da conjuntura pós-2016.

---

56 Efeito adverso das 'vantagens competitivas' ricardianas, em que se tem conjuntura macroeconômica de incentivo à produção para exportação de produtos primários em razão da taxa de câmbio favorável, mas desfavorável para setores dependentes de importação. O termo seria alusão ao evento ocorrido na economia holandesa nos anos 1960 após a descoberta de reservas de gás e petróleo naquele país (BRESSER-PEREIRA, 2008). Medeiros (2012 apud SILVA, 2014, p. 50) contesta que tal fenômeno não explicaria sozinho a questão da desindustrialização brasileira porque o grau de interação com outros setores é muito elevado. Em seu lugar propõe o jargão *heterogeneidade externa* porque explica o nítido desequilíbrio na conjuntura atual entre exportação e diversificação econômica, porque esta última é tida como alternativa correta para sustentação de crescimento e desenvolvimento em fluxo constante e equilibrado por mais tempo.

57 Outra expressão de Medeiros (2012 apud SILVA, 2014). As estratégias de desenvolvimento assentadas sobre as expectativas do pré-sal, do pacote de medidas de crescimento e do aquecimento do mercado interno estimulado pelo consumo. A queda do *superávit* a partir de 2011 seguida do aumento das dívidas públicas forçou a elevação abrupta da taxa de juros, retraindo tanto a ordem de investimento quanto a oferta de crédito, que influenciavam o consumo interno durante a euforia. Desemprego, endividamento familiar e inflação a 10,67% em 2015 completaram os aditivos econômicos para o quadro político e social que se consolidaria a partir de 2016.

58 Contando respectivamente desde o controle inflacionário obtido com o Plano Real até a expansão de políticas de crescimento e de distribuição de renda a partir do primeiro Governo Lula, citadas pelo autor como os principais eventos de redução e estabilização de desigualdade na história recente brasileira.

A tomada e chegada ao poder por governos defensores de agendas abertamente neoliberais têm infligindo desde então uma série de medidas de austeridade e reformas como argumento para recuperação da crise econômica, social e institucional da qual o país imergiu em 2014 e da retomada para o crescimento/desenvolvimento, mas que mais uma vez favorecem as bases de reestruturação do capital em medida inversamente proporcional ao desmantelamento do corpo de direitos e garantias fundamentais, como o congelamento de gastos públicos, alteração da legislação trabalhista e da iminente alteração do modelo de contribuição previdenciária, fora as esperadas ondas de privatização, concessão arbitrária e sem critérios técnicos para exploração econômica de bens comuns, redemarcação e desregulamentação de terras públicas de uso coletivo, dentre uma série de ações que já afetam ou que atingirão diretamente aqueles mais vulneráveis.

Em contrapartida, a concentração de capital e detenção de poder político pela elite representada pelo sistema bancário, especuladores financeiros, empresariado, corporações transnacionais e latifundiários tende a aumentar exponencialmente. O caso brasileiro como o de qualquer outro país subdesenvolvido atesta como ainda hoje persistem projetos nacionais disformes, cimentados por aliança de elites e de agentes posicionados em diferentes escalas de ação, cada qual preocupado com a manutenção de seu *status quo,* do controle dos modos de produção e das instituições mantenedoras de sua *superestrutura, algo próximo de uma acepção gramsciana de hegemonia de classe*. E no contexto socioambiental envolto em questões de conflito pelo direito do uso e ocupação de territórios essa dinâmica é mais latente.

Percebe-se na análise de deslocamentos das fronteiras produtivas e da implementação de enclaves vinculados a determinado fenômeno desenvolvimentista que sempre há uma correlação eventual ou arranjada, entre indivíduos, grupos ou elementos inerentes a uma classe dominante ou de um segmento de representação de interesses hegemônicos, em diferentes escalas, mas que conseguem estabelecer conexões e ordenamentos em torno de um interesse em comum – um pacto em que se nota a clara correspondência e hierarquização de estruturas e de organização social sobre a terra e sobre as relações de trabalho, o que significa a adoção de todo tipo de expediente para destituir ou controlar a atuação de grupos minoritários (TEISSERANC, TEISSERANC, 2014; SCHRODER, 1997).

Grileiros, madeireiros e garimpeiros agem como pivôs e intermediários no processo de desmatamento, agindo como primeira frente de conflito, fundamental no processo de desagregação de uma ordem social preexistente com a presença de indígenas, quilombolas, ribeirinhos, pequenos

produtores rurais, extrativistas, abrindo espaço para a entrada do latifúndio, da exploração mineral, da especulação imobiliária, entre outras atividades econômicas de caráter permanente.

Sob essa ótica, resguardando-se dos excessos de emprego metafórico por se tratar de uma economia gigante, madura e diversificada, mas se pela lógica econômica vigente absorvida por tais agentes e vinculados a uma determinada ordem for necessário o avanço de monoculturas, de áreas para criação de gado ou da exploração mineral ou com que Brasil se transforme no 'fazenda do mundo' é porque a conjunção das matrizes de crescimento se mostrou mais adequada para a margem de lucro de investimentos aplicados e, consequentemente, para o processo de acumulação do capital. A 'armadilha das *comodities'* que vitimou a estratégia do nacional-desenvolvimentismo nesta década permanece associada à política macroeconômica e ao posicionamento de grupos de interesse, com a diferença de que conjuntura neoliberal presentemente assumida tende a ser muito mais destrutiva no que tange à questão socioambiental.

Primeiro porque a relevância da participação do setor primário na balança comercial brasileira não é novidade. Ela está historicamente associada à formação econômica nacional, mas sua capacidade de agregação de valor se exaurindo vertiginosamente ao longo do tempo. Igualmente conhecida pela baixa absorção de mão de obra e distribuição de renda, sua 'vantagem estratégica' reside na maior eficácia de expropriação de renda fundiária, de um segmento altamente mecanizável e intensivo na absorção de insumos e aprimoramento técnico, mas extremamente ágil na elaboração de formas e relações sociais mais aptas à exploração da força de trabalho. Os investimentos necessários para a modernização dos meios de produção são facilmente contornados pelo baixo custo de aquisição de terras e de mão de obra no campo.

No contexto microeconômico, a desvalorização cambial é ideal para o retorno do lucro para exportadores de produtos primários, mas insustentável do ponto de vista macroeconômico, uma vez que a aclamada alta produtividade brasileira na agropecuária não se faz proveniente de investimento em tecnologias, mas em razão da concentração de terra (OLIVEIRA, 2007).

No Brasil, apenas 1% de propriedades concentra 45% de área rural no Brasil, a grande maioria dedicada ao agronegócio de exportação, enquanto que 70% da produção nacional de alimentos consumido por brasileiros vêm de 47% de estabelecimentos que possuem até 10 hectares, ou seja, 2,3% de toda área rural (VILELLA, 2016).

No país com maior concentração fundiária do planeta, produz-se muito porque há muita terra disponível e muita modernização dos processos produtivos a serviço de monoculturas de

interesse comercial, mas à medida que os solos desgastam sua capacidade natural de fertilidade e elevam os custos de recuperação artificial à base de fertilizantes e agrotóxicos, forçam o deslocamento de fronteiras à procura de mais terra. Às populações marginalizadas por esse desenvolvimento, quando não forçadas completamente ao êxodo, têm como única saída atuarem como *posseiros e* se somarem como vetores menores de expansão de frentes pioneiras de devastação de terras públicas, o que traduz o caráter intrínseco entre concentração fundiária, pobreza e devastação ambiental.

Mesmo com a veemente urgência quanto à reformulação geral das estratégias de desenvolvimento por parte de Estados-nações do sul geopolítico para que passassem a assumir o compromisso de orientar o crescimento econômico para a melhoria da distribuição de renda, ampliação da rede de proteção social, efetivação de garantias fundamentais, redução da desigualdade, consumo consciente e da valorização de políticas de sustentabilidade, ficam claras as intervenções por hierarquias preocupadas em manter o *establishment* adquirido. Deduz-se que quando objetivos externos cumprem perfeitamente sua penetração em regiões periféricas é se encontram em comunhão com agentes internos interessados na inércia das relações de poder instituídas e que se engajam na instauração de dinâmicas de retroalimentação que sustentam e dirigem a justaposição de objetos e arranjos de exploração.

O Brasil, país continental que acolhe 20% da biodiversidade e 12% de toda a água doce disponível no globo terrestre, é reconhecido como uma potência ecológica que deveria estar na vanguarda de uma nova economia baseada na sustentabilidade, mas que por escolhas equívocas na condução do motor endógeno de desenvolvimento, tem perdido a oportunidade de desempenhar sua posição estratégica e dominante na mudança de um paradigma.

O caso maranhense se anuncia ainda de modo ainda mais emblemático, por corresponder a um exemplo relativamente novo no que se refere à incorporação pela dinâmica capitalista de hierarquização de escalas de polos de expansão do processo de acumulação em uma região periférica dentro de um sistema nacional periférico, e de como esse fenômeno têm potencializado problemas estruturais e sociais de amplo pregresso, mas causando anomalias mais ofensivas. O processo histórico de formação territorial do Maranhão foi e ainda é profundamente marcado por uma lógica de concentração fundiária coexistente com o deslocamento de frentes de expansão e reprodução de enclaves emparelhados a diferentes ciclos econômicos, desde o período colonial – núcleos de povoamento português para escoamento das ‘drogas do sertão’, pecuária, açúcar, arroz e algodão

– até a vinculação derradeira com projetos nacional-desenvolvimentistas e de integração ao modelo de agronegócio orientado para a exportação de *comodities* (MADEIRA, 2015).

No vácuo desses processos seguem demografias marginalizadas expostas[59] ao arco de práticas secundárias aos macrovetores de transformação territorial à exploração clandestina de madeira, garimpos, carvoarias, grilagem de terras públicas, trabalho escravo e relações de *aviamento,* entre outras práticas ilegais e com forte participação de elites, muitas das quais têm acirrado a gravidade de problemas socioambientais. À população rural pobre maranhense, despossuída do acesso à terra e marginalizada diante da expansão de atividades econômicas altamente concentradoras de renda e patrimônio, um dos destinos mais prováveis é se deixar assimilar pelas formas de controle social e exploração por meio de relações insalubres de trabalho, principalmente como contingente humano atuante na linha de frente de depredação ambiental[60].

O preocupante cenário evidenciado no contexto socioambiental maranhense é resultado de todo um processo histórico de exploração social e ambiental praticamente tutelado por projetos desenvolvimentistas, conduzido por interesses de elites políticas e econômicas com interesse na grande empresa agrícola pode causar transtornos irreversíveis à ordem natural e à subsistência das populações mais pobres que, de uma maneira ou outra perdem não apenas a oportunidade de conduzirem arranjos produtivos integrados à conservação da biodiversidade local como sucumbem a própria condição natural de produção da vida material. Do contrário, houve todo um movimento antagônico a políticas de conservação ambiental da Amazônia maranhense e do Cerrado, da inclusão das parcelas populares historicamente marginalizadas, das quais se incluem indígenas,

---

[59] Como vítimas ou como coautores dentro de um ciclo intrínseco entre pobreza, concentração fundiária e devastação ambiental. Frans Gistelinck (1988) descreve o funcionamento desta mecânica no Maranhão com um encadeamento fatalista: estrutura fundiária centralizada em pactos clientelistas e plutocráticos – grileiros, madeireiros, fazendeiros, políticos, donos de cartório e políticos – em oposição a populações rurais pobres, a grande maioria assentada em terras públicas e sem segurança jurídica. A coação exercida pela especulação de terras – compra irregular e por valores irrisórios da pequena unidade familiar instituída, ou tomada pelo emprego de violência e endividamento familiar – esfacela uma já inconsistente identidade camponesa. Despossuídos da terra, milhares foram forçadas a engrossar fluxos migratórios e massas miserabilizadas nos principais centros urbanos – São Luís e Imperatriz – ou a explorar novas frentes de devastação, como ocorreu na Amazônia maranhense, sudoeste paraense e norte tocantinense (então Goiás) durante os anos 1980.

[60] O 'retrato social' de vítimas de trabalho escravo contemporâneo – ou em situação análoga à escravidão, como estabelece a literatura jurídica – no Brasil é maranhense, negra, pobre, analfabeta e oriunda de municípios com índices precários de desenvolvimento humano (THÉRY et al., 2009). Pela falta de alternativas de acesso à terra, de geração de renda e de condições mínimas de existência, populações rurais se enquadram na situação de risco de vulnerabilidade ao aliciamento, em que propostas formais ou informais ocultam regimes de trabalho forçado, geralmente nas frentes de desmatamento, abertura de pasto e carvoarias no Pará, Mato Grosso, Tocantins e mesmo no Maranhão.

remanescentes de quilombolas, quebradeiras de babaçu, trabalhadores rurais e assentados, povos originários e comunidades tradicionais em geral.

A inconsistência de um projeto legítimo de inclusão estrutural e reforma agrária pelo Estado deu lugar a conivência e amplo favorecimento a determinados grupos e interesses na posse de terras públicas e de vital relevância ecológica para a implantação à cadeia de eventos que alimentam a mecânica característica do desmatamento como elemento de propulsão do avanço da fronteira agropecuária e do agronegócio, numa sequência de atividades onde legalidade e ilegalidade se convergem num veemente sentido – grilagem, posse, desmatamento e exploração madeireira, titulação e venda de propriedade fundiária, criação de pasto ou implantação de monoculturas, para conseguinte avanços dos vetores de expansão das fronteiras (MADEIRA, 2015; PRATES, BACHA, 2011; MARGULIS, 2003).

Se outrora a pretensa inacessibilidade técnica impedia a penetração das frentes, os projetos desenvolvimentistas trouxeram a infraestrutura básica para expansão – com o território maranhense[61] exercendo papel estratégico nesse sentindo – e a rede de implementação técnica capaz de embasar e irradiar núcleos de devastação.

A modernização de instrumentos de transformação material resultou em novas formas de controle social e cooptação de mão de obra para que possa repercutir ideológica e pragmaticamente a mecânica do desmatamento. Evidente que este fenômeno não consta como algo exclusivo e novo ao Maranhão, porque há evidências de predação de paisagens naturais e de um gradual processo de depredação ecossistêmica como forte componente de fragilização social das populações mais pobres no Brasil e no mundo. Da mesma forma, há também posicionamentos que atestam o impacto da má distribuição de renda, da restrição e segregação fundiária, da desarticulação da pequena produção agrícola, desocupação e outros fatores diretamente associados à pobreza e desigualdade social como determinantes para o desmatamento amazônico.

Contudo, no estado que possui 35% e 64% de seu território composto, respectivamente, por domínios de savana, floresta tropical, sem mencionar áreas de mangue, caatinga, campos

---

61 O núcleo central e as extensões complementares de projetos desenvolvimentistas de governos militares na Amazônia – como o Grande Carajás – incentivaram a colonização e abertura para aporte de investimentos, oferecendo subsídios, linhas de financiamento, regularização fundiária, infraestrutura rodoviária, ferroviária, hidroviária, hidrelétricas entre outras ações que dinamizaram não apenas os fenômenos de reordenamento territorial e adensamento populacional na frente oriental na região como incitaram litígios com povos e comunidades tradicionais que ocupavam secularmente o mesmo espaço. Ao contrário do favorecimento do Estado para o movimento de 'neocolonização' da Amazônia e do Cerrado, o reconhecimento do direito das populações locais vem se estabelecendo de forma lenta e frequentemente atacada ao *lobby* de latifundiários, da indústria mineral e do agronegócio.

alagados e de áreas de transição ecotonal (SPINELLI-ARAÚJO et al., 2016). Somente de bioma amazônico, o Maranhão possui o equivalente a 26% em área da Amazônia Legal brasileira, mas estima-se que apenas no período de três décadas (1980-2010) tenham sido devastados mais de 75% da composição original, com os principais vetores de desmatamento da frente ocidental em direção à fronteira com o Pará (MARTINS, OLIVEIRA, 2011).

Não coincidente, a maioria dos municípios de regiões sobre intenso compasso de devastação apresenta taxas muito baixas de desenvolvimento social, bem-estar e qualidade vida, o que torna mais grave o fato de ser o Maranhão o dono do segundo pior IDH do Brasil, líder em má distribuição de renda e de estatísticas nacionais de conflitos por terra e acesso a recursos naturais[62] (CPT, 2017). Todavia, uma breve analogia sobre amostragem de alguns indicadores socioeconômicos e números sobre desmatamento seria insuficiente para denunciar uma relação mais sólida entre ambas. O vínculo não se revela de forma tão nítida mesmo através de uma abordagem empírica mais apurada, já que a relação de causa e efeito entre as categorias se manifesta implicitamente pela interação de variáveis que podem designar inclusive uma correlação.

Presume-se que a relação entre desintegração socioambiental e pobreza rural no Maranhão possa ser revelada a partir da identificação de potenciais fatores de reciprocidade que remetam a sua origem, de que o ciclo de dependência de base estrutural e histórica decorrente da inserção do espaço agrário maranhense na dinâmica mercantil e especulativa do capitalismo mercantil é antigo, mas o fenômeno relativamente recente de incorporação às estratégias de expansão e modernização agrícola para exportação têm agravado problemas referentes à expropriação e concentração fundiária, segregação e marginalização do tecido social e crescente degeneração da pequena unidade familiar de produção e da economia de subsistência, de uma dinâmica produtiva extremamente assimétrica (ALVINO, 1996).

Desde a recente intensificação da frente agropecuária a partir do leste maranhense que vem se somando à cadeia de beneficiamento e integração logística para exportação de *comodities* do eixo sudoeste e fortalecendo o escoamento de fluxos até o enclave portuário de São Luís, as estratégias de desenvolvimento no Maranhão vêm consolidando um vasto complexo de redes

---

62 Do total de conflitos socioambientais e rurais registrados no Brasil em 2016, 57% aconteceram na Amazônia Legal, a maior parte no Maranhão (CPT, 2017). No geral, o Maranhão é líder desde 2010 das estatísticas de violência agrária, maior até que em estados com maior área rural e histórico de conflitos, com Pará, Mato Grosso, Bahia e Minas Gerais. Somente em 2016 foram 194 conflitos, 13 mortes e 31 mil famílias maranhenses sob o raio de influência de conflitos agrários.

recentes de reestruturação do capital, numa dimensão onde impera a lógica de espoliação, fragmentação territorial e segregação produtiva enquanto resultado de um mecanismo histórico de controle e exploração das populações mais pobres, do campo aos centros urbanos.

A exposição dada até aqui sobre o fenômeno do desenvolvimento procurou salientar os aspectos e elementaridades que denunciam seu contraditório, excludente e desigual. Daí a necessidade de focar sobre como a 'margem do desenvolvimento' tem se situado diante de tais transformações, mais precisamente quanto à construção de mobilizações desde o âmbito da produção e reprodução da vida material em torno da resistência e da proposição de caminhos alternativos, o que ilustra somente as lutas sociais na Amazônia e na dimensão agrária brasileira, e em todo o hemisfério meridional geopolítico.

4 MICROESCALARIDADES INSURGENTES – Existência, subsistência e estratégias de resistência de populações locais

Até aqui se procurou salientar como a massificação de fluxos e objetos voltados à legitimação e operacionalização de projetos desenvolvimentistas devidamente emparelhados à lógica dominante do capital em sua coalizão com representações de elite em escalas intermediárias é determinante para a dinâmica de marginalização de populações pobres, sobretudo em países periféricos. Mas tal situação está longe de ser retratada como uma injunção de poder que se lança verticalmente sobre uma dimensão social passiva e condescendente.

Indubitável que pela desproporcionalidade de forças envolvidas a mais comum das impressões causadas pelo avanço de frentes e enclaves produtivos em círculos periféricos outrora distantes e invisíveis aos fluxos de modernização, à influência da exploração pelo capital e desassistidos pelo poder público, é de que a aproximação do desenvolvimento se exerceria de modo livre, espontâneo e concessivo, e de que populações 'atrasadas' e esquecidas pelo progresso se beneficiariam muito com a vinda de projetos econômicos e transformações estruturais nessas regiões.

Como se procurou justificar ao longo dos primeiros tópicos deste estudo, há toda uma conjuntura material e ideológica engajada em transparecer esse tipo de imagem institucional para o senso comum como algo tolerável, um inevitável 'sacrifício', mas 'pequeno', supostamente calculado para interferir apenas na vida de poucos em detrimento do progresso regional, da integração nacional e da promessa de geração de emprego e renda. De posse desses argumentos que se consegue estipular toda uma arquitetura semiótica condizente à desvirtuação da opinião pública quanto à aceitação de mecanismos institucionais nitidamente abastecidos por lógicas de empobrecimento e segregação social, sobretudo com o objetivo principal de minar a legitimidade, a luta por direitos e a resistência dentro das próprias parcelas populacionais diretamente afetadas por tais eventos, provocando cisões e fraturas tais como Almeida (2008) descreve como antagonismos internos atrelados às formas e regras de uso comum de territórios e recursos.

As explanações críticas se concentraram na apuração de sinais que pudessem realçar as etapas de construção e a consolidação do desenvolvimento como arquétipo simbólico de conteúdo político e cultural que se lança sobre a base material na definição de sistemas econômicos atrelados à razão da doutrina hegemônica, ao mesmo tempo em que catalisam situações de ruptura metabólica entre ação social e equilíbrio ecossistêmico, o que de toda forma significa uma perspectiva

totalizante sobre a questão que, por mais que venha a detalhar mecânicas de degeneração da base de produção material e reprodução social entre populações historicamente marginalizadas, ela nunca será completa e atenta a determinadas especificidades locais, o que pode incorrê-las a generalismos tanto comprometedores quanto convenientemente associados aos mesmos elementos de impulsão do problema de origem.

É o que se percebe, por exemplo, no deslocamento compulsório e indiscriminado com que o Poder Público e a iniciativa privada recorrem como solução em países como o Brasil, reassentando comunidades atingidas por grandes projetos desenvolvimentistas centrando-se somente no cumprimento burocrático mais superficial, sem atentar-se às peculiaridades de cada realidade local, enquadrando-as em protocolos e padrões sem conformidade com os modos de vida e expressões de identidade sociocultural que estas pessoas têm com seu lugar de origem, isto sem mencionar situações que não se preocupam sequer com o cumprimento mais básico dessas particularidades, desdobrando-se por meio de arbitrariedades e valendo-se de aparelhos estatais para permitir que o interesse privado se mantenha acima da causa coletiva. Populações confrontadas por medidas de reconfiguração territorial e forçadas por vetores e agentes desenvolvimentistas são também expostas a riscos iminentes e agravos cumulativos, tendo seu cotidiano, bem-estar e qualidade de vida drasticamente afetados pela presença de polos de atividade industrial, logística, exploração mineral, monoculturas, produção de energia e demais empreendimentos de larga escala e com vasto potencial em termos de geração de passivos ambientais.

A problemática socioambiental é talvez a mais recente questão a reforçar a faceta contraditória do desenvolvimento quando associado ao processo de acumulação capitalista. Como mencionado anteriormente nas exposições sobre a reconfiguração expansiva do sistema-mundo principalmente no fim do século passado, a necessidade de deslocamento do capital para o tecido periférico do sistema se mostrava inadiável e dependia de estratégias que não somente viabilizassem sua inserção, mas, acima de tudo, a maximização da margem de retorno volátil de investimentos aplicados tal qual à maneira alcançada durante o imperialismo sem atingir a soberania dos Estados nacionais, pelo menos não de forma tão explícita.

As alternativas implementadas tomaram corpo repaginando antigas práticas imperialistas, ajustando-as tanto a nível material quanto imaterial à subordinação de nações inseridas tardiamente na dinâmica capitalista ao processo de acumulação dependente conduzido por etapas graduais de transformação diferencial, como explicou André Gunder Frank (1980), para assegurar a

participação de núcleos e cadeias de produção, circulação e consumo conforme o padrão desejado pelo sistema global acolhido de modo subserviente pelos projetos nacionais de desenvolvimento no Terceiro Mundo.

Em paralelo a tais episódios, as consequências negativas e sistemicamente irreversíveis se espalharam e alteraram profundamente e em curto intervalo a dinâmica socioambiental local e regional e em diferentes níveis de intensidade e manifestação, entre as quais aquelas que se impõem ainda hoje de maneira tão abrupta e violenta que a diferença entre o acolhimento de uma verdadeira arquitetura de risco[63] assumida como o preço a ser pago em prol do progresso e a deflagração de uma tragédia é mera e pontual questão de tempo.

Assim, para a lógica de máxima eficiência de rendimento do capital é mais vantajoso que este seja aplicado nas periferias, onde a legislação trabalhista e de segurança ecológica é mais flexível e a regulagem de precificação sobre salários e *comodities* é mais suscetível ao controle cambial determinado por agentes externos, bem como o grau de liquidez e evasão para muito longe de onde tais riquezas são produzidas.

Para as nações subdesenvolvidas, as vantagens adotadas para incorporação de parâmetros favoráveis a uma alegada 'competitividade global', que além de canalizados para má distribuição – sendo a maior parte apropriada por classes interessadas na manutenção de privilégios – são inversamente proporcionais ao ônus dos passivos assumidos para alocar tais transformações estruturais, ou seja, o custo socioambiental do desenvolvimento, a materialização da sociedade de risco acolhida por esses estados adquire proporções dantescas e comprometedoras às presentes e futuras gerações. Em outros termos é o próprio núcleo motriz do desenvolvimento que assegura a perpetuação cíclica do subdesenvolvimento e das desigualdades estruturais através da privatização dos escassos benefícios e da coletivização dos prejuízos e agravos, tornando os mais fracos dessa relação cada vez mais frágeis.

---

63 Variante da *sociedade de risco* de Beck (2002) para se referir às verdadeiras intervenções morfológicas de paisagens para repulsão ou constante ameaça pública, corporificadas pela construção do espaço por redes e objetos que regem a construção e funcionamento de projetos de desenvolvimento ligados ou diretamente financiados ao capital externo. Obviamente não são exclusivos à realidade de populações de países periféricos, mas são neles mais corriqueiros em razão da conivência com débeis legislações de segurança ambiental. Tragédias como as da Vila Socó em Cubatão (SP) e a de Bhopal na Índia, ambas em 1984, enredam a negligência de Estado e da iniciativa privada como efeito deletério do desenvolvimento à questão ecológica e social. A mineradora Vale, diretamente ou na figura de suas subsidiárias e terceirizadas, tem aparentado mórbida predileção pela continuidade de intervenções de risco iminente para as populações situadas no entorno de suas operações, quer seja por acidentes ferroviários que constantemente vitimam moradores de comunidades rurais do Pará e Maranhão, ou pelo rompimento de barragens com milhões de metros cúbicos de rejeitos de minério, como nas tragédias mineiras de Mariana e agora em Brumadinho.

Na contramão desses eventos, ao assumir dilemas de tal ordem, por mais detalhado que se proponha a investigação das controvérsias do desenvolvimento pela ótica das escalas mais abrangentes, se ela for desprovida da apuração de particularidades assimiláveis à percepção das escalas locais, ela jamais se fará completa. Por essa razão é que se faz importante estudar como as dinâmicas sociais marginalizadas conseguem se articular não somente na resistência mais explícita e imediata, decorrente da articulação micropolítica e da insurgência civil tendo como foco a luta pelo atendimento de demandas sociais e ambientais em oposição à instalação e operação de enclaves e da expansão de fronteiras de crescimento, mas no sentido mais epigênico, gradativo e substancialmente direcionado à determinação de uma base material, de uma *infraestrutura* que mesmo por mais primária e invariável que aparente diante da percepção de um observador externo, pode dar contorno e volume a formas e relações sociais de produção e reprodução de vida material que seriam indispensáveis para a existência da vida social, bem como para a resistência às transformações invasivas ao seu entorno.

Outra vez é preciso tomar nota de alguns questionamentos e critérios complementares com o intuito de tornar a análise sobre as alterações na esfera da microescalaridade mais atenta quanto a especificidades, inclusive das decorrências de externalidades provocadas pelas frentes de desenvolvimento. Afinal, quem são estas populações mais vulneráveis a tais fenômenos e o que as define como tal? Há evidências claras e suficientes de que exista dentro do corpo social e cultural que a constitui um ordenamento preexistente de forças e relações de produção que de certo modo, mesmo diante de um imprescritível e complexo quadro de invisibilidade social e marginalização institucional, explicaria a autossubsistência desses grupos? Na constatação de uma lógica peculiar de uso e conservação de recursos, de que maneira ela se encaixaria o elemento ecológico na inter-relação entre produção material e reprodução social, da técnica, da manifestação de sistemas simbólicos e formação de identidade, e de como esta conjuntura de elementos se comporta frente à presença de grandes arranjos do modo de produção capitalista em seu entorno?

As respostas para essas e outras indagações podem orbitar em torno da realidade de populações locais que exercem modos de subsistência, e que embora estejam cada vez mais em contato com economias de mercado, aos desdobramentos da sociedade moderna e do desenvolvimento, não deixam de se situar como marginais ao núcleo de transformações do sistema capitalista.

4.1 Escalas ‘antropofágicas’, cartografias fragmentadas e economias marginais

Se a perspectiva sistêmica indica o atual compasso de crescimento, na globalização dos modos de produção capitalista e nos subsequentes fenômenos de expropriação de recursos naturais, mercantilização da natureza, massificação de consumo e de geração de passivos decorrentes do colapso metabólico da relação entre sociedade e natureza a nível universal, seria redundante reafirmar que classes sociais inferiores seriam atingidas primeiramente e de forma mais crítica.

Porém, na observação mais atenta da estratificação social, há determinadas parcelas populacionais que se mostram muito mais vulneráveis porque os elementos cruciais para aferição de sua existência em múltiplos aspectos são diretamente usurpados por estas transformações.

Na análise da heterogeneidade do fenômeno da pobreza, percebe-se sua ramificação por diferentes estamentos, grande parte dele incitado e absorvido pela dinâmica capitalista, como no caso de populações periféricas de grandes centros urbanos e dos núcleos agrários integrados à dinâmica de mercado que vivem em situação de extrema vulnerabilidade social, mas que ainda assim são assimiladas por relações sociais e processos de produção em decorrência do único ativo social que possuem e que demonstra certa relevância para a mecânica capitalista – sua força de trabalho e a respectiva cooptação como unidade individual de consumo.

Por mais que sejam rotineiramente submetidas a condições cada vez mais instáveis e precárias dentro do sistema produtivo e da divisão endógena ou internacional do trabalho[64] – desemprego, subemprego, informalidade, terceirização, trabalho intermitente, informalidade e mesmo situações análogas à escravidão – essas multidões flageladas estão de certo modo 'integradas' dinâmica capitalista ainda que precariamente e são idiossincráticas ao tecido produtivo e social de países subdesenvolvidos na formação de múltiplos subsistemas pertencentes a dois estratos hierarquizados e conectados entre si, naquilo que Milton Santos (2003) descreveu como um *circuito inferior*

---

64 Categorias marxianas como *exército de reserva* e *lumpemproletariado* assumem facetas mais complexas e controversas quando deparadas com o presente quadro de relações de trabalho. Se antes elas eram relegadas, respectivamente, ao trabalhador dotado do mínimo de especialização técnica e àqueles excluídos do processo de produção, de subsistência dependente de atividades marginalizadas pela sociedade, atualmente ela se mostra muito mais pluriforme e com presença mais ativa de pessoas com maior nível de escolaridade e especialização profissional (TRINDADE, 2017). A incorporação de argumentos e valores neoliberais na figura do empreendedorismo e inovação inaugurou uma nova categoria de trabalho em que embriões corporativos de tecnologia amplamente amparados por capital financeiro, *startups* que recrutam pessoas físicas para que forneçam serviços em que a compensação consiste somente no pagamento por atividade prestada, mas através de acordos instáveis do ponto de vista jurídico, patrimonial e individual, em que o trabalhador repassa uma fração de seus ganhos para a empresa franqueadora da marca institucional, ao passo que assume todos os outros custos operacionais. A essa nova tipologia de exploração e precarização do trabalho por meio do redimensionamento da *terceirização* ou mesmo *quarteirização* por expressões como '*economia criativa'* e '*economia de compartilhamento'* foi cunhado o neologismo '*uberização*', experimento mais 'sólido' e intermediário à obtenção de maior rendimento da especulação financeira através da exploração laboral (SLEE, 2017).

satélite aos núcleos de modernização e desenvolvimento, o *circuito superior*, permanecendo assim importantes para a manutenção da contingente social de exploração e para renovação cíclica do *metabolismo do capital,* através da massificação do volume de circulação de mercadorias e serviços, caracterizando uma larga base populacional de consumo ou a falácia de sua democratização, quando em verdade tem-se a disseminação do consumismo como parâmetro de desenvolvimento mais importante do que a efetivação das garantias mais básicas para o reconhecimento de cidadania.

Mas no caso de coletividades dependentes da base material definida pelos territórios, a situação é mais grave porque lhe são abstraídos o acesso e o uso da terra e de seus recursos. Independente do fluxo, de objeto ou redes ativas de expansão do processo acumulativo, as etapas de desapropriação material e desarticulação social entre populações à margem do processo capitalista obedecem praticamente ao mesmo rigor e a modificação das relações entre as dimensões urbana e rural quando da inserção de técnicas e formas externas que atuam como unicidades motrizes de desconstrução da ordem produtiva local e de sua respectiva organização socioespacial, suscitando movimentos agressivos de repulsão que no contexto da estrutura agrária às quais pertencem revelam a mecânica de deterioração da identidade comunitária através do rompimento de vínculos materiais e simbólicos de produção do espaço vivido até levarem à desarticulação territorial e a extinção desses grupos.

Diferentemente de estratos marginalizados porém inseridos no âmago da sociedade capitalista, essas coletividades têm seus sistemas de produção e suas matrizes identitárias tão conectados à apropriação territorial que sua ruptura não significa sua pronta entrega à multidão de despossuídos do fator produtivo natural representado pela terra e seus recursos para que sejam obrigados a venderem sua força de trabalho num regime de assalariamento, mas da degeneração gradativa do *ethos normativo* proveniente do complexo de cosmologias, conjunto de conhecimentos e práticas que as tornam únicas[65], até sua completa erradicação enquanto singularidade cultural. É inquestionável que o desaparecimento do patrimônio sociocultural e socioambiental significa também perdas para a ciência convencional sobre como construtos específicos de interação entre sociedade e natureza tenham coexistindo por tanto tempo, muitas das quais altamente simbióticas no manejo

[65] O complexo K-C-P do campo das etnociências, a junção entre o conjunto de crenças e semânticas próprias (*kosmos),* domínios cognitivos (*corpus)* e da ação social (*práxis*) (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2009).

de ecossistemas, possuidoras de técnicas e conhecimentos que em muito podem vir a contribuir na formulação de alternativas às estratégias hegemônicas de desenvolvimento.

Nesse âmbito tratam-se, portanto, de populações tradicionais. Embora aqui já se tenha utilizado o termo 'tradicional', a literatura costuma debater a aplicação do mesmo ao considerar a diversidade étnica e cultural entre diferentes grupos, variando desde aquelas populações que carregam um legado cultural estritamente homogeneizada e profundamente arraigada à base histórica e material inclusive pelas expressões ímpares de apropriação e transformação da paisagem natural, até aquelas de constituição mais recente, difusa e conduzida por eventos de transição e miscigenação entre núcleos étnico-culturais distintos até conceberem identidades associadas a expressões características dos modos de vida e de relações sociais de produção concebidas como *reflexos adaptativos* ou reativos a formações dominantes. Dentro dessa breve classificação, por exemplo, na primeira categoria mencionada estariam *ameríndios, bosquímanos* e *aborígenes* enquanto que na outra pertenceriam *quilombolas*, *seringueiros*, *ribeirinhos*, *quebradeiras de babaçu*, *pescadores artesanais, açaizeiros*, entre outras populações corporadas abertas, mas igualmente marginalizadas pelo sistema capitalista.

Uma tentativa de aproximação conceitual é apresentada por Calegare, Higuchi & Bruno (2014), que propõem a denominação de 'grupos portadores de identidade étnica e coletiva' porque que a expressão 'tradicional' poderia provocar eventuais problemas de interpretação na delimitação de políticas específicas, como a de que essas populações poderiam perder sua identidade quando em contato com a sociedade e o modo de vida capitalista, Roué (1997), Castro (1997) e Diegues (2001) compartilham da mesma inquietação, muito embora concluam que 'tradicional' continua sendo a expressão que consegue ser mais idônea em reunir as características necessárias já que outros termos como 'tribal', 'selvagem' ou 'primitivo' são denominações criadas e difundidas pelo pensamento ocidental e, portanto, totalmente inapropriadas para se referir tanto a culturas externas ao padrão 'civilizatório' eurocêntrico como para demais expressões que mesmo entre aquelas mais marginalizadas de todo modo não se encontram mais isoladas do contato com a sociedade capitalista contemporânea, exceto poucos casos.

O ponto de convergência talvez consista pela significação do termo como representação da forma das relações produtivas e de organização social que estes grupos possuem e que têm como núcleo vital a natureza, apresentando percepções e conhecimentos particulares que abrem margem para a construção de outra importante categoria – o domínio cognitivo e técnico na regulação de

ecossistemas, que é representativo do *saber local* ou *etnoconhecimento*, a 'moeda de troca' mencionada por Manuela Carneiro da Cunha (2009) que adverte que não somente que as populações tradicionais fazem contato com a economia de mercado como devem continuar realizando-o para que continuem a existir, mas sem com isso ferir sua existência e identidade, continuando com modos de vida integrados ao manejo de ecossistemas, capacitando estratégias de conservação na forma de serviços ambientais – uma realidade muito distante de se consumar no plano concreto das relações entre Estado, mercado e populações rurais marginalizadas em países periféricos.

Apesar do contato com a sociedade moderna e com o modo de vista industrial-capitalista, alguns aspectos e comportamentos de preservação de padrões culturais distintos permitem reconhecer populações tradicionais em todo o mundo.

Diegues (2001, p. 81), com base em atualizações conceituais elaboradas pelo Banco Mundial, as elenca de acordo com os seguintes critérios: a) ligação intensa com territórios ancestrais; b) Autoidentificação ou identificação por outros grupos socioculturais; c) dotados de linguagem própria, muitas das quais não-nacionais; d) estabelecimento de instituições socioculturais e políticas únicas aos sistemas tradicionais; e, e) sistemas de produção primariamente voltados para subsistência e pequena circulação.

Tal classificação elenca elementos que caracterizam tanto povos originários com identidade étnico-cultural concêntrica, populações cuja matriz de formação social descendem de fluxos migratórios historicamente adensados em núcleos demográficos que adquiriram determinado nível de adaptação ecológica e apropriação territorial. É possível trazer para dentro desse conjunto até mesmo sociedades camponesas porque o que caracteriza sociocultural e estruturalmente sua existência abrange todos os elementos definidores de uma população tradicional, ou dentro daquilo que Wolf (2013) reconheceu como esboços tipológicos de sociedades camponesas[66].

De acordo com o Fórum Permanente para Assuntos Indígenas das Nações Unidas (UNPFII) em pesquisa conjunta com o Banco Mundial (2018), estima-se que as populações tradicionais correspondem a 5% de toda a população mundial, distribuídos em 25% de toda a superfície terrestre

---

[66] Ao apresentar padrões de campesinato com base na observação de relações estruturais entre sociedades rurais do Sudeste Asiático e principalmente da América Latina, Eric Wolf classifica populações tradicionais como camponesas desde que seus sistemas econômicos sejam predominantemente baseados na produção agrícola, que detenham de alguma forma o controle efetivo da terra, e que visem sua subsistência como objetivo primordial (WOLF, 2013, p. 119-120). Assim, populações tradicionais de economia não-agrícola, como pescadores, caçadores, pastores, artesões e extrativistas em geral não podem ser classificadas como camponesas. Aparte de tais critérios, algumas das tipologias de campesinato de Wolf são muito úteis para ilustrar as transformações ocorrentes em populações tradicionais forçadas a atender demandas de mercado de crescimento multilinear.

e estabelecendo territórios que conservam 80% de toda a biodiversidade existente no planeta. Porém, a maior parte desses grupos enfrenta algum tipo de dificuldade quanto ao reconhecimento legal sobre a posse, ocupação e uso de territórios com os quais mantêm vínculos ancestrais, atingido de forma direta sua identidade, modos de vida e bem-estar social.

A desassistência e anuência de governos diante da questão das populações tradicionais uma série de infrações ou crimes decorrentes da maneira como são conduzidos projetos de desenvolvimento nas escalas local e regional, populações e territórios apropriados antes distantes ou praticamente isolados de núcleos urbanos ou de morfologias integradas em menor ou maior grau às macroescalas da dinâmica capitalista passaram a sofrer abrupto contato com a linha de frente do raio de modificação do tecido geográfico, o nada sutil 'ajuste espacial' como explica Harvey (2005), cujo deslocamento de redes de objetos e fluxos de transformação atua direta e indiretamente no agravamento de externalidades socioambientais nas microescalas, intensificado a marginalização social ao longo das etapas de configuração territorial do Estado, da construção do corpo nacional e da implantação de seus aparelhos de poder e soberania; até adentrar na problemática mais recente, de inserção de modelos de crescimento desconexos à realidade natural e sociocultural que tornaram contínuas diferentes formas de espoliação, segregação e opressão sobre grupos cujo processo local de formação de identidade é por vezes anterior.

Forças marginalizantes decorrentes de frentes desenvolvimento possuem peso ainda mais grave sobre populações tradicionais existentes em contextos sociais e econômicos caracterizados por forte desigualdade e, coincidentemente, onde há maior concentração demográfica destes grupos. Um dos levantamentos mais abrangentes sobre o tema indica que 15% entre toda a população mundial que se situa na faixa de extrema pobreza são constituídos por integrantes de populações tradicionais. Na comparação de valores relativos, populações tradicionais presentes nos continentes asiático e africano se revelam muito mais pobres do que a média global (HALL, PATRINOS, 2010).

Importa destacar, porém, que a classificação de pobreza geralmente adotada por organismos multilaterais se respalda em estimativas calculadas sobre *linhas de pobreza* estimadas sobre renda *per capita* ou periódica e comparável entre países e regiões, mas sem apresentar dados mais precisos sobre a questão de bem-estar relativo ao acesso de tais populações a bens e serviços, muito em razão da falta ou inacessibilidade de informações.

Tabela 2: Distribuição mundial e pobreza em populações tradicionais[67]

País ou região	Populações tradicionais (em milhões)	Número de indivíduos pobres entre populações tradicionais (em milhões)
China	106	5
Sul Asiático	95	42
Sudeste Asiático	30	15
África	22	17
Oriente Médio	15	1
América Central e México	12	9
América do Sul	11	9
Resto do mundo	9	2
Total	299	100

Fonte: Hall & Patrinos, 2010.

Ainda que tais grupos adentrem e mantenham contato com a economia de mercado, com o modo de vida capitalista e que de maneira eventual se 'integrar' a tais conjunturas, a grande maioria permanece reproduzindo padrões de produção, aquisição de renda e de consumo baseados majoritariamente à subsistência e à pequena circulação, em que a geração de excedente é dificilmente orientada para o acúmulo individual, estando diretamente subvencionada a intervenções comunitárias e trocas simbólicas que de todo modo procuram estabelecer o balizamento material do corpo social local como um todo.

No momento em que sugeriu um esboço preliminar de tipos de populações camponesas de 'culturas parciais' – as sociedades *corporadas* fechadas ou abertas, que muito se assemelham aos conceitos atuais de *população tradicional* – Eric Wolf relatou como certos grupos atuantes no universo rural latino-americano estabelecem mecanismos de redistribuição dos meios de produção através da divisão comunal do trabalho e o acesso à terra marginal e a tecnologias rústicas entre seus integrantes e assim nivelar "[…] *diferenças de riqueza que possam intensificar as divisões de classe dentro da comunidade, em detrimento da estrutura fechada, e reafirma assim a força e integridade de sua estrutura diante dos olhos de seus membros"* (WOLF, 2013, p. 126).

Ainda que tal comportamento não anule o surgimento de formas de estratificação em sociedades tão concêntricas, a eventual ocorrência de uma classe dirigente é ainda assim menos

[67] De acordo com pesquisa de Hall & Patrinos (2010) realizada para o Banco Mundial, haviam cerca 300 milhões de pessoas dentro do conjunto de populações indígenas. Mas em 2014, pela adoção de alguns critérios sobre classificação étnica e identificação de modos de vida únicos, os autores incluíram a definição de população tradicional não-indígena, aquela cujo núcleo de identidade é mais difuso e se refere a grupos sociais com origem externa que em razão de determinados fatores reestabeleceram seus processos de organização sociocultural em outros territórios. Com a reformulação, o número foi recalculado para 370 milhões de pessoas identificadas como pertencentes a populações indígenas ou tradicionais, distribuídas em 90 países por todos os continentes, a grande maioria na Ásia e na África (WB, 2018).

abrupta e por vezes até necessária porque assume a função de demarcar limites da estrutura social de acordo com a distribuição de signos normativos que de certa forma impedem distorções materiais e conflitos políticos dentro do núcleo comunitário, inviabilizando a livre circulação de fluxos de capital, a concentração de riqueza entre poucos indivíduos e a exploração da força de trabalho pela extração de mais-valia da maneira como prega a organização social capitalista.

Tal como um elemento geral de coesão à resistência e identidade do grupo, concebido por regras e convenções internas legíveis somente a nível endógeno, a pobreza não somente é tolerada como culturalmente fomentada com o intuito de horizontalizar as relações sociais e estabilizar a estrutura concêntrica na qual a participação do indivíduo dentro desse sistema interno não se dá de modo passivo ou inintencional, mas sim da incorporação de funções que mantém dado equilíbrio necessário para a continuação do corpo social, e a assunção dessa identidade no domínio subjetivo em torno de estabilidade significa a atribuição de um *status* simbólico apreciado pela comunidade.

Apesar da luta cotidiana para a manutenção homeostática do núcleo coletivo dentro dos limites materiais normalmente conciliados por relações de parentesco e solidariedade, qualquer problema interno de natureza política, ecológica e populacional refletido sobre a ordem de produção familiar e comunitária pode forçar a comunidade a se integrar à economia de mercado e submeter-se às suas forças transformadoras e externalidades de ruptura.

Essa representação de pobreza é relativa, no entanto. Por mais que as interações sociais dentro desses grupos indiquem um dado nível de subsistência e de geração de um efetivo de produção sempre muito próximo de uma margem mínima que assegure o sustento do núcleo familiar, dos enlaces comunitários e da geração de pequeno excedente monetariamente convertido para circular nos baixos circuitos da economia de mercado no intuito de adquirir bens e serviços que não são obtidos nas comunidades, isto não significa que as pessoas vivam em condições subumanas de escassez material.

Dentro de circunstâncias tidas como ideais – em que persiste a divisão coletiva dos meios de produção, da força de trabalho e do excedente obtido – é a unidade familiar que atua como elemento regulador da razão entre produção e consumo. A capacidade de consumo e seus respectivos gastos dificilmente excedem a capacidade de produção, o que induz àquilo que Wolf (2013, 1966) percebeu como um padrão cultural de consumo que anula intencionalmente alternativas culturais de obtenção de bens materiais além do que for compreendido como sendo

insubstituível, uma rejeição ativa de elementos externos que poderia afetar a unidade de uma estrutura corporada.

Esse entendimento acerca da limitação intencional de produção ou de consumo controlado sugere que tais manobras funcionam como um recurso da consciência coletiva sobre formas operacionais que só existem e adquirem validade na dimensão econômica camponesa como explicou Shanin (1996, p. 03), que se faz reproduzível igualmente no *ethos* de populações tradicionais que apresentam estruturas similares de organização social e relações de produção. Mesmo entre aquelas mais próximas à economia de mercado, o conceito de sociedades camponesas se insere no de populações tradicionais porque ambas são marginais aos processos capitalistas, têm a subsistência como meta em comum e também sustentam uma aparente dualidade dentro da condição de existência desse modo de vida: se por um lado o poder limitado de produção repercute de maneira proporcional na capacidade de consumo de bens de mercado, ela também minimiza a exposição da unidade social a fatores exógenos que podem provocar tensões e rupturas estruturais até levá-la à desintegração.

Para camponeses e mesmo entre outras populações tradicionais de economias não-agrícolas, uma boa colheita, pesca, caça ou coleta são mais que suficientes para garantir o sustento da unidade familiar, a manutenção de estoques naturais de recursos comuns e o equilíbrio das relações comunitárias.

Por mais que sejam admitidas abstrações típicas do pensamento econômico formal que sugerem algo como a auto-exploração camponesa ou uma produção perenemente subordinada a fatores naturais e à disposição de tecnologias 'rudimentares' que cercearia consideravelmente a capacidade de conversão monetária do excedente gerado para um além de um nível muito limitado de consumo, o resultado econômico não deixa de atender ao seu objetivo principal que é a subsistência do núcleo familiar e a manutenção simbólica de sua posição junto à comunidade. O reinvestimento de liquidez monetária para a aquisição de novas tecnologias, da substituição da propriedade comum pela propriedade privada, da compra de força de trabalho e outras escolhas que conferissem mais produtividade e lucro à pequena unidade produtora familiar é culturalmente mitigado desde a origem, de modo a evitar que assimetrias materiais e conflitos internos se irrompam no interior das relações sociais da comunidade.

Sob tais circunstâncias endógenas, a pobreza entre camponeses e populações tradicionais se manifesta como reflexo da ação consciente de nivelação entre produção e consumo, e não

precisamente como o resultado da exploração social entre indivíduos e classes. Ela fica evidente somente quando comparada a sociedades amplas, cabendo na categoria de *incluídos,* moradores de mundos "[…] *onde o consumo ainda não estava largamente difundido e o dinheiro ainda não constituía um nexo social obrigatório, a pobreza era menos discriminatória*" (SANTOS, 2011, p. 54)[68]. Ainda assim, mesmo que o consumo e o consequente crescimento material da comunidade respondam de modo proporcional a um sistema de produção limitado, trata-se de uma intencionalidade coletivamente assumida, orientada para que as forças produtivas se mantenham em constante equilíbrio à disposição dos meios de existência.

Coube à expansão do processo de acumulação capitalista a responsabilidade pela ruptura dessas relações e seu o agravamento situacional mais recente é resultado de conflitos provocados pelo avanço de escalas mais amplas sobre os faixas orbitais ou que durante muito tempo conseguiram manter-se isoladas.

A tomar pelas posições de Arrighi (1997) e Amin (1976), as periferias existem porque fazem parte do tecido operacional capitalista e se mantêm associadas aos centros quando atendem a determinadas demandas. À medida que essas dimensões ficam mais próximas entre si, o movimento de assimilação de escalas menores por uma mais abrangente se torna inevitável, o que significa dentro do contexto de organização de economias periféricas que seus elementos endógenos de coesão social se tornem mais assimiláveis, até atingirem um ponto de desestruturação.

Os antigos esforços de regulação homeostática entre fatores produtivos e meios materiais de existência se perdem conforme a penetração de externalidades, o que no caso de uma sociedade corporada pode assumir diferentes configurações que vão desde o repentino estímulo à sobreprodução, da ampliação da base territorial produtiva e introdução de novas tecnologias e arranjos para atender demandas específicas de mercado e novos hábitos de consumo à medida que a economia local se torna mais aberta até o abrupto espólio de investidas externas sobre a estrutura social comunitária.

---

[68] Milton Santos mencionou três tipos de pobreza: *pobreza incluída, marginalização* e *pobreza estrutural*. Populações tradicionais talvez estejam originalmente situadas na primeira categoria, porque seu nível de condição material é proporcional ao de subsistência, em que a geração do pequeno excedente é mais que suficiente para suprir com necessidades básicas e com a transmissão de valores de uso em pequenos circuitos comerciais para aquisição de bens e serviços não oriundos do domínio de produção doméstica. Tanto que dentro de comunidades tradicionais, por mais que a pobreza seja predominante em termos de acesso a itens de consumo e baixa circulação monetária, as populações não padecem de máculas sociais comuns em outras regiões rurais mais integradas à economia de mercado e mesmo na periferia de núcleos urbanos, onde a intensificação do capital retroalimentada por relações desiguais de reprodução social é regra.

O frágil equilíbrio da unidade familiar de produção e consumo e a pequena circulação de liquidez do excedente produzido são desbalanceados, criando maior necessidade de obtê-lo fora da comunidade, levando à formação de assimetrias materiais entre indivíduos e na ruptura de vínculos sociais. As regras de apropriação comunal se enfraquecem e a disputa por territórios e recursos se torna mais acirrada e violenta, principalmente quando a especulação externa se aproxima. As formas concretas e simbólicas de nivelação social são esfaceladas em razão do aumento da competição interna, expondo-as à mais excruciante marginalização. Terra e trabalho são objetificados para servir como mercadoria barata enquanto que o capital antes inexistente nas relações passa a subordinar os demais fatores a um ciclo perpétuo que gera e reifica estruturas de exclusão e exploração como observou, forçando as demais a obedeceram uma lógica de produção e reprodução social completamente assimétrica, como bem descreveram Polanyi (2000) e E.P. Thompson (2005).

No geral, são estes os mesmos mecanismos de transformação observados na transição do feudalismo para o capitalismo na Europa ou da chegada deste na empreitada colonial no 'Novo Mundo' que se repetem na contemporaneidade à medida que escalas mais amplas orientadas pelo processo de acumulação capitalista avançam sobre sociedades camponesas e populações tradicionais ainda existentes.

Comunidades invisibilizadas pelo Estado ou que de certo modo tenham optado pelo isolamento de influências externas como opção de resistência na criação de refúgios e redutos de preservação de identidade para longe dos núcleos de 'modernização', que mesmo com muita dificuldade em termos de assistência em saúde, educação, saneamento, infraestrutura e outras garantias fundamentais previstas na maioria dos instrumentos legais como responsabilidades do poder público, continuam exercendo formas de manejo diretamente obedientes a uma suposta *economia natural de subsistência*[69] ou intermediária a outras formações, em que a obtenção de recursos e a gestão de estoques são conduzidas intercaladamente à pequena produção agrícola, sendo determinantes para que muitas das populações situadas à margem de modelos e ciclos econômicos baseados na exploração intensiva de força de trabalho e extensiva na expropriação de recursos

---

[69] Há muitas críticas quanto à afirmação da existência de múltiplos modos de produção baseados em economias primárias, inclusive dentro da própria *corrente antropológica neomarxista ou econômica.* Maurice Godelier (1984) critica o *modo de produção cinegético* mencionado por Emmanuel Terray (1979) acerca do estudo de Claude Meillassoux sobre os gouro da África Ocidental, o que abriria margem para especulações sobre modos de produção agrícolas, pastoris, pesqueiros, etc., quando na verdade se tem um equívoco interpretativo com *formas de divisão do trabalho*. Essas explanações serão retomadas logo mais, quando destacada a problemática de variações de modos de produção em sociedades não-capitalistas ou periféricas e possível conexão quanto a identificação de infraestruturas e supraestruturas supostamente mediadas por fatores ecológicos.

adquirissem certo grau material de autonomia, fato este que explica os fluxos de povoamento do interior pela diáspora das populações originárias seguintes ao contato com o europeu invasor, e do evento similar mais recente manifestado a quilombolas, caboclos, ribeirinhos, caiçaras, seringueiros e tantas outras expressões coletivas que conseguiram se isolar manterem resguardados seus núcleos sociais de produção material e de identidade cultural, estabelecendo o processo de formação territorial sobre domínios ecossistêmicos como florestas tropicais, encostas de vales, regiões montanhosas, matas de transição, restingas, várzeas, mangues, pântanos e áreas úmidas em geral (DIEGUES, 2000).

De todo modo, foi a apropriação territorial sobre esses 'lapsos' de ocupação então desvalorizados por mecanismos de concentração fundiária e especulação imobiliária, sem estrutura mínima que compensasse a aplicação de investimento para que se tornem mais apropriadas para acolher projetos de expansão do capital, que deu condições à formação da base territorial das relações sociais de produção entre esses grupos. Aliás, além da escolha pela manutenção de uma tecnologia tradicional ou sistema produtivo rústico e não sua persistência inintencional geralmente destacada como sinônimo de 'atraso material', a organização coletiva para ações de apropriação territorial induz a outra condição fundamental para caracterizar uma população tradicional como tal – a localização da base material da comunidade sobre *terras marginais,* assim chamadas por Wolf (2013) porque se encontram onde as forças de absorção e exploração dos fluxos de transformação capitalista do espaço não encontram capilaridade. No cálculo especulatório, quando o custo de destruição e expropriação desses territórios se apresenta superior aos custos necessários para infraestrutura, tecnologias de comunicação e outros objetos de reorganização do espaço, mais viável é mantê-los 'marginais' à expansão do capital, a não ser que o Estado assuma tais encargos.

Por décadas ou mesmo séculos populações tradicionais viveram e conseguiram desenvolver sistemas técnicos especializados no uso e apropriação territorial que, como preconizam Balée (2013) e Posey (1985; et al., 1984), a ação social desses grupos não devem ser percebidas como agentes passivos ou majoritariamente negativos, mas como componente essencial na homeostase de fluxos ecossistêmicos, inclusive com registros de que a seleção artificial e dispersão de espécies com sinais evidentes de intervenção antropogênica da paisagem num grau de coexistência tão forte que dificilmente o mosaico de biodiversidade de algumas regiões naturais seria tão formidável sem a participação de sistemas culturais e de transformação material altamente adaptados aos seus ciclos.

Indiretamente, o avanço de frentes de desenvolvimento e as imediatas pressões antrópicas sobre territórios ocupados por populações tradicionais acabaram por ajudar a refutar dois *neomitos* em sequência, como bem observou Diegues (2000) – de que regiões caracterizadas por grandes domínios naturais seriam imensos vazios demográficos e, logo quando da constatação da presença humana ativa e em número considerável de que essas populações detentoras de sistemas de produção 'arcaicos' e toda expressão de uso de técnicas não convencionais aos métodos hegemônicos seriam negativas à preservação do patrimônio ecológico e entraves para o desenvolvimento, alienando o caráter histórico de permanência e coexistência de diferentes grupos na conservação de ecossistemas e territórios ancestrais.

Por muito tempo, a posição oficial de governos se fundamentou sobre tais equívocos, ignorando a relevância de populações tradicionais inclusive na ocupação humana e pré-ordenamento que em muitos ajudou a constituir bases territoriais nacionais[70]. O Estado teve e ainda tem participação efetiva na intensificação de conflitos agrários ao facilitar a concessão de terras para agentes externos sobre terras públicas ao mesmo tempo em que barrava a titulação para quem as habitava há mais tempo, incentivando ativamente a introdução de vetores sociais e técnicas antagônicas à realidade socioambiental.

Ademais, como reconhecido pelo próprio Banco Mundial (2018), a insegurança da posse da terra é o maior fato de geração de conflito, degradação ambiental e fraco desenvolvimento social e econômico para a questão das populações tradicionais, o que consta também como ameaça para sobrevivência cultural e conhecimento local que contribuem para integridade ecológica, conservação da biodiversidade e da saúde ambiental enquanto serviços ambientais vitais. A grave situação alcançou o século XXI incorporando outras semânticas homólogas ao conceito de *exclusão* que se derivam da luta contra a privação a recursos comuns indispensáveis para a continuidade dos modos de vida dessas sociedades e que deveriam ser de uso comum.

No Brasil, a conquista de pequenos avanços constitucionais para a questão de populações tradicionais só se deu nas últimas três décadas e, ainda assim, de maneira incompleta e inconsistente, inviabilizando a possibilidade de correção de uma dívida histórica muito mais profunda com povos e comunidades tradicionais. Intransigências e posições incompletas do Estado brasileiro em

---

[70] A exemplo da mobilização territorial de seringueiros e de como esse fluxo tive papel importante na delimitação das fronteiras da Amazônia brasileira no Acre, assim como o movimento similar exercido por diferentes grupos étnicos *maroons* ao sul das Guianas.

relação a estes grupos se resumem a uma constante, principalmente no quis diz respeito aos recorrentes de episódios de omissão, negligência e mesmo da participação governamental na marginalização de populações locais, que foram completamente ignoradas e reprimidas na condução da sucessão de eventos resultantes na dialética de formação territorial, quer fosse associado à etapa de expansão de fronteiras e estabelecimento de posse durante o processo de acumulação primitiva do capital no período colonial e depois àqueles que deram procedência às iniciativas de autonomização e 'integração nacional' posteriores a 1822 (MORAES, 2002).

Delgado (2005) ao analisar a metamorfose histórica da atividade de subsistência no contexto agrário brasileiro oferece indispensável subsídio na identificação da gênese de grupos atualmente classificados como povos e comunidades tradicionais, primeiro entre os de constituição étnica primária – índios e quilombolas – e depois entre aqueles cujas formas de reprodução social foram resultantes da dissolução do antigo regime colonial de sesmarias e baseado na grande propriedade fundiária que gerou por herança novas relações de dependência social e material com representações e características variantes em escalas temporais e regionais. Possivelmente, a configuração atual de populações tradicionais tão heterogêneas entre si advenha de matrizes comuns submetidas a um movimento dialético, dos confrontos e sínteses de formas sociais e, em especial, pelo estreitamento simbólico e material que estes grupos conseguiram estabelecer em relação à reprodução social sobre o espaço vivido, concebendo lógicas adaptadas de manejo territorial.

A síntese entre forças convergentes e antagônicas evidenciam a ruptura em um dado momento do ordenamento social de determinado grupo às hierarquias existentes, substituindo as estruturas subalternas e extremamente dependentes de um sistema dominante para a de subsistemas de produção e organização até atingir certo estágio de autossuficiência material, autonomia política e horizontalização de decisões internas à coletividade.

Mas, tais transições não alcançaram acolhimento necessário do Estado brasileiro para o mínimo de respaldo jurídico, como disserta Delgado (2005). A conjunção entre dinâmicas paralelas e complementares às hegemônicas que mantiveram relações estratificadas e coexistentes desde a introdução do modelo colonial baseado na exploração de trabalho escravo e da instituição da grande propriedade rural, estando as populações tradicionais à órbita desses processos e com conexões de classes bastante diversificadas, consistindo desde laços de clientelismo e tutela institucional

informal – como ocorrido entre identidades caipiras e sertanejas – até episódios de criminalização e etnocídio, a exemplo do que vem acontecendo até hoje com indígenas e quilombolas[71].

Marcos normativos como a Lei de Terras de 1850 e a abolição da escravatura em 1888 não foram promulgadas com o intuito de estabelecer reformas na estrutura fundiária e assim corrigir distorções profundas no contexto agrário, mas para dar respaldo legal para elites continuarem a concentração fundiária que passava às mãos de uma então nascente burguesia rural (ALENCASTRO, 2000). A mudança para uma economia mercantil com suporte no trabalho assalariado – posteriormente endossada por políticas de incentivo à imigração – promoveu a intensificação de assimetrias nas relações de produção e de trabalho no campo, sobretudo quando a expansão da propriedade privada diluiu antigos vínculos informais de uso e ocupação da terra por pobres agregados ao núcleo patronal.

A destituição de uma frágil posse fundiária redimensionou mecanismos de dependência, exploração e repulsão das parcelas mais pobres, exacerbando marcas estruturais que se fazem sentidas até hoje. Sob a centralidade da grande propriedade rural e da inexistência de políticas efetivas de divisão agrária, a representação social de populações tradicionais no Brasil tornou-se não somente flagelada como estigmatizada e perseguida, criando bolsões de pobreza residual satélites aos principais núcleos latifundiários ou de loteamentos de pequena produção familiar de imigrantes[72], periferizadas nos adensamentos urbanos ou isolando-se permanentemente em áreas outrora distantes do interesse especulativo. De toda forma, a proximidade de núcleos de transformação socioespacial difundidos por frentes permanentes de crescimento, ciclos produtivos ou mesmo de atividades sazonais foi determinante para a degeneração de fatores e sistemas produtivos de populações

---

71 Remissão aos primórdios de formação de uma identidade campesina brasileira, por assim dizer, intimamente ligada ao núcleo político e econômico do patronato latifundiário e do estabelecimento de vínculos praticamente semifeudais com a população rural pobre e não-escrava de quem Delgado (2005), Caio Prado Jr. (2011) e Antônio Cândido (2010) observaram como fornecedores de produtos subjugados à égide senhorial. Com o declínio da economia dependente de mão de obra escrava e da deterioração da grande propriedade rural, muitos desses grupos atingiram certo grau de autonomia e organização territorial em terras abandonadas ou mediante a intercessão da Igreja Católica, dando origem às *terras de preto* e *terras de santo* (GOMES, 2015; ALMEIDA, 2008).

72 Legalmente amparados pelo Estado brasileiro na substituição de mão de obra no campo, povoamento rural e mesmo programas de eugenia populacional, diferentes núcleos de imigração europeia e asiática conseguiram se articular como atores emblemáticos na reconfiguração do espaço agrário nacional, principalmente no Sul e Sudeste brasileiros, na instalação da pequena produção familiar e criação de pequenas redes de integração produtiva que mais tarde formariam cooperativas. À medida que ganhavam poder econômico e político adquiriam terras a preços irrelevantes, principalmente de pequenos produtores rurais pobres e mal estabelecidos de posse fundiária. Muller (1980) descreve o processo de deterioração das identidades caipira e caiçara no interior paulista após a chegada de colonos italianos e japoneses, de como disseminação resultante da expropriação da terra e do trabalho contribuiu com disseminação de núcleos demográficos extremamente pauperizados naquele estado entre os séculos XIX e XX.

tradicionais assim como de sua identidade, que no Brasil deixou feridas profundas e ainda vivas na dinâmica dos conflitos agrários, principalmente em regiões visadas pela expansão das fronteiras agrícolas na Amazônia e no Cerrado.

Aquelas manifestações que se mantiveram razoavelmente intocadas foram as que se isolaram proposital ou intersticialmente, o que de toda modo contribuiu para o surgimento de mecanismos específicos de uso e apropriação territorial, produção doméstica e organização social. Tal práxis carregada de signos próprios ou adaptados para reprodução comunitária proporcionou, por exemplo, que os primeiros quilombos se organizassem mesmo em pleno regime de escravidão, gerando núcleos de isolamento e resistência perpetuados por seus descendentes (GOMES, 2015). *Quebradeiras de babaçu*, *sertanejos*, *faxinalenses, geraizeiros, caiçaras, caipiras, retireiros, pantaneiros, fecheiros,* dentre tantas coletividades que conseguiram conceber ao longo de sua formação histórica e socioambiental modos de subsistência apoiados na produção agroextrativista, resistentes e resilientes mesmo às margens de atividades extensivas e ambientalmente depredatórias e altamente exploratórias do ponto de vista social, como na pecuária, monoculturas, madeireiros, grilagem e cadeias de *aviamento*.

Foi num momento relativamente muito recente que o Estado brasileiro passou a reconhecer a questão, mas ainda assim de forma pontual, desestruturada e mais atinente aos planos de modernização, ocupação territorial e ampliação de soberania entre fronteiras do que necessariamente preocupado em corrigir desigualdades históricas e oferecer cidadania a populações historicamente segregadas de qualquer tentativa de construção de uma identidade nacional. Remanescentes de quilombolas vieram a adquirir a visibilidade de sua causa e o devido acolhimento constitucional apenas em 1988, enquanto que o reconhecimento dos mesmos direitos em relação aos mais diversos grupos com formação social e étnico-cultural menos concêntrica se deu quase duas décadas depois.

A promulgação de instrumentos sociojurídicos próprios que passou a englobar todas as populações classificadas como tradicionais no país veio, em 2006, com a criação da Comissão Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais e de seu braço normativo, em 2007, com a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais[73], que trouxe inclusive uma definição oficial atribuída a esses grupos pelo Estado brasileiro.

---

[73] Decreto presidencial nº 6.040, de 2007. A Comissão Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais foi criada anteriormente pelo Decreto de 13 de julho de 2006 e depois revogada por outro decreto, o nº 8.750/2016, alterando

> Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007, art. 3, p. I).

Mesmo com validação por decretos presidenciais, os anos seguintes ao da visibilidade constitucional não arrefeceram os ataques às garantias de proteção quase as tornando natimortas e tendo como alvo direto a contestação do uso e apropriação de territórios, inclusive daquelas com formação de matriz secular.

Mais recentemente, a efervescência de interesses privados de uma já bastante influente participação do setor primário na política nacional só tem aumentado, mostrando a mobilização de bancadas parlamentares na defesa do agronegócio, da mineração, de megaprojetos para geração de energia, especulação imobiliária e demais atividades antagônicas a agendas favoráveis à democratização da estrutura fundiária nacional, incluído nisso uma reforma agrária abrangente e o andamento do processo regulador de demarcação de terras indígenas e quilombolas, concessão de títulos fundiários e criação de reservas e unidades de conservação. Foi o que aconteceu em 2018 quando representantes da frente parlamentar associada a latifundiários tentaram ajuizar no Supremo Tribunal Federal a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 3239/2003 com o intuito de invalidar o direito de autodefinição de remanescentes de quilombolas previsto no § 1º do artigo 2º do Decreto 4.887 de 2003 através da aplicação do conceito de 'marco temporal' – o que, na prática, impediria o processo de demarcação de novas áreas de conservação porque somente seriam reconhecidos os grupos que se declarassem quilombolas e que adentrassem nos trâmites de certificação e demarcação territorial até 5 de outubro de 1988, mas em total desacordo com o artigo da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, da qual o Brasil é signatário desde 1989, e promulgada com assinatura de outro decreto presidencial, o de nº 5.051/2004, que acolhe o preceito legal de pertencimento individual e coletivo de populações tradicionais.

Estima-se que 5 milhões de brasileiros que se enquadram nesta categoria, vivendo numa área equivalente a 25% do território nacional. Reiterando o quadro vigente de etapas descompassadas que se congregaram numa iniciativa tardia e ainda assim incompleta de reconhecimento da causa e das garantias constitucionais de uma vasta demografia há muito invisibilizada, as incongruências do Estado brasileiro diante de interesses díspares se intensificaram ao longo dos últimos

---

inclusive a denominação para Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais, formas de composição e algumas atribuições do texto original.

15 anos, evidenciando o contraste entre o atendimento de pautas favoráveis – do reconhecimento de direitos à ampliação no processo de regularização fundiária de terras públicas e de criação de áreas de conservação – à intensificação do discurso favorável ao agronegócio, mineração e exportação de *comodities* primárias, sobretudo após o período pós-2016[74], acirrando de modo proporcional as tensões e disputas por terras, uso e apropriação de seus recursos naturais.

Na contramão desses eventos, emerge a temática da *ecologia das representações sociais* com o intuito de aferição do protagonismo dos mais pobres na discussão de questões de ordem socioambiental, na aferição de voz e participação política, da emancipação da *práxis* alternativa de excluídos e na desconstrução de paradigmas desenvolvimentistas que, como advogam Alier (1992), Sachs (2008), Little (2004) e Waldman (1992) mais têm estimulado desigualdades do que apresentado alternativas concretas para minimizá-las, quanto menos erradicá-las.

Uma ilustração contemporânea da luta pelo direito a uma gestão isonômica e sustentável da natureza adquire contorno e conteúdo quando da aproximação de projetos de desenvolvimentos sobre territórios habitados por povos originários e populações tradicionais, ameaçado o patrimônio natural e cultural que definem a realidade material, a organização social e a identidade cultural destes grupos, mais precisamente com o acionamento de dispositivos legais estipulados em convenções internacionais que possam organizar ações estratégias de desenvolvimento dirigidas para a continuidade dos modos de vida e subsistência de populações com a conservação da biodiversidade local, conotando equilíbrio na gestão e manejo de territórios e recursos comuns.

Contudo, há considerações substanciais que precisam ser tecidas quanto à visibilidade e expectativa de integração de populações tradicionais ao corpo do desenvolvimento sustentável e, inevitavelmente, inseri-lo no âmbito da economia de mercado. Trata-se de um paradoxo muito sensível porque, ao mesmo tempo em que estes grupos precisam de visibilidade social e protagonismo socioambiental na luta por direitos e garantias fundamentais que reforcem a própria necessidade de evolução estrutural para que se possa repercutir na preservação de identidade social, a

---

[74] Outro dos contrapontos da política de coalização ou apaziguação de classes do governo do Partido dos Trabalhadores (2003-2016). Em simultâneo ao processo de visibilidade e legitimação de direitos de povos e comunidades tradicionais, avançavam medidas e projetos favoráveis ao modelo de exportação de *commodity,* um dps principais propulsores de transformações socioambientais no Brasil e a maior das ameaças à conservação de biomas e territórios tradicionais. O fortalecimento da influência política do agronegócio repercute-se ainda mais com a adoção da retórica neoliberalizante do governo Temer (2016-2018) e agora do governo Bolsonaro, abertamente favorável à desregulamentação de terras públicas e contrário à redemarcação de reservas e unidades de conservação, o que vêm deflagrando volições em diferentes esferas no sentido de enfraquecer ainda mais as já inconsistentes políticas de reforma agrária e ambientais do país, o que afeta diretamente a criação e manutenção de áreas de conservação e, em especial, de territórios tradicionais.

aproximação com a racionalidade capitalista de produção, circulação e consumo de excedente pode ocasionar problemas drásticos à ordem preestabelecida, reiterando-se que "*todo programa de desenvolvimento que não leve em conta o conteúdo exato das representações tradicionais que uma sociedade formula de seu meio se expõe a graves desastres*" (GODELIER, 1981, p. 53).

Se então populações tradicionais carregam formas racionais e específicas de uso e apropriação territorial, regulação ecossistêmica e manejo de recursos naturais, é possível que a investigação de lógicas e a interpretação de percepções locais de tais propriedades possam apontar chaves e indícios sobre a capacidade de adaptação, resistência e articulação de populações tradicionais diante do impacto de externalidades decorrentes do desenvolvimento, e isto remete obrigatoriamente a uma intrínseca base de produção material e sua implicação econômica.

Agora parece ser o momento mais apropriado para aprofundar o exercício investigativo sobre como configurações econômicas marginais podem obedecer a uma lógica econômica e ecológica distinta daquela apresentada por modelos centrais de desenvolvimento.

De imediato, antecipa-se que tal empreitada não se mostra apenas possível do ponto de vista da análise econômica não-formal e dos estudos sobre desenvolvimento. Ela é imprescindível por colocar fatores ecológicos dentro de uma posição central em toda esfera da existência de sociedades periféricas. Independente da resposta alcançada tanto a nível teórico quanto como resultado preliminar de investigações empíricas sobre formas de produção e reprodução da vida material entre populações tradicionais é possível que a constatação de uma relação simbioticamente instituída com a dimensão natural apresente elementos e caminhos para versões insurgentes e construtivas de desenvolvimento local.

4.2 Da possibilidade de uma etnoeconomia

De posse do que foi apresentado neste estudo através de um breve traçado sobre a evolução cognitiva da condição humana e da respectiva construção de vínculos materiais e simbólicos entre cultura de natureza, quando se propôs trazer à discussão os estados de existência de sistemas econômicos marginais ao modo de produção capitalista eventualmente manifestadas por populações periféricas, tinha-se como volição apresentar um esboço mesmo que a nível propedêutico de uma proposta multidisciplinar ou mesmo de uma categoria transversal aos campos da economia, ecologia e da antropologia.

A tal rascunho de categoria foi atribuído o nome de *etnoeconomia* que não se trata de um neologismo, por mais que a própria terminologia seja muito pouco difundida dentro do meio acadêmico[75]. Quando se lançou na pesquisa de um termo que pudesse representar aquilo que se engajou a compreender como uma nova categoria de perspectiva transdisciplinar, atribuindo-lhe inclusive a construção de um arcabouço teórico preliminar e transversal entre representações formais e não-formais de pensamento ecológico e econômico, Cavalcanti (2001, p. 08) identificou uma única e vaga menção num artigo de Polly Hill[76] de 1966. A ele se deve todo o processo de resgaste, reformulação semiológica, desenho do corpo teórico e engajamento para conferir visibilidade sobre o surgimento de um campo de estudo dedicado a formas locais de pensamento econômico.

Partindo do pressuposto de que a economia é parte da totalidade ecológica e considerando, portanto, que todas as interpretações, paradigmas e variações do pensamento econômico convencional devem tomar como indivisível a conexão com os elementos ecossistêmicos de acordo com preceitos entrópicos pelos quais se baseava Georgescu-Roegen (1996) e de que muitas sociedades periféricas não somente manifestam tal percepção como assumem racionalidades e práticas coerentes quanto à junção desses domínios cognitivos, Cavalcanti adota a palavra etnoeconomia para denominar o esboço conceitual de alinhamento entre as bases da economia ecológica *ao saber ecológico tradicional* ou *etnoecologia,* também tomando emprestado muitas contribuições da ecologia cultural e da antropologia econômica.

---

75 Ainda hoje quando se faz a inserção de indicadores, termos derivados e correspondentes nos principais motores de busca de periódicos científicos nacionais ou estrangeiros, o retorno referente a produções que façam menção à etnoeconomia é relativamente pequeno. No portal de periódicos da CAPES, por exemplo, há somente 3 ocorrências de produções com o indicador 'etnoeconomia', 8 para 'ethnoeconomy' e 13 para 'ethnoecomics'. No Google Scholar Metrics, uma base de dados menos criteriosa quanto ao apuramento e seleção de dados sobre publicação de periódicos científicos, as respostas apresentaram considerável retorno – 51 para 'etnoeconomia', 162 para 'ethnoeconomy' e 497 para 'ethnoeconomics' – muito embora a maioria das produções destoe quanto ao significado próximo daquilo que já foi apresentado até então sobre o conceito, o que permite deduzir que o emprego do termo nesses casos se deu de forma avulsa ou repetitiva, sem se preocupar com aprofundamentos conceituais ou com maiores delineamentos epistêmico-metodológicos. Não coincidente que as primeiras entradas em língua portuguesa do indicador 'etnoeconomia' datam posteriores ao texto de Cavalcanti sobre o tema, no começo dos anos 2000.

76 Sobrinha de John Maynard Keynes, Polly Hill (1914-2015) foi uma antropóloga formada na tradição do funcionalismo britânico, especializada em economias tribais da África Ocidental. Sua menção quanto a uma 'etnoeconomia' à qual se refere Cavalcanti encontra-se numa rápida passagem sobre a real dificuldade para a análise econômica formal identificar, levantar a classificar dados referentes às economias locais periféricas ao modo de produção capitalista – às quais Hill se referiu como sendo 'economias indígenas'–, admoestando quanto ao fato de que um estudo criterioso deve romper com a figura convencional do economista e passar a ser 'interesse obsessivo do etnoeconomista', uma 'especialização ocupacional' dedicada ao grupo étnico pelo qual o sujeito da pesquisa deve se devotar (HILL, 1970, p. 10-11). Contudo, em nenhum outro momento Polly Hill apresenta orientações teóricas e metodológicas sobre como esta relação deveria se proceder além de uma investigação etnográfica sem maiores implicações quanto à investigação de possíveis intersecções no pensamento e pragmatismo econômicos em indivíduos e comunidades tribais.

> O tempo parece maduro para o desenvolvimento de uma etnoeconomia que enxergue de que maneira povos locais, tradicionais e indígenas conceituam as diversas relações econômicas que têm construído, caracterizado e mantido suas sociedades; uma disciplina ou campo de trabalho que examine a ideia de progresso entre povos exóticos, que considere as noções de riqueza, justiça e equidade que interprete as múltiplas manifestações de mercados, comércio dádiva e troca, que tente compreender a maneira pela qual interesses individuais se combinam para erguer um sistema social durável e um processo econômico sustentável (CAVALCANTI, 2001, p. 10).

É possível interpretar pelo desenho conceitual apresentado pelo economista pernambucano que o propósito da etnoeconomia consiste em estudar formulações *êmicas*, ou seja, construtos semânticos e operacionais que expressam racionalidades singulares vinculadas determinados padrões culturais, sendo assim elaboradas e compreendidas individual e coletivamente como estruturas de consciência que regem e conferem identidade à vida social de determinada população, especialmente no que tange à interligação entre sistemas econômicos e naturais. Portanto, ela não deve fazer distinção entre a manifestação concreta e as representações simbólicas dos fenômenos sociais e naturais, bem como das leis e mecanismos que os regem, mas sim levantar dados que possam aproximar tais percepções e racionalidades não-formais à apreensão do domínio é*tico,* da análise científica formal.

Subsistiria nesse contato 'ideal' entre racionalidades e percepções diferentes o complemento da natureza da etnoeconomia enquanto categoria científica, algo nem sempre atingível já que "*[...] indivíduos pertencentes a culturas distintas inevitavelmente pensam e se expressam através de realidades cognitivas diferentes [...] e para que interpretações mútuas aconteçam, realidades precisam ser compartilhadas*" (POSEY, 2001, p. 280)[77]. Uma sensível e meticulosa mediação entre múltiplas escalas de domínio cognitivo poderia levantar informações valiosas para a ordenação de arranjos de sustentabilidade únicos, e também a evidenciar que a interação sinérgica entre materialidade e ideologia no âmbito de sociedades corporadas não está presa a uma inércia estrutural, porque ela é dialética.

Assim sendo, a etnoeconomia deve dedicar-se ao estudo dentro da esfera local e (ou) cultural daquilo que a economia ecológica tem como objeto no plano da ciência convencional – a sustentabilidade (CONSTANZA, 1989; DALY, 2007). Trata-se igualmente de um corte crítico e metodológico, em respectivo, à irracionalidade do sistema econômico hegemônico de crescimento

---

[77] É um dos preceptores da etnoeconomia. Ademais foi o biólogo e etnocientista estadunidense quem sugeriu em 1996 a Clóvis Cavalcanti que atribuísse tal nome àquilo que formulava naquele momento. Mais tarde, nos primeiros debates acadêmicos sobre o tema, Posey classificou a etnoeconomia ou eco*nomia etnoecológica* como sendo o estudo sobre sustentabilidade de acordo com o saber ecológico tradicional (CAVALCANTI, 2001, p. 06).

ilimitado e ao modelo formal que o legitima no campo teórico. Ao entender que toda relação produtiva, de troca e consumo gera reflexos diretos sobre a ordem homeostática do tecido natural, a etnoeconomia volta-se a cenários atinentes a uma "perspectiva dinâmica, de não-equilíbrio"[…] discutindo a problemática do desenvolvimento em cenários de limitação ecológica, partindo do ponto de referência representado por escalas locais de percepção e cognição. Ao não se concentrar numa pretensa questão de equilíbrio, a etnoeconomia renega qualquer interpretação romântica de harmonia e estabilidade imutável entre populações periféricas e a dimensão ecológica sob sua apropriação.

De modo geral, a etnoeconomia deve se concentrar na investigação de culturas material e simbolicamente integradas a dimensões ecossistêmicas, sobre como a organização coletiva de certos sistemas econômicos atende a ordem de elementos simbólicos direto ou implicitamente associados à regulação de elementos naturais, sustentando a premissa de que determinadas populações conseguiram ao longo do processo de evolução histórica atingir certo grau de sustentabilidade, ou seja, uma condição adquirida de balanceamento entre forças produtivas e condições ecológicas pelas quais são extraídos os meios materiais de existência e são instituídas relações sociais de produção por meio da mediação dinâmica entre cultura e natureza. Estratégias adaptativas de resistência, resiliência e assimilação são construtos cognitivos idoneamente apreensíveis como objetos de estudo da etnoeconomia.

Não se trata uma etnoeconomia, portanto, de uma abstração presa ao determinismo tecido nos moldes primordiais da antropologia ecológica[78], que interpretava o estágio de desenvolvimento de determinada sociedade como variável limitada pelas condições naturais e tendo a cultura como "[…] mecanismo de retroalimentação, mantendo ou alternando o equilíbrio do sistema" (CAJKA,

---

78 As primeiras construções teóricas dedicadas à chamada antropologia ecológica surgiram nos anos 1960 nos EUA como um desdobramento da vertente funcionalista boasiana. Num primeiro momento, seus fundamentos tomavam a ecologia como método e não como corpo teórico, interpretam relações humanas de acordo com leis biofísicas tal da mesma forma como em relação a dinâmica populacional de outros seres vivos. Estava mais para uma 'antropologia dos sistemas' – como criticou Cajka (2001, p. 268) – que tentava explicar a cultura numa perspectiva holística através da qual os fenômenos sociais compreendem parte de uma totalidade orgânica formada por um vasto e complexo sistema de inter-relações, cuja soma da síntese de cada segmento funcional remeteria inexoravelmente a uma condição de equilíbrio. Dentro dessa ótica, por exemplo, no caso de populações humanas, o nível de desenvolvimento material e a consequente sobrecarga sobre a biosfera seria mitigado tanto pela suposta capacidade de regeneração natural quanto pela intervenção tecnológica – a cibernética, que conferiria maior celeridade e controle a tais processos. Essa perspectiva foi criticada e posteriormente tomada pela abordagem do evolucionismo materialista iniciado por Leslie White e do culturalismo de Julian Steward, que tiveram muito impacto sobre o trabalho de Roy Rapapport, Marshall Sahlins e Eric Wolf, pra citar as referências mais conhecidas no Brasil. Nomes como Moran (1994), Foladori (1999), Little (2004) e o próprio Cajka reacenderam o debate sobre os limites da abordagem sistêmica em estudos sobre antropologia ecológica.

2001, p. 271). Enquanto intersecção entre campos interdisciplinares, a abordagem da etnoeconomia estaria mais próxima da ecologia cultural de Julian Steward e de seu construto metodológico de *núcleo cultural* referente à interdependência funcional de traços numa relação estrutural *"[...] provavelmente resultante de adaptação ecológica locais e níveis similares de integração sociocultural*" (STEWARD, 1972, p. 06).

Por advir da economia ecológica, tais explanações conceituais estão longe de corresponderem unanimidades axiológicas e epistêmicas dentro do domínio formal da economia ou mesmo para suas heterodoxias. Mesmo em se tratando de uma aproximação da antropologia, ainda há algumas celeumas muito vivas na interpretação cultural dos sistemas econômicos que impedem um pleno acolhimento de modalidades teóricas similares, mesmo de natureza tão eclética. O grande problema para a emancipação da etnoeconomia enquanto categoria multidisciplinar está na formulação de um corpo metodológico e de orientação na investigação empírica que lhe sejam próprios. Daí a necessidade de aproximá-la do método etnográfico. Pesquisas desse tipo são inestimáveis para identificar estruturas e dinâmicas de economias marginais interdependentes da regulação ecossistêmica, desde os mais flagrantes e superficiais até os mais imbricados e ocultos. Do ponto de vista epistemológico, até atingir maturidade, ela pode e deve continuar se baseando nos avanços da economia ecológica convencional e das etnociências, que já possuem larga exposição ao confrontamento hipotético e de análise experimental.

Conquanto, percebe-se que a delimitação da etnoeconomia enquanto cruzamento entre economia ecológica e a etnoecologia percebida – desde seu proponente e reproduzida em alguns ensaios sobre realidades locais (CANALEZ, 2018; RODRIGUES, 2008) – assume muito do pensamento crítico aos modelos dominantes de crescimento econômico e desenvolvimento social, e que paralelamente discutem sobre a urgência de paradigmas alternativos voltados para uma visão do progresso sustentável e inclusivo, vide os esforços de nomes como Ignacy Sachs (2008), Joan Alier-Martinez (1997), Maurício Waldman (1992), Edgar Morín (1986), Enrique Leff (2001), entre outros teóricos.

O problema, no entanto, é que ultimamente muitas das interpretações provenientes dessas críticas têm se mostrado impregnadas por utopismos ou mesmo deturpações que aparentam fazer mais menção a algo como uma tentativa de ajuste responsável da questão ambiental ao processo de acumulação capitalista do que uma exposição visceral contundente da irracionalidade e da natureza contraditória do sistema e, consequentemente, de sua irrefutável insustentabilidade. Basta

ter em mente o significado desenvolvimento sustentável 'sequestrado' por estratégias de *marketing* realizadas por grandes corporações ou aquelas legitimadas pelo próprio Estado. A julgar a instabilidade em que se encontra o quadro de interação metabólica entre sociedade e natureza, qualquer tentativa de inserção do racionalismo formal voltada ao estudo de interações econômicas e ecológicas de populações periféricas não somente é inviável como também catastrófica. Resultado idêntico se espera de políticas de desenvolvimento derivadas desse raciocínio, abertamente voltadas para atender demandas ascendentes de mercado 'verde'[79].

Para escapar de interpretações equívocas, optou-se aqui por assumir uma versão de etnoeconomia ligeiramente diversa da original, mais voltada para as variantes da antropologia econômica. Nela o preceito de sustentabilidade parece estar muito mais próximo do objeto visado pela luta contemporânea de classes, o movimento de reapropriação da natureza, dos meios e condições naturais de produção como explica Leff (2002) e a possibilidade de um levante do 'sul epistemológico' como acredita Boaventura Santos (2018; 2014). Também é por ela que se presume uma leitura mais concisa sobre estratégias insurgentes de desenvolvimento, resilientes às variantes associadas do processo de acumulação do capital.

No estudo da economia de sociedades não-capitalistas ou periféricas, o objetivo do estudo se concentra sobre como as etapas de produção, circulação e consumo de determinando nível de excedente são orientadas por diferentes fatores que regem o tecido comunitário, principalmente a manutenção da unidade familiar e dos vínculos estruturais de parentesco através da correlação entre elementos concretos e simbólicos, apreensíveis no processo de organização social e que regem a síntese e reprodução das condições de existência. A instrumentação da etnoeconomia sob o enfoque da antropologia econômica poderia resolver uma questão-chave no entendimento de economias

---

79 Reflexo compulsório do fenômeno da comodificação, a conversão de tudo em mercadoria, inclusive de coisas e categorias, tangíveis e intangíveis, outrora não-comercializáveis, o que inclui bens comuns, lugares e valores (HARVEY, 2001), e até mesmo pessoas. Muitos produtos e serviços ambientais originalmente pensados para gerar renda para populações tradicionais através da integração ao mercado de demandas 'preocupadas' em agregar 'valor ecológico' através de incentivos a conservação de recursos naturais – créditos de carbono, medidas compensatórias contra desmatamento, recuperação de nascentes, proteção de matas ciliares e corpos hídricos, extração sustentável de matérias-primas, turismo, etc. –, foram incorporados por cadeias de produção e redes de comércio muito amplas. A infiltração de capital tem provocado estímulo de competitividade, sobreprodução e especulação sobre sistemas econômicos adaptados a subsistência, baixo consumo e uso comum de territórios, causando experiências desagregadoras nas comunidades em que são implementadas estratégias de desenvolvimento sustentável desprovidas de planejamento concatenado às realidades locais. Alguns exemplos disso são os conflitos entre açaizeiros paraenses pelo acesso às palmeiras nativas após a explosão de procura pelo fruto no Pará; ou como nos Lençóis Maranhenses, onde a indústria do turismo forçado a criação de pousadas, *resorts* de luxo e megaeventos em vilas de pescadores, forçado a pressão demográfica sobre enseadas, praias, margens de rios, lagoas usados pelas comunidades locais como territórios comuns.

marginais explicando, por exemplo, como estas conseguiram resistir em muitos casos mesmo com o avanço de sistemas econômicos mais abrangentes e, sobretudo por suscitar o fator ecológico como central na definição tanto de uma base material quanto ideológica.

Para tal, julgou-se relevante iniciar a tarefa de prospecção teórica de abstração da etnoeconomia sob o enfoque da antropologia econômica a partir de dois pressupostos: de que a percepção e assimilação do meio físico enquanto meio de produção das condições de existência de uma sociedade e seu respectivo padrão cultural nunca se apresenta de maneira única, universalmente compreensível, podendo variar desde pequenas nuances e interações materiais e simbólicas até dar suporte à definição de uma conjuntura supra-ideológica; e depois, no que tange à crítica da racionalidade formal impressa pela maneira como é se dá a alocação de recursos e a divisão social dos meios de produção em geral, de que existem expressões de racionalidade que se baseiam na nivelação material comunitária, na reciprocidade e na apropriação comunal e, em muitos aspectos porque compreendem a dimensão ecológica de maneira singular na definição de seus sistemas econômicos.

Para discorrer sobre a validade desses argumentos é necessário superar os entraves da análise formal e institucional e abrir espaço para a análise das contradições, do domínio de aspectos elementares que formam uma totalidade social, da condição interior de uma realidade econômica – e também ecológico, porque, reitera-se, aqui está sendo considerado um enfoque etnoeconômico – articulada à condição exterior social, e por seguinte, como Carvalho adverte logo na introdução da análise etnográfica baseada na leitura do materialismo histórico de Godelier.

> Do econômico, passa-se ao sistema e à estrutura, esta definida por objetos (qualquer realidade possível) e relações ligadas por regras e aquele por estruturas articuladas entre si e igualmente submetidas a princípios explícitos e intencionais de combinação e organização. O essencial dessa combinação reside em seu caráter misto, contraditório, que não pode ser pensado em separado. Nesse sentido, estrutura e sistema são, ao mesmo tempo, todo e parte e isso porque ambos são apreendidos internamente como objetos e *ou estruturas mais relações e externamente como estruturas e* ou sistemas mais relações. O sistema econômico se constitui, portanto, da articulação das estruturas da produção, distribuição e consumo e das leis de correspondência entre elas que não se confundem com regras, uma vez que se encontram localizadas em níveis mais profundos, redutos da inintencionalidade (GODELIER apud CARVALHO, 1981, p. 9).

Decerto que a subjetividade, a volição do sujeito dentro dessas estruturas sociais, permanece existente e até de certa maneira imutável em seu núcleo ontológico, mas não consegue transcender o ordenamento coletivo instituído por determinado conjunto de regras e convenções sociais sem a existência de forças sociais antagônicas. Mas a individualidade tão recorrente e enfática na

consolidação do pensamento econômico próprio do imaginário burguês reproduzido no paradigma neoclássico não encontra eco nas manifestações empíricas de sociedades cujos modos de vida precedem o modo de produção capitalista, algo que se torna ainda mais contundente com base nas explanações radicais sobre a formação cognitiva e de comportamento adaptativo para lidar tanto com cenários de escassez ou vasta disponibilidade de recursos.

Ao contrário do que preconiza a economia subjetiva, a suposição do individualismo metodológico em que o resultado social é consequência do comportamento do sujeito dotado de uma racionalidade econômica dirigida para o avolumamento material e maximização compulsória do excedente não condiz quanto a uma sentença cultural absoluta, identificável em todos os padrões culturais existentes ao longo do decurso da História social e muito menos satisfaz um aspecto seminal pelo qual todo padrão evolutivo desdobraria sua herança. Aliás, por mais que em outros modos de produção seja nítida a instituição da monopolização individual de poder econômico e político – o que se torna muito bem retratável em regimes monárquicos e na consolidação de castas hegemônicas que passaram a controlar o excedente e a estabelecer divisões nas relações de produção de maneira a possibilitar a centralização do controle sobre a geração de riquezas nas mãos de classes sociais privilegiadas (ENGELS, 2017) – ela não surgiu como uma *relação entre o homem e as coisas* nem de uma presumível esfera subjetiva de escolhas, em que seriam atribuídas as melhores decisões sobre a alocação racional de recursos.

Na verdade, tal ideia aflora do corpo ideológico do modo de produção capitalista e somente atingiu representação enquanto paradigma teórico burguês, mais precisamente como uma espécie de respaldo moral à imagem da racionalidade liberal, do homem autossuficiente e que não se dobra diante das adversidades naturais e que mesmo diante de cenários de isolamento e escassez consegue reunir forças para instituir sua subsistência e progressão material, mesmo que de forma puramente espontânea.

Nessa esquematização conhecida como *economia de Robinson Crusoé*[80], frequentemente adotada na economia subjetiva e repercutida até dentro da didática formal neoclássica da

---

[80] Alusão ao protagonista do romance de Daniel Defoe (1659-1731), um marinheiro inglês escravizado por piratas e que depois de conseguir escapar veio a se tornar mercador de escravos no Brasil e no Caribe, até que na última dessas viagens sofre e se torna o único sobrevivente de um, passando a viver por 30 anos numa ilha na costa da atual Venezuela, onde teve contato com nativos, inclusive 'civilizando-os'. O romance teria entre suas inspirações a história real de Alexander Selkirk (1676-1721), náufrago escocês que teria vivido sozinho por 4 anos numa ilha do Pacífico Sul. Robinson Crusoé é uma personificação do colonizador europeu e da moral cristã; a romantização do caráter virtuoso, pacificador e independente, imbuído do espírito 'civilizador' e 'modernizador', que mesmo diante do isolamento, da

microeconomia, costuma-se omitir o fenômeno econômico como resultado da relação social e da respectiva problemática da exploração, da divisão do trabalho e da expropriação do excedente por uma determinada relação hierárquica entre homens, classes e grupos sociais.

Na contramão do emprego alegórico da personagem de Defoe na *teoria da produção* da economia *mainstream* pela qual o ilhéu é retratado como exemplo de maximizador eficiente em termos de conciliação do tempo hábil para o trabalho, Stephen Hymer (2011) desconstrói o mito de uma 'gestão utilitarista de escassez', da alocação eficiente de recursos e do individualismo de posse, escancarando a natureza social da produção e da acumulação primitiva sustentada pela exploração de trabalho alheio e da expropriação de seu excedente. O outrora rico traficante de escravos perde totalmente a compulsão ao se deparar com um sistema fechado, o que Hymer denomina de *alienação do individualismo possessivo* inerente à sociedade capitalista. Então, o espírito transformador do colonizador europeu representado em Crusoé e sua pretensa 'superioridade técnica' nada mais são do que a materialização alcançada pela imposição de um dado potencial técnico[81] como beneficiário do processo de divisão social do trabalho, em que sua expropriação é quem determina a intensidade de circulação e do processo produtivo, vitais para a ampliação reprodutiva do capital.

Em outros termos, esvazia-se o pressuposto de que sociedades e economias não-capitalistas incorreriam a uma racionalidade orientada para a escolha da melhor opção individual e de uma hipotética propensão acumulativa como melhor forma de gerir recursos limitados, assim como a noção de que toda racionalidade econômica tem por finalidade a criação de mercados e o cumprimento do papel da circulação no processo de evolução material das sociedades.

Seria, portanto, a ampliação a nível coletivo do individualismo metodológico difundido pela *economia formal* e a crença da maximização eficiente como elemento indissociável do comportamento humano na gestão de escassez de recursos para fins diversos, o que Machado (2012) reconhece também como algo intrínseco à forma hegemônica de economia, que visa obrigatoriamente à formação de mercados ou a alocação *marginalisticamente* eficiente de recursos, pois

---

natureza indômita, do estado de 'selvageria' e de todas as adversidades e mudanças abruptas da trajetória de sua vida, mantém-se inabalável em suas convicções e expectativas.

81 A quem Hymer (2011) se refere como *força do conhecimento convertida em objetos,* propositais ou acidentalmente oportunas*, a* vantagem bélica e patogênica de invasores sobre os povos nativos como apresentado por Jared Diamond (1997).

somente no modo de produção capitalista é que o preceito de mercados formadores de preço encontrou respaldo necessário para explicar o funcionamento da reprodução ampliada do capital.

Quadro 1: Comparação entre abordagem formal e substantivista em economias

Base	Abordagem formal Teoria neoclássica	Abordagem substantivista Análise institucional
	Escassez material axiomática	Necessidade material axiomática
Unidade de análise	Individual	Social
Objetivo econômico	Eficiência/maximização	Suficiência/moderação
Institucionalização do comportamento econômico	Subjetiva/Implícita: '*Homo economicus*'/Economia separada da sociedade	Explícita: lugar ocupado pela economia. Economia intrínseca à totalidade social.

Fonte: Adaptado de Stanfield (apud MACHADO, 2012, p. 190).

No âmbito dessas formações econômicas 'rústicas', a expansão da capacidade produtiva consoante à demanda não encontra sentido. Teses formalistas como as de Raymond Firth, Herskovitz e antes mesmo com Malinowski[82] foram rebatidas pela corrente substantivista encabeçada por Karl Polanyi (2000, 1957) e por George Dalton (1969), em que a relação entre cultura e natureza é a responsável pelo conjunto de meios necessários para satisfação da necessidade individual e coletiva, afirmando a presença da oferta contínua em vez de um quadro prevalecente de escassez submetido ao interesse individual, a suficiência dos processos em vez de sua eficiência. Nessa explanação, o centro da regulação da produção, circulação e consumo das sociedades pré-capitalistas não se encontra no mercado, mas em outras instituições em que a atividade econômica não é tratada de forma desprendida da totalidade social (MACHADO, 2012).

A própria cânone *mainstream* da economia observada pelos modelos neoclássicos que presume uma gestão racional de recursos finitos valendo-se de preceitos utilitaristas jamais encontraria correspondente na experiência de sociedades tribais e camponesas, porque nestas manifestações a identificação da prática e do conhecimento econômico se encontraria tão mescladas com outras categorias inerentes à organização social que inexistiria em termos estruturais, mas si como instituições ou funções sociais que não preveem uma correspondência de otimização da extração do excedente ou quanto a mecanismos de ampliação de seu valor de troca na circulação de produção

[82] A quem se deve a rica descrição do *kula* entre os trobriandenses. Consta como um ritual de trocas materiais e simbólicas entre ilhéus da Papua Nova Guiné. Foi descrito por Marcel Mauss, Franz Boas e principalmente por Bronislaw Malinowski, que enfatizou o atributo mágico do sistema de convenções sociais pelos quais eram regulados eventos como guerras, armistícios, casamentos intertribais, diversidade genética de plantas e animais, etc., muito dos quais referentes à instituição sociológica da reciprocidade, a *economia da dádiva* maussiana. No entanto, entre os formalistas, as concepções de Malinowski foram interpretadas mais pelo caráter de circulação material tal como um comércio do que pela semiótica das relações sociais.

porque obedecem a lógicas indiferentes às determinações de propriedade privada e obtenção de lucro. Um breve exercício de economia comparada é suficiente para expor o contraste entre percepções

Tal composição impediria organicamente o surgimento de contradições e desigualdades de cunho material, pois se estabeleceria num dado momento da humanidade com pleno acesso à disposição de recursos, etapa na qual a apreensão do excedente seria praticamente inútil e logo inviabilizaria qualquer pretensão concentradora, como concluiu Marshall Sahlins (1972) e ratificou Pierre Clastres[83], vindo este último a contestar até mesmo o uso do termo 'economia de subsistência' como se sua incompatibilidade à acumulação do capital por não visar à maximização exploratória do excedente e a formação de mercados quisesse significar inferioridade técnica, o que foi por ele refutado e identificado enquanto mero preconceito e manipulação pela ideologia dominante para a vulgarização de uma leitura deturpada, quando em verdade tais sociedades ainda mobilizam "[…] *permanentemente a totalidade de suas forças produtivas com vista a fornecer aos seus membros o mínimo necessário à subsistência* [...]" (CLASTRES, 1979, p. 186-187).

'Subsistência' esta que em certas proporções de equilíbrio e isto quer dizer estabilidade e segurança jurídica quanto à posse fundiária e não-exploração da capacidade de trabalho, mostra-se por vezes mais libertária, cômoda e satisfatória[84] que a situação de trabalhadores informais,

---

83 Marshall Sahlins, a quem Machado (2012, p. 167) afirma tratar-se de um substantivista menos convicto, enquanto Woortmann (2001, p. 16) o retrata ora como um estruturalista hesitante ora como um neomarxista oscilante. O próprio se autorrefere como um 'renegado' neoevolucionista (SAHLINS, 2003). Discípulo de Lévi-Strauss, Alfred Métraux e muito associado ao estruturalismo, Clastres ratificou o conceito de 'sociedade de abundância' no prefácio da edição francesa de *Stone Age Economics*, aproximando-a de seu domínio de antropologia política e de manifestações que ele interpretou como estruturas de *anarquia cultural* presentes em certas sociedades sem diferenciação por classes socais em razão do contínuo exercício de anulação de representações majoritárias de poder decorrentes da apreensão do excedente coletivo por interesses privados.

84 Muito embora pesquisas como as de Hall & Patrinos (2010) para o Banco Mundial e a de Freitas & Rivas (2014) – esta última com ênfase em comunidades tradicionais da Amazônia brasileira e conduzidas por metodologia sob forte viés ideológico do preservacionismo puro e anti-etnocientífico – retratam populações tradicionais como pobres sob a perspectiva da renda e consumo, o que de fato é uma realidade global – é inevitável estabelecer as ponderações necessárias sobre a natureza desta pobreza e sua problematização mais enquanto resultado da assimilação destas populações pelo sistema capitalista que, por mais isoladas que se mantivessem ao longo do processo histórico, seus gêneros de vida e a racionalidade econômica sempre se orientavam quanto à manifestação de relações de produção e consumo mais equânimes que dentro da lógica moderna de mercado, o que se reflete sobre outras esferas da subjetividade e coletividade. A manifestação da fome é muito mais próxima do cotidiano de populações urbanas do que entre sociedades periféricas que de alguma maneira ainda conseguem se situarem orbitalmente ao assimétrico fenômeno de reprodução social que caracteriza a sociedade e o modo de produção capitalista. Na constatação de homeostase no metabolismo social e natural, possivelmente entre populações tradicionais a racionalidade de alocação material parece ser bem mais coerente e mais salubre do que a do modo de vida urbano, industrial e capitalista, em que o consumismo frenético é ditado por uma 'economia da servidão pela dívida', em que a função real e necessária de objetos e relações comunitárias foi totalmente convertida pela alienação do processo produtivo e do fetichismo de mercadoria, e o ônus

subempregados e mesmo muitas categorias assalariadas cujo resultado quantitativo da força laboral no âmago do modelo capitalista é limitado a uma rasa margem de sustento, orientado substancialmente para o consumo indispensável à circulação do próprio sistema, o que os priva em sua maioria de recursos vitais para reprodução social em condições mais justas, sobretudo porque não são ou ainda não se mostram interessantes e transfiguráveis à mercantilização.

Decerto, diferentemente do modo de vida moderno aonde quem não possui propriedade sobre os fatores produtivos não-humanos não compete outra saída senão vender sua mão de obra e tornando, portanto, seu desenvolvimento material passível ao rigor de exploração por um sistema do qual ele não tem parte, estima-se o porquê de a ideia de uma economia natural de subsistência sempre ter sido tão absurda aos interesses da propriedade privada, da expropriação da produção e ao modo de vida capitalista como um todo, em que o indivíduo dava-se ao prazer de dedicar poucas horas ao trabalho, adeptos de um sistema "[…] *compatível com uma considerável limitação do tempo consagrado às atividades produtivas* (CLASTRES, 1988, p. 187)". Inevitável a dissolução de um sistema preexistente baseado numa economia natural seria a chave para o êxito de um novo ordenamento e de sua divisão do trabalho.

Se a individualidade, a maximização compulsiva pela eficiência na alocação de recursos e a obsessão por acumulação material e circulação incessante não são próprias de sociedades pré-capitalistas, a participação do meio natural apresenta um valor inversamente proporcional. A correlação entre os fatores produtivos representados pelo trabalho humano e natureza aparenta ser profundamente imbricada a ponto de configurar conexões simbióticas, pelo nível de desenvolvimento tecnológico e de organização coletiva tão adaptado à dimensão ambiental que para alguns posicionamentos conceituais se permite observar mais que uma sistematização primária de relações de produção material da vida social, mas possivelmente de um modo de produção específico.

Decerto, de posse do preceito de que antes da ascensão do capital constatava-se o metabolismo pleno entre as dimensões sociais e ecológicas, também é possível que o estudo das formas mais primárias de economia lance luz sobre a reflexão do papel da natureza na teoria dos modos de produção e a possibilidade de uma manifestação singular.

Muito antes das primeiras publicações de Mauss sobre funções concretas e simbólicas desempenhadas pela troca e da respectiva disseminação de sua influência sobre antropologia social,

---

exigido para tal tem cobrado um preço cada vez mais insustentável do ponto de vista econômico, ecológico e psicossocial (HARVEY, 2018).

método sociológico e análise formal em economia, arranjos sobre produção material e organização coletiva já eram delineadas nos textos sobre sistemas clânicos proto-europeus de Georg von Maurer e das 'artes de subsistência' de Lewis H. Morgan, autores que Marx e Engels reconheceram como devotados às iniciativas inaugurais de investigação de sociedades pré-capitalistas, sendo por isso fundamentais para a elaboração do arcabouço teórico sobre o 'comunalismo primitivo' em que a dupla acreditava ser a mais antiga etapa de desenvolvimento da junção entre relações de produção e forças produtivas e que se anteciparia às formas mais verticalizadas das quais decorreria o controle patronal de dado excedente e a estratificação da sociedade em classes regidas por elites até o surgimento do Estado (HOBSBAWN, 1985; TAIRAKO, 2016).

Independente das variações que se seguiram com a evolução das estruturas materiais e das contradições sociais internas na definição de um dado modo de produção em que se observa, por exemplo, a demarcação de uma hegemonia de classe no controle dos fatores produtivos – de maneira geral, no modo asiático, no escravagismo antigo e mesmo no regime feudal a terra e a força de trabalho eram monopolizadas por classes dirigentes que submetiam as inferiores à tributação ou trabalho forçado (AMIN, 1979; SROUR, 1978) – ao que tudo indica foi somente quando a incorporação da natureza pela cultura não se restringia à propriedade privada que a humanidade conseguiu atingir o *status* de 'sociedade de abundância'.

Outra vez mais se ressalta a idealização seguida da apropriação da natureza dentro de uma lógica de valor de uso da qual provavelmente derivaram as representações mais primárias de modos de produção fossem intrinsecamente associados à produção espontânea da dimensão ambiental, ou seja, supondo-se que independente do desenvolvimento técnico de sociedades tribais, o excedente 'natural' por assim dizer seria mais apropriado para abarcar quaisquer conflitos de classe pela apropriação de determinado recurso.

Aí se encontra algo mais uma posição mais que ambígua, mas quase uma dualidade semiótica em Marshal Sahlins. Por um lado, ele sustenta a hipótese de um *modo de produção doméstico* amparado em laços de reciprocidade e de coesão social entre núcleos familiares somente num 'estado de natureza', mas também traz sensível distinção em sua sentença conclusiva quando expõe falhas sistemáticas quanto ao entendimento de estacionariedade e alienação histórica de que sociedades regidas por tais processos estariam fatalmente presas a um dado corte tempo e alheias às transformações sociais provocadas pelos processos no seu entorno, dando a entender que tal modo de produção não se ampliaria além do suporte físico e da efetivação de trocas simbólicas,

permanecendo a evolução social ancorada em nível subprodutivo, isolado e estagnado, tal como a opção da autoconsciência 'primitiva', impedindo a dominação de um grupo sobre outro, a diferenciação de classes e a deterioração da identidade coletiva[85] (SAHLINS, 1972).

A identificação silogística em torno de um equilíbrio material de produção baseado na economia natural abre margem para a especulação sobre possíveis pontos de ruptura que afetariam não somente a subsistência de uma comunidade, mas toda a rede de comunicações estabelecidas externamente, como no caso de alterações climáticas mais intensas e prolongadas – secas, inundações, incêndios, pragas, entre outros – que alterariam abruptamente a disposição natural de 'rendimento' do modo de produção doméstico, também afetando consigo o consumo regular, a geração de provisões e a coletivização da troca de excedentes e, dessa forma, as bases simbólicas e materiais para coalização social.

Decerto muito dificilmente elas permaneceriam intactas mediante externalidades tão intensivas e agressivas quer fossem de ordem natural ou principalmente de rigo econômico e político como seria confirmado com a ascensão do capitalismo. Mas sua matriz simbólica, lógica e prática resistiria de alguma forma às pressões externas, absorvendo fatores e elementos oriundos de sínteses dialéticas – da condição preexistente incutida pela antinomia exógena e das próprias contradições internas – da qual a racionalidade econômica flui de maneira inseparável aos demais desdobramentos da vida social.

Nesse ponto, a teoria da economia camponesa[86] de Chayanov é de longe mais concreta que as explanações funcionalistas que Sahlins resgatou, e mais atenta no que diz respeito às modificações estruturais internas mediante o contato com transformações exógenas, ajudando assim a

---

[85] Sahlins (1972, p. 175) evoca parte do princípio maussiano de que no *ethos* das sociedades não-capitalistas a reciprocidade é o que mantinha o equilíbrio das relações internas e externas, resumindo a dádiva de trocas materiais imbuídas de valores de uso como manifestação racional destas culturas, o que impediria a imponência de um clã ou tribo sobre os demais e, consequentemente, guerras. Assim se explicaria o motivo de que no 'modo de produção doméstico' o nível de excedente é sempre nivelado entre as classes, em que uma parte do produto serviria para a circulação na forma de 'presentes' para estabelecer alianças ou tréguas com grupos externos, constituindo assim um pacto social alicerçado na ética e na moral da reciprocidade, a obrigação de retribuir à concessão alcançada.

[86] Woortmann (2001) afirma que o 'modo de produção doméstico' de Sahlins é uma interpretação da teoria da economia camponesa ou campesina de Alexander Chayanov. De fato o antropólogo estadunidense recorre às estruturas de subsistência e de intensificação da produção em economias rudimentares baseadas na técnica agrícola de corte e queima (*slash-and-burn*) é atrelada ao método de Chayanov ou o cálculo camponês (MOURA, 1988) que explica como a capacidade de produção – ou 'subprodução' do modo de produção doméstico – tornam inversamente proporcional tanto o tamanho da área cultivada quanto a disposição numérica de força de trabalho disponível num dado núcleo social, ou seja, o fator quantitativo definido pelo tamanho da unidade familiar que rege a aplicação do trabalho exigido para satisfação das necessidades alimentares de todos os seus integrantes, a acepção do consumo propriamente dito ou *autoconsumo* (SÁ SILVA, 2006). Sendo assim, o 'modo de produção doméstico' portanto estaria para mais outra forma *social da divisão do trabalho.*

superar o rótulo de acomodação ou *imobilismo social* frequentemente dirigido a sociedades não-capitalistas ou periféricas, quando em verdade se aliena o teor de conflito e opressão entre classes e grupos sociais, que adquiriram proporções drásticas com o desenvolvimento e a ampliação do capitalismo.

Na delimitação do objeto de estudo pela qual Chayanov concentrou o desenho epistêmico de sua teoria – a base da economia agrária russa durante a transição entre o czarismo e a ascensão do regime soviético, configurada no sistema de produção familiar desenvolvido por camponeses pauperizados, servis e dependentes de posse instável da pequena propriedade rural, percebe-se uma análise sociológica e econômica relativamente reproduzível no contexto agrário contemporâneo de países subdesenvolvidos sob plena expansão mercantil capitalista e assim vinculada em conexões entre pequenos circuitos de mercados orbitais a um núcleo hegemônico, o que de alguma forma consegue explicar sua resistência para além do plano cronológico, naquilo que Sá Silva (2006, p. 140) afirma ser uma "[…] *forma de organização que existe porque corresponde a uma necessidade social, ou seja, sua permanência se dá em função do fato de a própria sociedade usufruir e requerer sua existência*".

Pelo reconhecimento de forças e pressões externas, muito possivelmente haveria então dentro da própria organização camponesa um mecanismo geral e intuitivo que referisse sua relativa inércia como reverberação de algo mais complexo, situado muito além de simplismos deterministas ilustrados em fábulas sobre o fato natural no ócio, atraso e conformação pela subsistência[87], mas

---

[87] Recorre-se aqui à sátira de Stephen Hymer (2011) usada para explicar o processo de acumulação primitiva: "[…] Um africano é um africano e sob certas condições é que se torna um escravo. […] Um europeu é um europeu e apenas em determinadas circunstâncias é que vem a ser um senhor". Sob certas condições que populações rurais pobres são vítimas da mesma fórmula e se encontram num quadro de opressão e flagelação por efeito da exploração de outras classes. Para a percepção local deslocada da lógica de organização social observável em modos de produção verticalizados e estratificados, praticamente inexistem referências ou parâmetros de acumulação material, propriedade privada, diferenciação e opressão entre classes. Reitera-se: para o índio, o quilombola, o caboclo amazônico, o caipira e toda infinidade de grupos sociais que se enquadram na categoria de sociedades originárias e tradicionais, o trabalho era exercido para atender condições não mínimas e precárias, mas suficientes para o consumo regular e a pequena circulação em certos casos, e não para geração progressiva de excedente, sendo inclusive estabelecidas certas convenções simbólicas dentro no contexto comunitário para a manutenção dos vínculos de reciprocidade. Foi somente com a introdução do trabalho, ou melhor, da exploração pelo trabalho por outros modos de produção e mais sabidamente com o capitalismo é que foram concebidos simbolismos e estruturas ideológicas para fins de repressão e condenação cultural do tempo ocioso e da 'insistência pela subprodução' como sinais de uma indolência prejudicial à modernização. O matuto preguiçoso em Monteiro Lobato e o caboclo amazônico combalido pelo paludismo tão criticado por Euclides da Cunha – mas de certo modo defendido por nomes como o Raimundo Lopes (1970, p. 63), que reconhecia a malária, febre amarela e outras endemias tropicais mais como falhas de políticas públicas em saúde e saneamento do que males naturais associados à floresta – são casos emblemáticos dentro do imaginário regional brasileiro reproduzidos até mesmo no campo literário e acadêmico, e dão ideia do tratamento pejorativo reservado a populações rurais na explicação de sua baixa produtividade endossada por um raso fatalismo determinista, de 'raças' e 'tipos humanos' mais

sim como reflexo sobre um estrato social historicamente oprimido da pressão por forças verticais advindas de classes hegemônicas que alicerçam e dependem que a conjuntura social se estabeleça de tal forma.

Diferentemente de especulações sobre cenários de abundância, em Chayanov a estruturação interna da força produtiva camponesa tenderia a reagir à intensidade de constrição determinada por externalidades naturais e econômicas, que consequentemente se desdobravam pelo caráter social e político das relações no campo[88] porque além do controle da terra e da apropriação de seu excedente por uma pequena elite agrária – os *kulaks* – durante o período czarista, os camponeses ainda tinham de contornar limitações técnicas e naturais que repercutiam sobre a ineficiente produtividade, como a restrição inovativa sobre os meios técnicos, a baixa fertilidade dos solos, invernos rigorosos e longas estiagens.

Sob tais condições, em que o núcleo familiar é compreendido como unicidade simultânea de produção e consumo e aduz a delimitação de um sistema de retroalimentação constante e equilibrado pelo qual a racionalidade empírica do camponês orienta a divisão interna do trabalho de acordo com a quantidade de força laboral disponível equivalente ao número de dependentes, percebe-se que a pressão demográfica e implicitamente social ser mais incisiva ainda mais incisiva na questão da adaptabilidade das relações produtivas do que a disposição do elemento natural ou, mais precisamente, a análise da organização produtiva em Chayanov realça a maior participação do fator produtivo definido pelo trabalho como a força central para a determinação e permanência da estrutura social do campesinato, mais relevante nesse contexto do que a própria disposição do fator produtivo natural retratado pela terra de fato que a expansão fundiária se mostrava proporcional às necessidades básicas de acordo com o número de pessoas dentro de uma família camponesa, o que explicaria um ônus muito mais expressivo e determinado pela pressão demográfica, refletido sobre a dimensão sociopolítica local do que pela transformação do meio físico para o pretenso aumento da produção agrícola.

A propósito, diferente de grupos inteiramente assimilados pela dinâmica capitalista que se especializaram a cumprir demandas específicas de mercado, é a maneira como conseguem

---

propensos ou menos propensos ao trabalho e ao progresso. Ao personificar a fome como mazela de natureza política, Josué de Castro (1984) foi uma das vozes mais ativas no século XX associar sua persistência entre camponeses e populações tradicionais de todo mundo por causa da desigualdade social impelida pelo alinhamento do Estado a interesses privados no campo.

[88] Muito embora não fosse este seu interesse primordial, como o próprio Chayanov procurou esclarecer (CHAYANOV, 1985, p. 36 apud SÁ SILVA, 2006, p. 136).

adaptar produção e consumo consoante aos limites naturais e técnicos de transformação material da natureza que tornam camponeses e populações tradicionais singulares do ponto de vista econômico e ecológico. Carregam uma lógica peculiar definida por relações sociais de trabalho e meios de produção inerentes não somente à síntese material das condições de existência, mas às condições materiais de existência em si. Ao reconhecer em Alexander Chayanov como o descobridor da *lógica camponesa de produção*, Moura (1988) reforça o preceito de que esta organização se desdobra em arranjos específicos de apropriação real e de propriedade totalmente distintos do método capitalista.

Por exemplo, nos cálculos mais elementares da microeconomia capitalista só se considera uma empreitada eficiente quando a renda gerada é maior que os custos exigidos para manter a produção, ou seja, quando permite a obtenção de um lucro líquido. Na lógica camponesa, o custo de produção não depende da contratação de mão de obra assalariada porque a força de trabalho é dividida pela unidade familiar, nem de variáveis como juros e preço, e, como citou Wolf (2013), não reinveste o lucro obtido pela diferença entre renda bruta e gastos materiais porque seu objetivo é a autossubsistência e a troca do excedente nos baixos circuitos de circulação de excedente, e não sua reaplicação como forma primária de capital. Por maiores que sejam suas limitações técnicas, o rendimento do camponês e de populações tradicionais em geral depende unicamente do resultado de seu trabalho e da regulação por propriedade comunal sobre a terra e seus recursos naturais.

Não se pode contestar a validade e a relevância do pensamento de matriz heterodoxa presente nos esforços preliminares de concepção intelectual acerca de uma noção original de etnoeconomia. Trata-se de uma perspectiva disruptiva em relação aos principais dogmas do paradigma econômico neoclássico, especialmente no que concerne a contribuição das variantes que mais adquiriram visibilidade no centro das discussões acadêmicas nas últimas décadas ao se alinhar a questões ecológicas, uso de recursos comuns e sustentabilidade.

Inevitável que uma proposição conceitual como a etnoeconomia ainda precisa ser epistêmica e ontologicamente amadurecida. Ela ainda carrega muitas limitações, sendo pouquíssimo discutida na literatura e, portanto, mostra-se exigente de um maior levantamento empírico e da organização de um suporte metodológico mais conciso, de maneira que sua instrumentação possa se tornar mais robusta, transcender o caráter meramente especulativo ainda presente nas primeiras abstrações teóricas, até atingir representações mais concretas das realidades que configuram objetos de estudo.

Por exemplo, no que diz respeito à economia ecológica, há muitos pontos que tornam nítido esforço em termos de ajuste de realidades locais à teoria formal, principalmente em ensaios que transmitem em suas conclusões um discurso apaziguador e positivo, uma espécie de 'caminho alternativo possível' ou uma 'saída construtiva e inevitável', de integração das formações econômicas marginais à irrefreável expansão de processos desenvolvimentistas, porque agora os 'comuns' teriam uma 'vantagem competitiva' marcada pela governança local de recursos naturais e, valendo-se de tal relevância no contexto de debates contemporâneos sobre sustentabilidade e como se fosse somente assim possível impedir que as microescalaridades do tecido social à qual pertencem povos originários, sociedades camponesas e populações tradicionais viessem a desaparecer.

Decerto, tal equívoco não se manifesta na exposição inicial de Cavalcanti, que inclusive aponta entraves dentro pensamento clássico da economia política predominante na leitura *mainstream*, assim como nas interpretações formalistas e institucionalistas sobre economias não-capitalistas, ainda que persistam alguns pontos merecedores de maior reflexão, como a respeito dos elementos de transição entre instâncias de raciocínio econômico de estruturas de consciência específicas, até atingir uma possível universalização dos fenômenos, sobre a inter-relação entre elementos simbólicos e extensões materiais nas relações de produção, manejo e circulação que possam explicar o porquê da lógica da reciprocidade ser preponderante à do lucro e da maximização eficiente das etapas alocativas, e das normas que sugerem a obrigação do indivíduo em receber e corresponder a 'dádiva' alcançada; dos vínculos de parentesco e dos sistemas religiosos sobre a propriedade comum e a questão da individualidade; dos *tabus* sobre consumo; sobre valores de troca e valores de uso; do que pode ser domesticado ou do que é pertencente à natureza; das formas sociais de divisão do trabalho, da repartição do comum e da manutenção de estoques naturais renováveis e não-renováveis, entre uma vasta gama de comportamentos, valores e aspectos que definem estruturalmente tais sociedades.

Em outras pesquisas que afirmam ter se fundamentado numa abordagem etnoeconômica, a preocupação em atenuar o êmico e o ético para atender modelos formais é mais direta, como no caso dos interessantes estudos de Akpan (2000) sobre agricultura sustentável e desenvolvimento entre camponeses nigerianos[89]; e os de Aktipis, Cronk & Aguiar (2011) e Cronk (2007) sobre os

---

89 Tanto que Akpan (2000, p. 11) utiliza a expressão *farmers (*fazendeiros) e não *peasants* para se referir a camponeses na delimitação de agentes pela 'prática econômica informal desregulada' e pela 'prática econômica formal' nas economias tribais da Nigéria.

Masai do Quênia, respectivamente sobre simulações de risco e 'investimento' na economia pastoril e da teoria dos jogos aplicada em relações de crédito. No entanto, em nenhum momento a definição do fator ecológico como indissociável ao econômico é mencionada.

O esforço em atenuar a etnoeconomia ao arsenal teórico e metodológico da antropologia econômica confere uma sutil ressignificação teleológica daquilo que deve corresponder ao seu próprio objeto de estudo no sentido de se evitar o vício do formalismo, da repetição de meras tautologias, em se traduzir pela lógica econômica convencional aquela exercida em formações periféricas que de maneira óbvia procuram atingir objetivos distintos, e como uma ressalva – ela deve se aprofundar na contradição entre estruturas e forças sociais. Tal aproximação abre um horizonte de possibilidades em termos de fortalecimento do corpo crítico e metodológico da etnoeconomia, o que pode preencher algumas das lacunas existentes no que se refere, por exemplo, às limitações epistêmicas da abstração formal pela qual o legado da economia ecológica ainda se faz muito preso ao mesmo tempo em que engessa o potencial aporte da investigação de processos êmicos na interpretação de economias marginais.

No supracitado campo da antropologia que se dedica ao estudo de conexões materiais e simbólicas em sistemas econômicos não-capitalistas, o interesse em criar um fluxo dialógico através da etnoeconomia – de modo que atue como ponte de ligação entre sistemas e estruturas cognitivas específicas aos procedimentos descritivos, classificatórios e interpretativos da ciência convencional – encontra uma abertura ainda mais fecunda no que diz respeito à investigação da influência da dimensão ecológica na construção cognitiva e comportamental de relações sociais de produção. Ou que se permita ir mais além para que cumprir uma expectativa mais abrangente, a de lançar luz sobre o que faz com que certas *relações sociais* passem a assumir funções de *relações de produção* e exerçam o controle de reprodução de ambas.

Este é o mesmo enunciado da dúvida elaborada por Godelier (1981, p. 113) a respeito da determinação pela infraestrutura do domínio de relações sociais. Todas essas exposições apresentadas até aqui mostram construtos não-formais de racionalidades econômicas que tomam o fator ecológico como eixo fundamental, o que indiretamente significam interpretações muito valiosas para a delimitação de uma análise etnoeconômica. No entanto, mesmo que tenham sido apresentadas diversas evidências da condição contraditória entre 'interioridade' da produção da vida material e a exterioridade das leis sociais que a regem, reconhece-se que ainda não estão muito nitidamente observáveis a nível ontológico as representações daquilo que se espera reconhecer como dualidade

entre infraestrutura e superestrutura também presente na organização das sociedades periféricas, especialmente no que diz respeito à constatação da dinâmica ecológica como elemento de conexão material e simbólica entre tais dimensões.

A última fronteira para a análise dessa condição talvez se encontre no confrontamento dialético de relações estruturais dentro da microescalaridade de economias marginais, e a interpretação desses mecanismos singulares pode ser crucial para planejar alternativas de desenvolvimento insurgentes a de modelos dominantes e mais condignas às realidades locais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ideia original – descrita inclusive nos projetos preliminares de construção da dissertação – era de apresentar uma pesquisa com base numa investigação empírica que destacasse os efeitos do desenvolvimento no cotidiano de populações historicamente marginalizadas, o que incluiria ainda mais especificamente a problemática dos povos originários e das comunidades tradicionais que têm seus modos de vida violentamente ameaçados por megaprojetos estruturais e frentes de expansão produtivas servis à lógica do capital, principalmente no Brasil e no Maranhão.

Contudo, por motivos de força maior à vontade do sujeito realizador da pesquisa isto acabou não se tornando possível. Talvez não fosse o momento mais idôneo para tal, o que depois acabou se confirmando, apesar de alguma insistência e muito atraso no cumprimento formal de um cronograma.

Decerto, uma apuração *in loco* sobre formas de resistência manifestadas por estes grupos no sentido de resguardarem o tecido social, a conjuntura cultural e a base material que caracterizam sua identidade coletiva diante do avanço de externalidades cumpriria um papel muito importante no levantamento de evidências empíricas concretas na confirmação da existência do que aqui neste texto foi apresentado como correspondente a uma etnoeconomia para designar representações endêmicas, residuais e insurgentes, de regimes de uso e apropriação de recursos comuns definidas por práticas e racionalidades singulares de integração entre sistemas econômicos e ecológicos. Chegou-se até mesmo a cogitar se tal descoberta cumpriria uma função ainda mais ambiciosa, em que a descrição de sistemas locais baseados em princípios de solidários de governança e de sustentabilidade pudesse subsidiar a construção de modelos alternativos de desenvolvimento.

Com o tempo, a autocrítica permitiu afirmar que qualquer conclusão nesse sentido consistiria de algo precipitado não apenas pela falta de informações mais precisas, mas principalmente pela falta de um suporte metodológico mais apropriado, o que certamente constará com um dos objetivos de futuros estudos que venham a complementar o que foi iniciado neste estudo. Até aqui o que se pode afirmar é somente foram lançadas as bases para a etnoeconomia não apenas delimitar uma manifestação social materializável enquanto objeto de estudo, mas também uma proposta de criação de uma subdisciplina a transitar pelos campos da antropologia econômica e da economia ecológica e dotada de um corpo metodológico específico.

As formações etnoeconômicas existem, de fato. Muitas são preexistentes de momentos anteriores à chegada do modo de produção capitalista e mantém até hoje em meio à modernização quase onipresente as mesmos conjunturas culturais e regimes de integração de produção de suas condições de existência à dinâmica ecossistêmica dos territórios em que vivem.

A maior parte dessas representações foi assimilada e extinta, mas outras conseguiram estabelecer certo grau de adaptação fundamental para a manutenção de sistemas de crenças, práticas e racionalidades que preservam o núcleo interno de sua identidade social e, especialmente, de sua projeção na produção da natureza – a considerar que a dinâmica natural adjacente a estes processos é extensão do próprio *ethos* cultural que dela obtém os meios materiais de sua existência.

Porém, mesmo quando estas tomam manifestações mais reativas às externalidades que tomam seu tecido social, isto não quer dizer que automaticamente oferecem uma resposta às forças antagônicas e a superam, mantendo assim a preservação de suas realidades locais na microescalaridade dos processos. Elas são muito frágeis para oferecer uma reação tão proporcional ao impacto causado pelas frentes desenvolvimentistas e seus mecanismos de expansão produtiva e somente agora muito recentemente tem se articulado e atingido visibilidade e mobilização na defesa de suas causas. Também é ilusório afirmar que essas formações são culturalmente sustentáveis, uma vez que o contato com os processos desenvolvimentistas tende a forçá-las, quando não adquirem força e organização interna suficiente, a deturpar seus próprios sistemas culturais de integração entre produção material e regulação ecossistêmica. Mas há um horizonte muito vasto de pesquisa e que pode auxiliar não apenas a preservar estas manifestações como permite a incorporação de seus elementos na proposição de formas alternativas autênticas de desenvolvimento, que conciliem conhecimento científico formal, saberes locais, autogestão e governança participativa.

O que se pode determinar com precisão é que as formas hegemônicas de desenvolvimento não são apenas um modelo questionável que tenta a todo custo ajustar abstrações a realidades apenas para satisfazer o processo de acumulação do capital, não importando o ônus social e ambiental decorrente disso.

É mais que evidente que se trata um modelo falido, que por insistência das forças dominantes continua a atacar uma base material e social gradativamente suscetível à estagnação. Se a ordem de reprodução sociometabólica do capital é incontrolável e depende da instabilidade para acelerar seus mecanismos de expropriação, é mais que urgente repensar que as políticas de desenvolvimento tomem outro rumo.

REFERÊNCIAS

AFP. **Humanidades esgota nesta quarta os recursos planetários do ano.** Portal G1. Publicado em 1 de junho de 2017. Acessado em 20 de outubro de 2018. Disponível em: http://twixar.me/rpwn.

AFP. **Sexta extinção massiva da Terra já começou, diz estudo.** Portal Terra. Publicado em 19 de junho de 2015. Acessado em 20 de outubro de 2018. Disponível em: http://twixar.me/Ngwn.

AKPAN, A. Ethnoeconomics in sustainable agricultural development: the nigerian case: **Journal of Sustainable Agriculture,** v. 17, n. 1, 2000.

AKTIPIS, C; CRONK, L; AGUIAR, R. Risk-pooling and herd survival: an agent-based model of a Maasai Gift-Giving System. **Human Ecology,** v. 39, n. 2, 2011.

ALENCASTRO, L. F. **O trato dos viventes:** formação do Brasil no Atlântico Sul – séculos XVI e XVII. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

ALIER, J. M. El ecologismo de los pobres. **Wani,** n. 25, abr., 1992.

ALMEIDA, A. W. **Terra de quilombo, terras indígenas, "babaçuais livres", "castanhais do povo", faxinalenses e fundos de pasto**: terras tradicionalmente ocupadas. Manaus, PGSCA/UFAM, 2008.

ALVINO, B. A. A crise da economia do babaçu no Maranhão (1920-1980). **R. Pol. Púb.,** São Luís, v. 2, n. 2, jul-dez., 1996.

AMIM, S. **O desenvolvimento desigual:** ensaios sobre as formações sociais do capitalismo periférico. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1976.

AMIN, S. O capitalismo e a renda fundiária. In: AMIN, S; VERGOPOULOS, K (org). **A questão agrária e o capitalismo**. Rio de Janeiro, Paz & Terra, p. 9-40, 1977.

ARIENTI, W; FILOMENO, F. Economia política do moderno sistema mundial: as contribuições de Wallerstein, Braudel e Arrighi. **Ensaios FEE,** Porto Alegre, v. 28, n. 1, jul. 2007.

ARRIGHI, G. **A ilusão do desenvolvimento**. Petrópolis, Vozes, 1997.

BAGGIO, K. **Conexões ultraliberais nas Américas**: o *think tank* norte-americano Atlas Network e suas vinculações com organizações latino-americanas. Anais do XII Encontro Internacional da ANPHLAC, Campo Grande, 2016.

BALÉE, W. **Cultural forests of the Amazon:** a historical ecology of people and their landscapes**.** Alabama, University of Alabama Press, 2013.

BARAN, P. **A economia política do desenvolvimento**. São Paulo, Abril Cultural, 1984, p. 41.

BARAN, P. **Sobre a economia política do atraso**. In: AGARWALA, A; SINGH, S. A economia do subdesenvolvimento. Rio de Janeiro, Contraponto, 2010, p. 109.

BECK, U. **La sociedad del riesgo global.** Madrid, Siglo XXI, 2002.

BELLUZO, L. O declínio de Bretton Woods e a emergência dos mercados 'globalizados'. **Economia & Sociedade,** v. 4, n. 1, 1995.

BICHIR, M; SANTOS, F. Apresentação: subimperialismo e a premência de um debate. In: MARINI, R. M. A acumulação capitalista mundial e o subimperialismo. **Revista Outubro,** n. 20, jan-jun., 2012.

BOITO JR, A. Classe média e sindicalismo. **Politeia:** História e Sociologia**,** Vitória da Conquista, v. 4, n. 1, 2004.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo, Perspectiva, 2004.

BRASIL. **Decreto presidencial nº 6.040.** Brasília, Ministério da Casa Civil, 2007.

BRAUDEL, F. **A dinâmica do capitalismo**. Rio de Janeiro, Rocco, 1987.

BRESSER-PEREIRA, L. C. The dutch disease and its neutralization: a ricardian approach. **Rev. Econ. Polit.,** São Paulo, v. 28, n. 1, jan-mar., 2008.

BRUNKHORST, H. Marxismo e evolução: alegações para retomada de um programa de pesquisa. **Tempo Social: Revista de Sociologia da USP**, v. 27, n. 2, 2015.

CAJKA, F. Antropologia ecológica: uma maneira de ver o mundo. In: DIEGUES, A. C; MOREIRA, A. **Espaços e recursos naturais de uso comum.** São Paulo, NUPAUB/LASTROP, 2001.

CALEGARE, M; HIGUCHI, M; BRUNO, A. C. Povos e comunidades tradicionais: das áreas protegidas à visibilidade política de grupos sociais portadores de identidade étnica e coletiva. **Ambiente & Sociedade,** São Paulo, v. XVII, n. 3, jul-set., 2014.

CANALEZ, G. **Agroecossistemas amazônicos:** o valor das florestas. Manaus, UFAM, 2008. Dissertação de doutorado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia.

CANDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito.** Rio de Janeiro, Ouro sobre Azul, 2010.

CARCANHOLO, R; NAKATANI, P. O capital especulativo parasitário: uma precisão teórica sobre o capital financeiro, característico da globalização. **Ensaios FEE,** Porto Alegre, v. 20, n. 1, 1999.

CARDOSO, C. F; BRIGNOLI, H. **Os métodos da história.** Rio de Janeiro, Graal, 1979.

CARVALHO, E. A. Introdução. GODELIER, M. **Godelier**: antropologia. CARVALHO, E. A. (org). São Paulo, 1981.

CASTRO, E. Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais. CASTRO, E; PINTON, F. **Faces do Trópico Úmido:** conceitos e questões sobre o desenvolvimento, Editora CEJUP/UFPA, Belém, 1997.

CASTRO, J. **Geografia da fome:** o dilema brasileiro – pão ou aço. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2010.

CAVALCANTI, C. **Pensamento econômico, saber ecológico tradicional e etnoeconomia**: uma proposta introdutória de nova perspectiva disciplinar. Recife, Fundação Joaquim Nabuco, n. 110, 2001.

CECHIN, A; VEIGA, J. E. A economia ecológica e evolucionária de Georgescu-Roegen. **Revista de Economia Política,** São Paulo, v. 30, n. 3, jul-set., 2010.

CHANG, H-J. **Chutando a escada:** a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. São Paulo, UNESP, 2004.

CHASE-DUNN, Christopher. **Global formation:** structures of the world-economy. Boston, Rowman & Littlefield, 1998.

CHAYANOV, A. V. La organización de la unidad económica campesina. Buenos Aires, Nueva Visión, 1985. In: SÁ SILVA, J. R. **Segurança alimentar, produção agrícola familiar e assentamentos de reforma agrária no Maranhão.** São Luís, UFMA, 2006. Tese de doutorado em Políticas Públicas.

CHESNAIS, F; SERFATI, C; UDRY, C-A. O futuro do movimento 'antimundialização'. In: LEHER, R; SÉTUBAL, M (org). **Pensamento crítico e movimentos sociais**: diálogos para uma nova práxis. São Paulo, Cortez, 2005.

CHOMSKY, N. Democracia e mercados na nova ordem mundial. In: GENTILI, P. **Globalização excludente:** desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial. Vozes/CLACS/LPP, 2002.

CINTRA, M; FARHI, M. A crise financeira e o *global shadow banking system.* **Novos estud. CEBRAP,** São Paulo**,** n. 82, nov, 2008.

CLASTES, P. **A sociedade contra o Estado.** Porto, Afrontamento, 1979.

CLASTRES, P. **Arqueologia da violência:** pesquisas de antropologia política. São Paulo, Cosac & Naify, 2004.

COHN, C. Culturas em transformações: os índios e a civilização. **São Paulo em Perspectiva,** São Paulo, v. 15, n. 2, abr-jun., 2001.

COMISSÃO Pastoral da Terra. **Conflitos no campo Brasil 2016**. Goiânia, CPT Nacional, 2017.

CONSTANZA, R. What is ecological economics? **Ecological Economics,** v.1, 1989.

CRONK, L. The influence of cultural framing on play in the trust game: a Maasai example. **Evolution and Human Behavior,** v. 28, n. 5, 2007.

CUNHA, M. C. **Cultura com aspas e outros ensaios.** São Paulo, Ubu Editora, 2009.

CURTIS, A. **Hypernormalisation**. Londres, BBC, 2016.

DALTON, G. Theoretical issues in Economic Anthropology. **Current Anthropology,** v. 10, n. 1, fev., 1969.

DALY, H. **Ecological economics and sustainable development, selected essays of Herman Daly.** Cheltenham (RU), Elgar, 2007.

DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo.** Rio de Janeiro, Contraponto, 2003.

DELGADO, G. O setor de subsistência na economia brasileira: gênese histórica e formas de reprodução. In: JACCOUD, L (org). **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo.** Brasília, IPEA, 2005.

DESCOLA, Philippe. **Beyond nature and culture**. Chicago, University of Chicago Press, 2013.

DESCOLA, Philippe. Genealogia dos objetos e antropologia da objetivação. **Horizontes Antropológicos,** v. 8, n. 18, 2002.

DIAMOND, J. **Armas, germes & aço:** os destinos das sociedades humanas. Rio de Janeiro, Record, 2013.

DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada.** São Paulo, HUCITEC, 2000.

DOWBOR, L. **A era do capital improdutivo.** São Paulo, Outras Palavras & Autonomia Literária, 2017.

DUMÉNIL, G; LÉVY, G. The profite rate. Where and how much did it fall. USA 0 1948-2000. In: MAITO, E. The historical transience of capital: the downward trend in the rate of profit since XIX century. **MPRA,** paper nº 55894, mai., 2014.

DW. **Redução da desigualdade estagnou no Brasil, diz OXFAM**. Portal Terra. Publicado em 26 de novembro de 2018. Acessado em 1 de janeiro de 2019. Disponível em: http://twixar.me/y8wn.

ENGELS, F. **La origen de la família, de la propiedad privada y de Estado**: em relación com las investigaciones de L. H. Morgan. Madrid, Akal, 2017.

ENGELS, F. **O papel do trabalho na transformação do macaco em homem**. Marxist Internet Archive, 2000.

ESTEVA, G. Desarollo. In: SACHS, W. **Diccionario del Desarollo – Un guía del conocimiento como poder**. PRATEC, LIMA, 1996, p. 52-79.

FALOTICO, T et al. Digging up food: excavation stone tool use by wild capuchin monkeys. **Scientific Reports,** v. 7, n. 1, 2017.

FANON, F. **Os condenados da Terra.** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.

FERNANDES, F. **A função social da guerra na sociedade tupinambá**. São Paulo, Globo, 2006.

FOLADORI, G. Marxismo e meio ambiente. **Revista de Ciências Humanas da USFSC,** Florianópolis, n. 25, abril de 1999.

FOLADORI, G. O metabolismo com a natureza. **Revista Crítica Marxista**, São Paulo, n. 12, 2001, p. 105-117.

FOSTER, J. B. **A ecologia de Marx:** materialismo e natureza. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005.

FOSTER, J. B. Marx's theory of metabolic rift: classical foundations for environmental sociology. **AJS,** v. 105, n. 2, set., 1999.

FOSTER, J. B. Marxism in the anthropocene: dialectical rifts on the Left. **International Critical Thought,** 2016.

FOSTER, J. B; CLARK, B; YORK, R. The Ecological Rift: Capitalism's War on the Earth. **Monthly Review Press**, Nova Iorque, nov., 2011.

FOSTER, J.B. Marxismo e ecologia: fontes comuns de uma grande transição. **Lutas Sociais,** São Paulo, v. 19, n. 35, jul-dez., 2015.

FRANK, A. G. **Acumulação dependente e subdesenvolvimento**: repensando a teoria da dependência. São Paulo, Brasiliense, 1980.

FREITAS, J; A. RIVAS. Unidades de conservação promovem pobreza e estimulam agressão à natureza na Amazônia. **Revisa de Gestão Social e Ambiental,** São Paulo, v. 8, n. 3, set-dez., 2014.

FUNDO Monetário Internacional. **World Economic Outlook Reports**. FMI, 2018.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. São Paulo, Círculo do Livro, 1975.

GEERTZ, C. **Negara:** the theatre State of nineteenth-century Bali. Princeton, Princeton University Press, 1980.

GEERTZ, C. **O saber local:** novos ensaios de antropologia interpretativa. Petropólis, Vozes, 1997.

GEORGESCU-ROEGEN, N. Energy and economic myths. **Southern Economic Journal,** v. 41, n. 3, jan., 1975.

GEORGESCU-ROEGEN, N. **La ley de la entropia y el proceso económico**. Madrid, Fundación Argentaria, 1996.

GEORGESCU-ROEGEN, N. **O decrescimento**. São Paulo, editora SENAC, 2012.

GISTELINK, F. **Carajás, usinas e favelas.** São Luís, [s.n], 1988.

GODELIER, M. **Godelier**: antropologia. CARVALHO, E. A. (org). São Paulo, 1981.

GOMES, F. **Mocambos e quilombos:** uma História do campesinato negro no Brasil. São Paulo, Claroenigma, 2015.

GONÇALVES, R. **Nacional-desenvolvimentismo às avessas**. Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos, Brasília, IPEA, 2011.

GOULD, S. J; LEWONTIN, R. The Spandrels of San Marco and the paradigm panglossian: a critique of the adaptationist programme. **Proceedings of the Royal Society of London,** series B, v. 205, n. 1161, 1979.

HALL, G; PATRINOS, H. **Indigenous peoples, poverty and development.** Washington, World Bank, 2010.

HARVEY, D. **A loucura da razão econômica:** Marx e o capital no século XXI. São Paulo, Boitempo Editorial, 2018.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço.** São Paulo, Annablume, 2005.

HARVEY, D. **Os limites do capital**. São Paulo, Boitempo Editorial, 2013.

HARVEY, D. The right to the city. **New Left Review,** set-out., 2008.

HAYEK, F. **O caminho da servidão.** São Paulo, LVMB, 2010.

HILL, P. A plea for indigenous economics. In: HILL, P. **Studies in rural capitalismo in West Africa.** Cambridge, University of Cambridge Press, 1970.

HIRSCHMAN, A. O. Desenvolvimento por efeitos em cadeia: uma abordagem generalizada. In SORJ, B., CARDOSO, F.H., and FONT, M (orgs)**. Economia e movimentos sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2008. pp. 21-64.

HIRSCHMAN, A. O. The rise and decline of development economics. In: HIRSCHMAN, A.O. **The Essential Hirschman.** Princeton, Princeton University Press, 2013.

HOBSBAWN, E. Introdução. In: MARX, K. **Formações econômicas pré-capitalistas**. HOBSBAWN, E (org). Rio de Janeiro, Paz & Terra, 1985.

HOUTART, F; POLET, F. Introdução: o tempo das desigualdades. In: HOUTART, F; POLET, F. **O outro Davos:** mundialização de resistências e de lutas. São Paulo, Cortez, pp. 7-20, 2002.

HYMER, S. Robinson Crusoe and the secret of primitive accumulation. **Monthly Review Magazine,** setembro de 2011.

IPEA/DIMAC. **Nota técnica:** impactos da redução dos impostos sobre produtos industrializados (IPI) de automóveis. Brasília, Ministério do Planejamento, 2009.

KUME, H. et al. A política brasileira de importação no período 1987-1998: descrição e avaliação. In: CONSEUIL, C; KUME, H. **A abertura comercial brasileira nos anos 1980**. Brasília, IPEA, 2003.

LATOUR, B. **Jamais fomos modernos**: ensaio de antropologia simétrica. Rio de Janeiro, Editora 34, 1994.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade.** São Paulo, Centauro Editora, 2011.

LEFEBVRE, H. **The urban revolution.** Minneapolis, University of Minnesota Press, 2003.

LEFF, E. **Saber ambiental:** sustentabilidad, racionalidad, complejidad, poder. Cidade do México, Siglo XXI, 2002.

LEFF, E. **Epistemologia ambiental.** São Paulo, Cortez, 2001.

LÉVI-STRAUSS, C. **O pensamento selvagem**. Campinas, Papirus, 2008.

LEWIS, W. A. O desenvolvimento econômico com oferta ilimitada de mão de obra. In: AGARWALA, A; SINGH, S (org). **A economia do subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro, Contraponto, 2010.

LIPIETZ, A. Cercando os bens comuns globais. Negociações sobre o meio ambiente global em uma abordagem do conflito Norte-Sul. In: CASTRO, E; PINTON, F. **Faces do Trópico Úmido:** conceitos e questões sobre o desenvolvimento, Editora CEJUP/UFPA, Belém, 1997.

LIRA, L. Fernand Braudel e Vidal de La Blache: Geohistória e História da Geografia. **Revue Franco-Brésilienne de Geógraphie,** v. 2, n. 2, 2008.

LITTLE, P. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil**: por uma antropologia da territorialidade. Anuário Antropológico 2002-2003. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 2004.

LOPES, R. **Uma região tropical.** São Luís, SUDEMA, 1970.

LUXEREAU, A. Avant Kountché, si tu mangeais du wake, tu n'tais rien'. Changements des comportments alimentaires em pays hausa (Niger, régio de Marandi). **Techniques & Culture,** v. 31-32, 1999.

MACHADO, N. M. Karl Polanyi e o 'grande debate' entre substantivistas e formalistas na antropologia econômica. **Economia e Sociedade,** Campinas, v. 21, n. 1 (44), abr., 2012.

MACRAE, G; ARTHAWIGUNA, A. Sustainable agricultural development in Bali: is the *Subak* an obstale, an agent or subject? **Hum. Ecol.,** n. 39, 2011.

MADEIRA, W. **Modelos de desenvolvimento econômico e ordenamento territorial na Amazônia**: rupturas e continuidades no corredor Açailândia – São Luís (MA). Belém, NAEA/UFPA, 2015. Tese de doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido.

MALINOWSKI, B. **Argonautas do Pacífico Ocidental**: uma relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia. São Paulo, Abril Cultural, 1978.

MALM, A. A perspectiva da Dominica: antropoceno ou capitaloceno. **Correio da Unesco,** n. 2, 2018.

MARGULIS, S. **Causas do desmatamento da Amazônia brasileira.** Brasília, Banco Mundial, 2003.

MARINI, R. M. A acumulação capitalista mundial e o subimperialismo. BICHIR, M; SANTOS, F (trad.). **Revista Outubro,** n. 20, jan-jun., 2012.

MARINI, R. M. Dialética do desenvolvimento capitalista no Brasil. In: MARINI, R. M. **Dialética da dependência**: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini. Petrópolis, Vozes, 2000. p. 106-165.

MARTINS, M; OLIVEIRA, T. **Amazônia maranhense:** diversidade e conservação. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi, 2011.

MARX, K. **O Capital:** crítica da economia política – Livro I. São Paulo, Boitempo Editorial, 2013.

MAUSS, M. **Sociologia e antropologi**a. São Paulo, Cosac & Naif, 2003.

MAZOYER, M; ROUDART, L. **História das agriculturas no mundo:** do neolítico à crise contemporânea. São Paulo, UNESP, 2010.

MEADOWS, D. et al. **Limites do crescimento**: um relatório para o Projeto do Clube de Roma sobre o dilema da humanidade. São Paulo, Perspectiva, 1973.

MEDEIROS, C. Problemas da industrialização avançada em capitalismos tardios periféricos: trinta anos depois. In: PRADO, L (org). Desenvolvimento econômico e crise: ensaios em comemoração aos 80 anos de Maria da Conceição Tavares. In: SILVA, J. A. A questão da desindustrialização no Brasil. **Revista Economia & Tecnologia,** v. 10, n. jan-mar., 2014.

MÉSZÁROS, I. **A crise estrutural do capital.** São Paulo, Boitempo Editorial, 2009.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital.** São Paulo, Boitempo Editorial, 2011.

MORAES, A. C. **Território e História no Brasil.** São Paulo, Annablume/HUCITEC, 2002.

MORAN, E. **Adaptabilidade humana:** uma introdução à antropologia ecológica. São Paulo, EDUSP, 1994.

MORIN, E. **Para sair do século XX,** Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1986.

MORIN, E; KERN, A. B. **Terra-Pátria**. Porto Alegre, Sulina, 2003.

MOURA, J et al. The influence of the evolutionary past on the mind: an analysis of the preference for landscapes in the human species. **Front. Psychol.,** n. 9, 2018.

MOURA, M. M. **Camponeses.** São Paulo, Ática, 1988.

MULLER, G. **Estado, estrutura agrária e população:** ensaio sobre estagnação e incorporação regional. Petropólis, Vozes, 1980.

MYRDAL, G. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas.** Rio de Janeiro, Saga, 1965.

NORGAARD, R. B. Economicismo, ambientalismo e economia ecológica. **Revista ANPEC**, Brasília, n. 1, ago. 1997.

OLIVEIRA, A. U. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária**. São Paulo, FFLCH/Labur Edições, 2007.

OLIVEIRA, R. O contexto multiterritorial da garimpagem no interior do Suriname: das solidariedades aos conflitos. **Olhares Amazônicos,** v. 2, n. 1, 2014.

OREIRO, J; FEIJÓ, C. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. **Rev. Econ. Polit.,** São Paulo, v. 30, n. 2, abr-jun. 2010.

ORGANIZAÇÃO das Nações Unidas. **Situação econômica mundial e perspectivas 2017**. Nova Iorque, ONU, 2017.

PAULANI, L. A crise do regime de acumulação com dominância da valorização financeira e a situação do Brasil. **Estudos Avançados,** v. 23, n. 66, 2009.

PAULANI, L. Acumulação e rentismo: resgatando a teoria da renda de Marx para pensar o capitalismo contemporâneo. **Revista de Economia Política,** v. 36, n. 3 (144). jul-set., 2016.

PEDROSO, A. C. O impacto da liberalização comercial sobre o produto – uma discussão teórica. In: CONSEUIL, C; KUME, H. **A abertura comercial brasileira nos anos 1980**. Brasília, IPEA, 2003.

PIKETTY, T. **O capital no século XXI.** São Paulo, Intrínseca, 2013.

POLANYI, K. **A grande transformação:** as origens de nossa época. Rio de Janeiro, Campus, 2000.

PORTO-GONÇALVES, C. **A globalização da natureza e a natureza da globalização.** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2006.

POSEY, D et al. Etnoecology as applied Anthropology in Amazonian Development. **Human Organization,** v. 43, n. 2, 1984.

POSEY, D. Indigenous management of tropical forest ecosystems: the case of the Kayapó indians of the brazilian Amazon. **Agroforestry Systems,** n. 3, 1985.

POSEY, D. Interpretando e utiizando a 'realidade' dos conceitos indígenas: o que é preciso aprender dos nativos? In: DIEGUES, A. C; MOREIRA, A. **Espaços e recursos naturais de uso comum.** São Paulo, NUPAUB/LASTROP, 2001.

PRADO JR, C. **Formação do Brasil contemporâneo:** colônia. São Paulo, Companhia das Letras, 2011.

PRATES, R; BACHA, C. Os processos de desenvolvimento e desmatamento da Amazônia. **Econ. Soc.,** v. 20, n. 3, 2011.

PROGRAMA de las Naciones Unidas para el Desarollo (PNUD). **Desarollo humano:** informe 1992, Bogotá, 1992.

RIBEIRO, G. Marx ecológico? Uma crítica. **Ambiente & Sociedade**, v. 14, n. 1, São Paulo, jan-jun. 2011.

RIBEIRO, L. C; DINIZ, N. Financeirização, mercantilização e reestruturação espaço-temporal: reflexões a partir do enfoque de ciclos sistêmicos de acumulação e da teoria do duplo movimento. **Cad. Metrop.,** São Paulo, v. 19, n. 39, maio-ago., 2017.

RODRIGUES, P. **Homens e mulheres nas beiras:** etnoeconomia e sustentabilidade no Alto Rio Solimões. Manaus, UFAM, 2008. Dissertação de mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia.

ROSTOW, W. W. **Etapas do desenvolvimento**: um manifesto não-consumista. Rio de Janeiro, Zahar, 1961.

ROUÉ, M. Novas perspectivas em etnoecologia: "saberes tradicionais" e gestão de recursos naturais. In: CASTRO, E; PINTON, F. **Faces do Trópico Úmido:** conceitos e questões sobre o desenvolvimento, Editora CEJUP/UFPA, Belém, 1997.

SÁ SILVA, J. R. **Segurança alimentar, produção agrícola familiar e assentamentos de reforma agrária no Maranhão.** São Luís, UFMA, 2006. Tese de doutorado em Políticas Públicas.

SABADINI, M. Especulação financeira e capitalismo contemporâneo: uma proposição teórica a parti de Marx. **Economia e Sociedade,** Campinas, v. 22, n. 3, dez., 2013.

SACHS, I. **A terceira margem**: em busca do ecodesenvolvimento. São Paulo, Companhia das Letras, 2009.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável.** Rio de Janeiro, Garamond, 2008.

SAHLINS, M. **Cultura e razão prática.** Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2003.

SAHLINS, M. **Stone age economics**. Chicago, Aldine Atherton, 1972.

SAITO, K. Marx in the anthropocene: value, metabolic rift, and non-cartesian dualism. **Zeitschrift für kritische Sozialtheorie und Philoshophie,** v. 4, n. 1-2, 2017.

SALISBURY-ROSWELL, R. **Economic change among the Siane tribes of New Guinea**. Canberra, Australian National University, 1957. Tese de doutorado em Antropologia.

SANTOS, B. **Epistemologies of the South:** justice against epistemicide. Nova Iorque, Routhledge, 2014.

SANTOS, B. **The edge of the cognitive empire:** the coming of age of the epistemologies of the South. Durham, Duke University Press, 2018.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo; razão e emoção. São Paulo, EDUSP, 2004.

SANTOS, M. **Economia espacia**l: críticas e alternativas. São Paulo, EDUSP, 2003.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. São Paulo, Saraiva, 2011.

SCHRODER, P. A antropologia do desenvolvimento: é possível falar de uma subdisciplina verdadeira? **Revista de Antropologia da USP,** São Paulo, v. 40, n. 2, 1997.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo, Companhia de Bolso, 2000.

SHANIN, T. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. **Revista NERA,** ano 8, n. 7, jul-dez. 2008.

SHIVA, V. Bioprospecting as sophisticated biopiracy. **Signal**: **Journal of Women in Culture and Society,** v. 32, n. 2, 2007.

SINGER, A. **Os sentidos do lulismo**: reforma gradual e pacto conservador. São Paulo, Companhia das Letras, 2012.

SLEE, T. **Uberização**: a nova onda do trabalho precarizado. São Paulo, Elefante Editora, 2017.

SORRE, M. **Sorre:** geografia. MEGALE, J.F. (org). São Paulo, Ática, 1984.

SOUZA, P. **A history of inequality**: top incomes in Brazil, 1926-2015. Brasília, IPC/ONU/IPEA, 2018.

SPINELLI-ARAUJO, L et al. **Conservação da biodiversidade do estado do Maranhão**: cenário atual em dados geoespaciais. Jaguariúna (SP), Embrapa Meio Ambiente, 2016.

SROUR, R. H. **Modos de produção**: elementos da problemática. Rio de Janeiro, Graal, 1978.

STANEK, L. **Henri Lefebvre on Space**: architecture, urban research and the production of theory. Minneapolis, University of Minnesota Press, 2011.

STEWARD, J. H. Theory of culture change: the methodology of multilinear evolution. Chicago, University of Illinois Press, 1972.

TAIRAKO, T. A turning point in Marx's theory on pre-capitalist societies: Marx's excerpt notebook on Maure in MEGA IV/18. **Hitotsubashi Journal of Social Studies**, v. 47, n. 1, 2016.

TEISSERENC, P; TEISSERENC, M. J. Territórios de ação local e desenvolvimento sustentável: efeitos da reivindicação socioambiental nas ciências sociais. **Sociologia & Antropologia,** Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, jun., 2014.

TERRAY, E. **O marxismo diante das sociedades primitivas.** Rio de Janeiro, Graal, 1979.

THERBORN, G. Globalização e desigualdades: questões de conceituação e esclarecimento. **Sociologias,** Porto Alegre, ano 3, n. 6, jul-dez., 2001.

THÉRY, H et al. **Atlas do trabalho escravo no Brasil.** São Paulo, Amigos da Terra, 2009.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum.** São Paulo, Editora Schwarcz, 2005.

TOLEDO, V. M; BARRERA-BASSOLS, N. A etnoecologia: uma ciência pós-normal que estuda as sabedorias tradicionais. **Desenvolvimento e Meio Ambiente,** n. 20, jul-dez., 2009.

TRINDADE, H. Crise do capital, exército industrial de reserva e precariado no Brasil contemporâneo. **Serv. Soc. Soc.,** São Paulo, n. 129, mai-ago., 2017.

TUAN, Y-F. **Topofilia**: um estudo de percepções, valores e atitudes do meio ambiente. Rio de Janeiro, DIFEL, 1980.

VASCONCELOS, F; CYRINO, A. Vantagem competitiva: os modelos teóricos atuais e a convergência entre estratégia e teoria organizacional. **RAE,** São Paulo, v. 40, n. 4, out-dez., 2010.

VEIGA, J. E. A insustentável utopia do desenvolvimento. In: LAVINAS, L; CARLEIAL, L. M; NABUCO, M. R. **Reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil**. São Paulo, ANPUR/HUCITEC, 1993, p. 149-179.

VELDEN, F; BADIE, M. As relações entre natureza e cultura em sua diversidade: percepções, classificações e práticas. **Avá Revista de Antropologia**, n. 19, 2011.

VILELLA, F. Menos de 1% das propriedades agrícolas detém 45% da área rural do país. **Revista IHU On-line,** 3 de dezembro de 2016.

WALDMAN, M. **Ecologia e lutas sociais no Brasil.** São Paulo, Contexto, 1992.

WALLERSTEIN, I. **Capitalismo histórico e civilização capitalista.** Rio de Janeiro, Contraponto, 2001.

WOLF, E. R. Tipos de campesinato na América Latina: uma discussão preliminar. In: WOLF, E. R. **Antropologia e poder**. FELDMAN-BIANCO, B; RIBEIRO, G. Brasília, UnB/UNICAMP, 2003.

WOORTMANN, K. **O modo de produção doméstico em duas perspectivas:** Chayanov e Sahlins. Série Antropologia, Brasília, UnB, 2001.

WORLD Bank. **Indigenous people:** still amog the poorest of the poor. Washington, World Bank, 2018.

WORLD Inequality Database. **World Inequality Report 2018**, WID, 2017.

YOUNG, C. et al. **Tendências macroeconômicas e a geopolítica da competitividade global da sustentabilidade**. Rio de Janeiro, Instituto de Economia da UFRJ, 2004.